

**CADERNOS
CANDIDO MENDES**

O Pensamento de Frantz Fanon

A Política Externa Brasileira nos Anos 70

Namíbia: o Imperativo da Independência

A Militarização da África do Sul

Dinastia Xia: A Aurora da Realeza Chinesa

A Criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

5



CADERNOS
CANDIDO MENDES



estudos **5**
AFRO-ASIÁTICOS

CADERNOS CANDIDO MENDES

Conselho Editorial

Almir de Castro, Candido Mendes, Candido José Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva, José Maria Nunes Pereira, Luiz Alberto Bahia, Sérgio Pereira da Silva, Vicente Barreto.

Editor

Candido José Mendes de Almeida.

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

N.º 5 – 1981

Edição de *Cadernos Candido Mendes*
Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
do Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
José Maria Nunes Pereira

Secretaria de Redação
Hamilton Magalhães Neto

Supervisão Gráfica
Carlos Augusto de Oliveira Lima

Capa
Antônio Seara e Paula Seara

Impressão
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Irineu Marinho, 30 - s/loja 206 – Rio de Janeiro – RJ

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Solicita-se permuta.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Se solicita canje

Preço no país: Cr\$ 300,00
Assinatura: Cr\$ 900,00 (três números)
Price (exterior): US\$ 5.00
Subscription: US\$ 15.00 (three issues)

Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:
Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Joana Angélica, 63
22420 – Rio de Janeiro – Brasil

Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:
Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Joana Angélica, 63
22420 – Rio de Janeiro – Brasil

SUMÁRIO

Notas sobre o Pensamento de Frantz Fanon	5
<i>Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político Africano do CEEA</i>	

Analisando os principais aspectos da obra de Fanon — a violência, a questão racial, a cultura no contexto da libertação nacional e o neocolonialismo —, além de abordar a situação racial no Brasil, objetiva contribuir para a compreensão dos problemas que afetam os países africanos e dos mecanismos de dependência na África.

As Reformulações na Política Externa Brasileira nos Anos 70	41
<i>João Luís Ribeiro Fragoso</i>	

Considera que a nova política africana do Brasil só pode ser entendida no contexto das mudanças operadas, a partir do governo Médici, na política externa brasileira como um todo, cujos sinais principais podem ser localizados no abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos, no desenvolvimento de contatos bilaterais com outras matrizes do capitalismo e na aproximação aos países do Hemisfério Sul, objetivando desse modo a renegociação da dependência brasileira.

Namíbia: Histórico de Uma Crise e o Imperativo da Independência . . .	55
<i>Maria Helena de Oliveira Barbosa</i>	

Traça um rápido quadro histórico da Namíbia, dando ênfase ao fato de nela estar-se praticando um tipo específico de colonialismo porque exercido por um país africano (África do Sul), num continente até então colonizado por potências européias. Ressalta que a luta do povo namíbio por sua autodeterminação, pela problemática que envolve — o fato de tratar-se de uma região estratégica a nível regional e mundial —, dá ensejo à formulação da hipótese de que qualquer decisão sobre o futuro do território terá, necessariamente, de levar em conta múltiplos fatores internos e interesses externos.

A Militarização da África do Sul	85
<i>J. Monserrat Filho</i>	

Afirma que os novos mecanismos de controle sobre os negros instaurados pela África do Sul — por exemplo, a transformação de militares em pedagogos —, para desestimular instintivamente qualquer foco de resistência interna, e a nuclearização de seu poderio militar — com a ajuda de potências ocidentais — para levar a cabo planos expansionistas na região austro-africana, constituem dois aspectos de uma política agressiva objetivando assegurar no poder cada vez mais o regime do *apartheid*.

Dinastia Xia: A Aurora da Realeza Chinesa	95
<i>Ricardo Joppert</i>	
Evidência que a comprovação, através de restos arqueológicos, da existência da primeira dinastia real chinesa, demonstra o monolitismo da civilização da China, cuja seqüência evolutiva sobreviveu no inconsciente coletivo do povo chinês.	
Documento: Seminário para a Criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi (Memorial de Zumbi): Resoluções	108
Eventos	111
Livros	113

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE FRANTZ FANON

Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político Africano do CEEA

Introdução

A dominação colonial, como qualquer outro tipo de dominação, engendra as condições que favorecem o aparecimento de agentes sociais que cedo ou tarde a contestam, visando ao seu fim puro e simples ou pelo menos a algumas modificações.

Em regra, as massas populares — seja qual for o seu grau de consciência política e a forma mais ou menos paradoxal pela qual é expresso — rejeitam a ordem colonial, enquanto sinônimo de miséria, fome, degradação etc. O mesmo já não se poderá dizer da pequena burguesia ou da burguesia colonizada. Estas classes conseguem privilégios importantes relativamente às massas, os quais necessariamente pesam na concepção que têm da ordem existente e influenciam a sua posição em relação à dominação estrangeira.

Ainda que as contradições entre as classes privilegiadas das colônias e o poder colonial sejam reais, o que têm de comum é superior. Tanto a burguesia como a pequena burguesia colonizadas, enquanto classes, não são mais do que apêndices da burguesia estrangeira. Ambas são criações desta ou pelo menos por ela utilizadas. A relação não é estática. Não obstante a dependência estrutural existente, as contradições podem se agudizar e a convivência posta em causa. Claro que este "pôr em causa" tem limites precisos — o interesse de classe.

A metrópole colonial tem necessidade, por imperativo da sua estrutura de dominação, de intermediários que possam fazer a máquina colonial funcionar e tornar possível que determinações administrativas e econômicas cheguem às massas. Ela tem necessidade de funcionários e agentes menores que, nas diferentes esferas de atividade, veiculem as orientações do poder e reproduzam a ideologia colonial. Um corpo de agentes autóctones é preparado para este

feito. A função das escolas nos países coloniais é essa: formar uma camada tão restrita quanto possível que ajude a exploração estrangeira a se perpetuar.

A existência de uma frágil burguesia local pode ser tolerada, e em alguns casos esta classe é até mesmo criada. O objetivo nestas circunstâncias é o alargamento da base de apoio social ao regime. De um modo geral, o peso da burguesia é, contudo, muito fraco, já que o poder econômico é bastante reduzido e o número dos seus integrantes muito escasso.

A situação da pequena burguesia é algo diferente.* Ainda que no conjunto da população do país a sua expressão numérica não seja muito significativa, os fatos de ser indispensável ao funcionamento da máquina administrativa e, fundamentalmente, de ter tido acesso ao conhecimento conferem-lhe importância especial, tanto mais que a burguesia, quando existe, é bastante fraca e as massas populares relativamente atomizadas. Na realidade, quem tem conhecimento do funcionamento do aparelho estatal é a pequena burguesia, e isso aliado a alguma cultura, ainda que alienada, que adquire, permite-lhe uma visão de conjunto da situação e relativa consciência do seu peso. A sua tendência natural seria acomodar-se à realidade colonial. Mas esta é contraditória. Impõe limites precisos às aspirações pequeno-burguesas. Não obstante a sua condição de privilegiada e o fato de ter sido criada à imagem e semelhança da sua congênere da metrópole colonial, as barreiras são intransponíveis. Continua sendo uma classe de 2.^a ou 3.^a classes. Uma vez que é tratada como tal, que é permanentemente discriminada, colocada no seu lugar, não ousa admitir (e sente) que não vive no melhor dos mundos. Estamos a um passo de

uma postura nacionalista,** para a qual vai contribuir de forma poderosa a violência institucionalizada. As humilhações a que é quotidianamente submetida têm efeito de poderoso fermento nacionalista. Ela descobre que os males de que padece têm uma dimensão muito maior. Atinge milhares ou milhões de homens. Instintivamente, então, ela se apercebe de que está em ótimas condições de exprimir com alguma coerência esta onda de descontentamento, que é uma das características básicas do país dominado. Conscientiza-se de que a sua hora chegou.

Contudo, a pequena burguesia não é homogênea, o que vai se repercutir nas posições que as suas frações politicamente mais ativas irão assumir. Estas, geralmente, são integradas por intelectuais que se esforçavam por encontrar alternativas para uma situação cuja manutenção se torna cada vez mais problemática, em razão das suas contradições estruturais. As suas proposições refletem a heterogeneidade acima referida. As que conquistam maior apoio do resto da classe são as que preconizam a saída gradual dos exploradores estrangeiros, isto é, que almejam a substituição destes por caciques nacionais, sem que o essencial das relações econômicas seja afetado.

Uma parte, em geral muito pequena, de intelectuais pequeno-burgueses, com apoio de trabalhadores, apresenta proposições radicalmente diferentes. Alicerçado num conhecimento mais profundo da realidade colonial e neocolonial, o seu programa político estabelece uma ligação muito estreita entre a independência política e profundas reformas sócio-econômicas. Também a sua metodologia é diferente. Privilegia a mobilização e a ação de massas, que podem assumir a forma armada, em detrimento de ne-

gociatas com a burguesia estrangeira. Objetivamente, esta fração pode romper com a pequena burguesia, na medida em que desencadeia um processo que colide com as concepções e os interesses desta.

O grau de apoio da pequena burguesia a esta fração depende da capacidade desta de se implantar no seio do povo e dos resultados obtidos no terreno da luta. Como sempre a pequena burguesia procura abrigar-se à sombra do mais forte. O seu apoio nunca é irrestrito.

O peso da pequena burguesia continua a fazer-se sentir depois do acesso à independência política.

Quando esta é obtida na sequência de negociações entre a potência colonial e representantes da pequena burguesia ou burguesia locais, fica totalmente aberto o caminho para a instauração da dependência neocolonial. Mas nos casos em que a liderança do movimento de libertação nacional tenta tirar o país das garras do imperialismo, o peso da pequena burguesia faz-se sentir ainda de outras formas. Muitas vezes através dos seus representantes no seio da organização que, de forma mais ou menos radical, derrotou o colonialismo; outras através de pressões concretas fora da organização, visando quer à conquista de privilégios no seio da nova ordem, quer lutando abertamente, ou não, pelo derrube do regime que considera muito radical. Muitas vezes faz perigar bastante a estabilidade do novo regime, o que é facilitado pelo fato de as massas populares continuarem ocupando lugar muito discreto na cena política nacional, apesar do seu apoio e participação no processo que conduziu à independência. As massas são ainda enquadradas por direções saídas da pequena burguesia, que, mesmo quando tem programas radicais, frequentemente procura evitar a organização

das massas. Esta tarefa é simplificada seja pela inexperiência relativa destas, seja pelo prestígio que indiscutivelmente a organização que dirigiu a luta contra o colonialismo desfrutava durante certo período, seja ainda por medidas que chegam a prevenir tal possibilidade.

Tudo isso ocorre num contexto de tentativas freqüentes de desestabilização do novo regime, de uma situação sócio-econômica difícil, agravado pelo boicote imediato e solidário dos diferentes setores da burguesia internacional e, quase sempre, pela inexistência de alternativas econômicas e financeiras suscetíveis de darem resultados imediatos. É verdade que tais circunstâncias podem impor limitações objetivas à implantação de um regime de democracia não-formal. Mas a questão de fundo parece ser outra.

Em regra, as direções não pretendem que as massas se auto-organizem ou que ao menos iniciem uma aprendizagem real nesse campo.* Assim, as organizações de massas passam muitas vezes a ser meras correias de transmissão. A organização política e só ela detém a verdade. Apenas ela sabe o que melhor convém às massas. Isto é, o papel de dirigir desaparece. As massas são substituídas. O poder é exercido em seu nome, ainda que nem sempre em seu favor. Em tais circunstâncias o entusiasmo inicial cede lugar à apatia ou indiferença mais ou menos hostil, que pode ser aproveitada por agentes contra-revolucionários. Tal eventualidade é utilizada para a intensificação da repressão sobre a reação, mas também serve de pretexto senão para a repressão, pelo menos para o estreitamento do controle sobre as massas.

Algumas dessas preocupações estão presentes no pensamento político de Frantz Fanon, embora a sua visão nem sempre seja

* Nem sempre os limites entre a burguesia e a pequena burguesia são nítidos.

** Isso não significa necessariamente contestação do poder colonial. Muitas vezes esta posição é expressa na aceitação de uma dupla nacionalidade — a do colonizador e a real.

* É claro que esta questão não é simples, particularmente quando as diferenças culturais entre as várias comunidades do espaço nacional são muito importantes.

clara. É verdade que para ele grande parte, quando não a totalidade, dos problemas que aflige os países colonizados poderia ser solucionada pela condução do processo por um partido revolucionário. Os aspectos básicos deste não são apresentados, excetuando-se, talvez, a questão da utilização da violência e aspectos táticos e de ordem mais ou menos ética. Contudo, a contribuição prestada para o equacionamento dos problemas políticos e culturais da África e do chamado Terceiro Mundo em geral é grande. Frantz Fanon não só rompe com uma série de mitos, nomeadamente no concernente à violência, como denuncia um sem número de cumplicidades referentes às classes dominantes e seus partidos únicos do chamado Terceiro Mundo. As alternativas a estas situações nem sempre são claras, e às vezes Fanon contenta-se com aspectos mais ou menos parciais, aos quais atribui importância exagerada. É o caso do papel do campesinato e da violência.

Fanon sintetiza a história de um certo tipo de colonizado — o intelectual.

A sua vida foi uma busca constante de respostas a questões que o ultrapassavam enquanto pessoa. Um dos aspectos interessantes das posições de Fanon é a preocupação com respostas globais. Ela está presente no seu próprio itinerário. Partindo de contradições que o opõem à sociedade francesa, racista e colonialista, através de uma aventura intelectual descobre que afinal a solução não pode ser individual e que ultrapassa de longe a esfera do pensamento para se situar também no da ação. Ação violenta que deveria ser o prelúdio de uma nova ordem que transcenderia a realidade da Argélia, sua pátria de adoção, para se projetar num cenário mais vasto.

O combate de Fanon não ficou apenas na ação imediata. Procurou libertá-la das contingências do imediatismo empírico. Preocupou-se com a sistematização da sua experiência. Talvez o pressentimento (a

partir de dado momento — certeza) de que a sua vida terminaria prematuramente não o teria deixado amadurecer suficientemente determinados postulados. Várias previsões relativas à revolução argelina (laboratório que lhe serviu de ponto de referência para boa parte das suas generalizações) não se confirmaram. É evidente que o desaparecimento prematuro de Frantz Fanon e o fato de não ter visto o fim da luta de libertação argelina não explicam tais lacunas. O máximo que se poderá dizer é que possivelmente muitas das suas concepções poderiam ter sido alteradas, possibilidade que obviamente é irrelevante. Não obstante as suas contribuições, Fanon continuou prisioneiro de contradições ainda hoje vivas em muitos setores dos pensadores do chamado Terceiro Mundo.

Na realidade, será mais correto buscar a razão de tais limitações no grande atraso (ou desvio?) operado nas concepções da luta antiimperialista, reflexo de distorções e retrocessos verificados no terreno da luta de classes à escala planetária. Elas têm, em certa medida, permitido ao capitalismo internacional adaptar-se às consequências das suas crises internas, o que indiscutivelmente tem dificultado a busca de alternativas radicais para os grandes males da humanidade. As repercussões desta situação dependente são muito grandes e, como é evidente, dificultam a compreensão dos complexos problemas que ali se colocam. Têm sido freqüentes, nas últimas décadas, vitórias de movimentos de libertação revolucionários que, se têm enfraquecido o imperialismo, não têm impedido em grau maior ou menor que boa parte deles sejam recuperados por ele. Fanon tenta prevenir tais situações procurando dar uma dimensão revolucionária ao nacionalismo pequeno-burguês.

Outros pensadores do chamado Terceiro Mundo tentaram o mesmo. Talvez Amílcar

Cabral terá sido um dos que maior atenção concedeu a esta questão.

Partindo da análise da estrutura sócio-econômica dos países colonizados e da experiência do processo revolucionário por ele liderado, Cabral descreveu a importância e as ambigüidades da pequena burguesia nessas sociedades, concluindo que esta era a única classe em condições de liderar o processo. Tal fato, porém, não a purificava do seu pecado original — aspiração de se constituir em burguesia, que é inerente à sua natureza de classe. Nesta linha, Cabral colocava à “pequena burguesia revolucionária” o dilema seguinte: suicidar-se enquanto classe para ressuscitar enquanto trabalhador revolucionário ou entregar-se ao processo de acumulação capitalista e converter-se em burguesia neocolonial.¹

A concepção de Fanon difere da de Cabral. Embora com a deste guarde alguma semelhança, aquele não fala da pequena burguesia*, mas sim de elites revolucionárias urbanas que devem conduzir o campesinato.** E, de nossa parte, insistimos no estudo do papel da pequena burguesia, porque a quase totalidade dos movimentos anticoloniais têm tido lideranças pequeno-burguesas (ou saídas desta classe) e porque uma das preocupações de Fanon foi a questão da direção dos processos revolucionários.



Tentamos situar as concepções a partir das quais a apreciação do pensamento político fanoniano deve ser feita. Entretanto, as balizas conceituais poderiam parecer unilaterais se não atentássemos às condições precisas em que a gestação das idéias de Fanon tiveram lugar. O retrocesso verifi-

cado na luta antiimperialista a nível internacional, a especificidade da luta de classes nos países colonizados (luta esta que contém a alienação cultural), a posição secundária e distorcida que a revolução africana ocupava na preocupação dos revolucionários não-africanos que influenciaram as elites colonizadas, foram importantes fatores que condicionaram essas elites poderosamente. Se é verdade que a condição de classe dessas elites tem muito a ver com os rumos que elas viriam a imprimir ao poder que lhes chegou às mãos, há que não perder de vista que, mesmo nos casos em que se desejou transformações radicais nos países recém-independentes, os fatores referidos não permitiram que os desejos fossem mais do que isso.

Neste passo há que destacar um aspecto que, sem dúvida, engrandece o autor de *Os Condenados da Terra*. Seria natural que Fanon refletisse a situação descrita, mas tal não aconteceu. Adotou posições inéditas entre os pensadores africanos. Procurou entender os processos em marcha, penetrar no seu âmago e facilitar a busca de caminhos que poderiam levar à realização dos anseios profundos das massas. Defendeu idéias que agrediam frontalmente a ortodoxia reinante. Não hesitou em romper (ou discordar) com amigos, companheiros de etapas anteriores que ele conseguiu ultrapassar.

Apesar da absolutização da violência, a sua introdução positiva no universo político africano tem um valor inestimável. Se é verdade que ela proporcionou alguns mitos, é também verdade que destruiu o mais nefasto, o mais perigoso de todos — a possibilidade de conciliar colonizado e colonizador.

* Fanon considera só a burguesia; a pequena burguesia está ausente nas suas colocações.

** Não identificamos as concepções de Fanon com as de A. Cabral, no que se refere às relações cidade-campo. Referimos apenas questões implícitas no pensamento do primeiro e que tem algum parentesco com a posição de Cabral sobre o assunto.

Mas as idéias políticas básicas de Fanon tiveram um cenário concreto. Em larga medida, brotaram do sangue que a nação argelina foi obrigada a verter para Ser. Ganham dimensão entre massacres, torturas, traições e heroísmos. A Argélia combatente se afirmava. Matava, morria, para poder viver. Os homens se transformavam, se humanizavam numa das mais violentas lutas de libertação nacional. A "Argélia francesa", cadáver em putrefação, defendia-se com todas as forças que sua fraqueza lhe exigia. O massacre de milhares de pessoas era argumento constante no sentido de continuarem sendo "francesas" (estranha forma de persuasão).

Fanon não escapou ao ambiente que o rodeava. Sofreu três atentados, um (algo misterioso) na fronteira entre Marrocos e Argélia em 1959 e os outros dois em Roma poucos meses depois, reivindicados pela organização colonialista francesa Mão Vermelha.²

A revolução respondia. A violência era o argumento terrível, preciso, imbatível, revolucionário.

Mas Fanon não era o líder carismático da revolução nem o ideólogo que antecedia teoricamente a marcha dos acontecimentos. Era apenas o intelectual que procurava entender e sistematizar os mecanismos que lhe pareciam importantes no processo libertador, embora indiscutivelmente a sistematização ajudasse a preparar os passos seguintes.

Como diz um especialista em questões argelinas (africanas), ele não era o farol que iluminava o caminho, mas a lanterna que perscrutava os escombros ao lado e no meio dos atores. É interessante assinalar que a sua obra política mais importante foi concluída poucos meses antes do fim da guerra e quando o autor já sabia que não veria a independência da Argélia.

Os Condenados da Terra é assim um estudo, um testamento, mas também um

aviso. As contradições no seio da organização que dirigia a luta atingiam o clímax. As intrigas e eliminações físicas chegaram a ser argumento de peso. Fanon confidenciaria a Simone de Beauvoir que carregava a morte de Abane Ramdare na consciência. Este dirigente argelino foi morto na fronteira argelino-marroquina por mãos argelinas.³ O que se disse, se não desautoriza apreciações críticas ao fanonismo, evita que se abstraia do concreto, que, embora contingente, é parte importante das idéias que permite forjar.

A curta vida de Fanon (1925-1961) decorreu num período de grandes acontecimentos históricos.

Aos 18 anos de idade, adolescente portanto, participou no seio das tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial. Nessa época, teve o primeiro contato com a Argélia colonial, a cuja luta de libertação nacional dedicaria boa parte da sua energia. Presenciou a ascensão de muitos países africanos à independência política e à subjugação neocolonial. Conviveu com vários líderes africanos interessados não apenas na libertação política do continente, mas também na busca de alternativas à dependência neocolonial. Terá sido tal convivência que o animou a generalizar a sua experiência argelina ao resto do continente.

A produção literária de Fanon foi relativamente reduzida, quando comparada ao grande impacto que teve e continua tendo.

Em 1952 (aos 27 anos) publica o primeiro livro, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, no qual dissecou a questão racial. O drama do racismo é posto a nu.

Esta obra e a evolução do autor revelaram algo que talvez seja uma especificidade de intelectual colonizado que resolve abraçar a causa das massas populares. Em geral, quando o intelectual (não colonizado) se decide a enveredar por tal caminho, fá-lo em decorrência de um esforço mental que o leva a rejeitar situações de injustiça, que

se nem sempre o afetam diretamente (quase sempre é um privilegiado), com frequência limitam bastante a sua atividade e entram em contradição com os seus ideais.

No caso do colonizado, independentemente do perigo que suas posições possam representar para a ordem estabelecida, ele é permanentemente agredido pelo racismo. É evidente que isso não é apenas "privilegio" dele, já que é discriminado não enquanto intelectual, mas como sub-homem colonizado. De qualquer forma, esta situação (esta é a especificidade) pesa bastante na sua opção de combater o sistema em que se encontra inserido.

Em *A Sociologia de Uma Revolução* (ou *Ano V da Revolução Argelina*) — editado em 1959 e escrito no calor da luta de libertação nacional, ele analisa uma série de transformações da sociedade argelina sob o impacto da luta revolucionária. Algumas instituições são estudadas e as flutuações que sofrem no decurso da revolução, evidenciadas. Uma atenção muito grande é prestada à família, instituição de importância capital na sociedade argelina, à mulher e a diversos elementos da cultura nacional. As relações dialéticas entre eles e a luta de libertação nacional são estudadas com alguma profundidade.

Editado já depois da morte de Fanon (1964), *Pour la Revolution Africaine* é uma coletânea de textos, publicados no jornal de resistência argelina, *El-Mudjaid*, do qual foi diretor durante anos, e em revistas e outros periódicos, nos quais de forma jornalística são abordados problemas relativos à guerra da Argélia ou à atualidade política africana e do chamado Terceiro Mundo.

Mas é sem dúvida em *Os Condenados da Terra* que o essencial do pensamento de Fanon se encontra sistematizado.

Embora condenado por uma leucemia, que o consumia progressivamente, e extremamente preocupado (no quadro de dúvidas que já o assaltavam quanto à revolução

argelina) com a necessidade de uma sólida formação política dos militantes, Fanon dedicou as últimas energias à redação dessa obra.

Mesmo depois de gravemente enfermo, a atividade de Fanon foi febrilmente consagrada à causa da revolução africana, pois tinha a convicção profunda de que a vitória da revolução argelina teria repercussões inestimáveis no conjunto do continente africano.

O primeiro contato de Fanon com a Argélia teve lugar, como vimos, no ano de 1944, quando frequentou na qualidade de cidadão francês um curso para oficiais em Constantina. A decisão de deixar o seu país, Martinica, e a sua família pequenoburguesa para se juntar aos aliados foi ditada por razões de ordem política e familiar. Foi ferido e condecorado na guerra. No final desta voltou à Martinica, onde teve a primeira experiência política, colaborando na candidatura comunista de Aimé Cesaire ao Parlamento francês. Um ano depois de terminar a sua formação em Medicina em Lyon, volta à Argélia (1952) na condição de chefe de clínica do Hospital Blida, depois de fracassar uma tentativa de ir para o Senegal.

O Hospital é utilizado no apoio às atividades revolucionárias. Fanon é expulso do país na sequência da descoberta da rede clandestina e, após rápida estadia na Europa, regressa a África. Na Tunísia (já independente, servindo de apoio logístico à luta argelina), ocupa-se da clínica psiquiátrica da Universidade de Túnis e trabalha no jornal *Resistance Algerienne*, em ligação com o Comitê de Coordenação e Execução (instância dirigente da revolução argelina).

Em 1958 conhece N'Krumah, Lumumba, Felix Moumeé e Holden Roberto durante o Congresso Pan-africano de Acra. No ano seguinte, faz uma importante comunicação ao 2.º Congresso de Escritores e Artistas Negros, em Roma, em nome da revolução argelina.

Em dezembro de 1960, toma conhecimento de que sofre de leucemia. Recusa descansar. Quatro meses depois inicia *Os Condenados da Terra*, que é concluído em 10 semanas. Em dezembro de 1961 falecia em Washington, sem conhecer a Argélia independente.

A violência

A concepção de Fanon sobre a violência não é totalmente original. Procura estudar o problema na área colonial, aplicando conhecimentos já consagrados a uma situação específica.

A ordem colonial é por excelência violenta. A arbitrariedade, a violência física e psicológica não são situações extremas. Não são meios de que se lança mão para se defender certo equilíbrio, para se evitar a ruptura, quando condições potenciais atingem a dimensão do concreto, do real. Não. A violência é a própria essência da relação entre dominados e dominadores. O único meio através do qual os protagonistas do drama colonial se reconhecem. Não é uma exceção. É a regra básica da "convivência" entre os estrangeiros e os nacionais.

A sociedade colonial é maniqueísta. De um lado os exploradores estrangeiros e do outro os oprimidos. A ponte que liga os atores desta realidade é exatamente a violência.

"O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado (. . .)

"(. . .) Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de 'desorientadores'. Nas regiões colo-

niais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e freqüentes, mantêm o contato com o colonizado e o aconselham a coronhadas ou com explosões de napalm a não se mexer.

"(. . .) O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado."⁴

Este excerto da principal obra de Fanon dá uma idéia precisa de um dos aspectos da violência institucionalizada na situação colonial.

A própria urbanização das grandes concentrações humanas nas colônias é testemunha eloqüente da violência atmosférica.

É claro que ela (a violência) não existe por si própria. É um instrumento da dominação econômica. É um importante elo da cadeia que faz com que o país fique cada vez mais pobre. Que as riquezas nacionais sejam drenadas para o exterior enquanto as massas vegetam na mais completa miséria. Este é o preço a pagar para que a burguesia colonial prossiga no seu afã de acumulação capitalista. Neste contexto, as distorções econômicas serão um dos aspectos mais nefastos da ação "civilizadora" da potência colonial até porque vai condicionar todas as outras.

Dizemos que nas colônias as estruturas que em regra têm por função servirem de amortecedores de crises existentes ou latentes, estão ausentes. De fato tais estruturas não foram banidas. Apenas refletem sem muitos subterfúgios a realidade em que se inserem.

Aqui, a escola e a cultura têm por objetivo convencer o colonizado de que ele não é gente, que a Cultura é a estrangeira, a européia, e que a sua humanização passa necessariamente pela adoção de padrões culturais que o estrangeiro lhe oferece, depois de tentar convencê-lo de que ele é impermeável a qualquer tipo de cultura . . .

A Igreja não escapa a esta lógica infernal. "A Igreja nas colônias é uma Igreja de

Branco, é uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus mas para a via do Branco, a via do patrão, a via do opressor. E, como sabemos, neste negócio são muitos os chamados e poucos os escolhidos.”⁵

De fato, foi esta a função básica da Igreja nas colônias. Ela foi um instrumento importante na “dilatação da Fé e do Império”.

Da mesma forma que o colonizado não tem cultura — não tem religião. Assim tudo é válido. A violação dos mais elementares princípios das religiões cristãs está plenamente justificada. O importante é que o reino dos céus seja assegurado, ainda que a permanência no da terra seja no mínimo infernal.

Contudo, deve-se ressaltar que em algumas situações religiosos se opuseram de alguma forma à barbárie colonial, tendo chegado mesmo a colaborar com os movimentos nacionalistas. Excetuando-se estes casos, as instituições religiosas enquadraram-se perfeitamente na realidade colonial e abençoaram os intrépidos ocupantes estrangeiros que “numa mão levaram a espada e na outra a cruz”.*

Como reage o colonizado a esta conspiração permanente, que só não o liquida porque, como diz Sartre, a liquidação do colonizado seria a negação do colonialismo, mas que também não o deixa viver, procurando animalizá-lo?

“O colonizado é um invejoso. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível.”⁷

Em última análise o que o colonizado pretende não são algumas concessões. Não

é a melhoria da sua situação. É a partida pura e simples do estrangeiro que o oprime.

Em *A Sociologia de Uma Revolução* (ou *Ano V da Revolução Argelina*), Fanon descreve o comportamento do colonizado em relação a determinadas instituições coloniais, como a escola, os hospitais etc., e demonstra que para aquele não existe qualquer diferença entre o médico, o professor, o soldado ou o gendarme. São agentes de um sistema, que instintivamente é rejeitado como um todo. “Numa outra perspectiva, esta ausência de comportamento esclarecido sublinha a desconfiança do colonizado perante o técnico colonizador. As palavras do técnico são sempre compreendidas de forma pejorativa. A verdade objetivamente expressa é constantemente viciada pela mentira da situação colonial”.⁸

O processo da luta, forma violenta de expulsar o invasor, transforma radicalmente a visão do oprimido em relação às instituições que começam a ganhar conteúdo novo à medida em que a substituição do colono vai-se tornando uma questão de tempo. Após descrever o desprezo a que as emissões radiofônicas das autoridades coloniais eram votadas pelo povo argelino, Fanon analisa a forma pela qual e graças à revolução em marcha o rádio passa a fazer parte do dia a dia do argelino e conclui: “A luta nacional, a criação da Rádio Argélia Livre provocam no seio do povo uma mutação fundamental. O rádio introduz-se em força e não por implantações progressivas. Não existe acumulação de ganhos e adição de regiões atingidas pouco a pouco. Assiste-se a uma transformação total dos meios de percepção, do próprio mundo da percepção. Na Argélia, nunca existiu, na verdade, conduta receptiva, de adição, de aceitação em relação ao rádio. Enquanto processo mental, assiste-se a partir de 1956 a

* Renate Zahar considera importante o estudo de movimentos religiosos resultantes de adaptações do cristianismo à realidade africana.

uma quase invenção da técnica".⁹

Mas a violência impregna o colonizado até a medula. É uma constante no seu universo. É o seu universo. O colonizado é agressivo. A sua violência, porém, é canalizada contra os seus. É utilizada contra companheiros. Muitas vezes tolera com aparente submissão todo o tipo de humilhações que o colono lhe impõe, mas reage com incontrolada violência perante atritos insignificantes que têm lugar na sua comunidade.

Para Fanon o aumento da religiosidade, as danças, os mitos, a agressividade contra o semelhante têm por função descarregar a libido, num contexto em que o colonizado opta pela negação do colonialismo. Já que ainda não se decidiu a enfrentar a fera colonial, o colonizado procura derivativos.

A grande entrega à religião, a revitalização dos mitos, o êxtase que as danças proporcionam, são os mecanismos de que lança mão para continuar a existir. Mas isso não basta. As diferentes dimensões da violência colonial o atingem profunda e permanentemente. Reconhece que não pode (ou não quer) enfrentar o colono. Só lhe resta uma saída. Afirmar-se perante os seus. Defender o que lhe resta da sua humanidade. Só tem uma forma de o fazer: o uso da violência contra os seus. É este o sentido do alto índice de criminalidade entre os colonizados e do recrudescimento das guerras tribais.¹⁰

No entanto, os citados mecanismos não são suficientes para impedir o inevitável. De tempos a tempos, os adversários se entregam a confrontações. Os colonizados se revoltam, e o colono aproveita a oportunidade para lançar todo o peso das forças repressivas contra as revoltas espontâneas. Os massacres e bombardeios se sucedem, aprofundando cada vez mais o fosso que separa as duas forças. A necessidade de organização torna-se cada vez mais premente, enquanto a brutalidade selvagem da repres-

são colonial amedronta largos setores da população.

Fanon entende a violência do colonizado como corolário da realidade colonial. É a expressão do maniqueísmo levado às últimas consequências pelo colonizado. Afinal, com a sua violência, este se limita a fazer o que o colono estava condenado a não poder fazer — a destruição da outra parte. A destruição do fato colonial.

Fanon critica duramente os intelectuais colonizados e parte da esquerda da metrópole colonial, que procuram justificar a violência dos oprimidos mas se apressam a demarcar-se dela. A sua posição é clara. Não se trata de justificar. Ela deve ser explicada e assumida. Por que exigir das vítimas um comportamento que *a priori* está excluído do tipo de relações que ao longo dos anos ou dos séculos mantiveram com os seus carrascos?

Esta posição rompe com uma série de ilusões largamente difundidas pelos que, de uma forma ou de outra, alimentavam a ilusão de entendimentos com o colonialismo e utilizavam as explosões de violência popular como forma de pressão sobre as autoridades coloniais, no sentido de apressar compromissos que salvaguardariam os interesses econômicos da potência estrangeira.

Tais explosões não seriam mais do que o resultado da convergência da agressividade de cada colonizado numa corrente avassaladora, que terminaria apenas na destruição do sistema colonial e na instauração de uma ordem libertadora (a menos que as massas fossem enganadas por elites ansiosas por substituir os padrões estrangeiros...).

A violência do oprimido contra o explorador estrangeiro é a via pela qual ele se liberta enquanto indivíduo no processo de formação da Nação.

Fanon insurge-se contra os que exigem das massas critérios morais que não têm lugar na sociedade colonial. Procedimentos que nunca o colono sonhou adotar. A prio-

ridade é outra. Toda energia deve ser canalizada para a conquista da dignidade nacional, que só pode ser obtida pela violência. Esta vai permitir a ascensão da nação como um todo, eliminando o regionalismo ("A violência em sua prática é totalizante, nacional"¹¹). Igualmente, na medida em que através do seu exercício vários fenômenos sociais e econômicos são apreendidos pelas massas, a sua consciência política se eleva e "a empresa de mistificação torna-se a longo prazo praticamente impossível."¹²

Mas nem todos os colonizados têm a mesma posição face aos acontecimentos. Uma parte da elite procura ultimar rapidamente acordos com o poder colonial e condena a violência das massas. Outra ensaia alianças com estas, segundo esquemas que comprometem o sucesso do processo. Enquanto alguns, depois de trajetória mais ou menos complicada, acabam mergulhando no seio das massas, abrindo a possibilidade de uma contribuição assinalável à luta de libertação nacional.

As diferentes posições resultam para Fanon da situação dos seus autores na sociedade colonial.

Ele não faz uma verdadeira análise de classe da sociedade colonial. Existem referências a classes ou camadas. O proletariado, o lumpen-proletariado e o campesinato merecem-lhe certa atenção e uma caracterização deficiente. Referências existem à burguesia e às elites locais, possivelmente integradas por elementos da burguesia. A sua análise privilegia a polarização cidade-campo.

A cidade retira benefícios da situação existente. "Os operários, os professores primários, os pequenos artesãos e comerciantes que começaram — na fase da liquidação, está visto — a aproveitar-se da situação colonial têm interesses particulares. O que essa clientela reclama é a melhoria de sua sorte, o aumento de seus salários."¹³ Ora, segundo Fanon, é exatamente a massa ur-

ba que constituía a clientela política dos partidos nacionalistas. Esta base social e o fato de em regra tais organizações serem cópias dos partidos políticos da metrópole colonial vão trazer, como consequência, a ambigüidade face à violência, a utilização de palavras de ordem abstratas e, *fundamentalmente*, a marginalização do campesinato.

"O campesinato é posto sistematicamente de lado pela propaganda da maior parte dos partidos nacionalistas. Mas é claro que, nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa. Para ele, não há compromisso, não há possibilidade de arranjo."¹⁴

Esta é uma das posições fundamentais no pensamento de Fanon. Identifica a violência com a revolução e considera o campesinato, apenas o campesinato, revolucionário na situação colonial. É o campo que se subleva contra a dominação colonial, e, quando a luta ameaça as cidades, é uma camada ainda não totalmente urbanizada e que não perdeu todos os vínculos com o campo que vai introduzi-la no baluarte do colonialismo — o lumpen-proletariado. "De fato a insurreição, partida dos campos, vai penetrar nas cidades através da fração do campesinato bloqueada na periferia urbana, aquela que ainda não pôde encontrar um osso para roer no sistema colonial (...). É nessa massa, é nesse povo das favelas, no seio do lumpen-proletariado, que a insurreição vai encontrar sua ponta-de-lança urbana. O lumpen-proletariado, essa coorte de famintos destribalizados, desclanizados, constitui uma das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado (...)."¹⁵

A possibilidade de arregimentação contra-revolucionária do lumpen-proletariado é também focada por Fanon.

Apesar dessa reserva, o autor insiste na força do lumpen-proletariado, desde que organizado, não abordando contudo a questão da dificuldade dessa tarefa organizativa. O exemplo argelino relativamente ao lumpen-proletariado pode ser generalizado a quase todas as lutas armadas de libertação nacional.

A violência é um dos temas centrais do fanonismo. As posições do autor a este respeito são muito claras. Igualmente são algo unilaterais, na medida em que praticamente faz depender a libertação (para além da independência) dos oprimidos apenas deste fator. O uso da violência é sinónimo de revolução. Há sem dúvida uma fetichização da violência, posição que não pode ser atribuída apenas à necessidade de combate às ilusões (de sentido contrário que existiam e existem) a esse respeito e às circunstâncias em que a sua experiência política teve lugar. No seu edifício conceitual, o uso da violência ocupa lugar de destaque. É o instrumento que vai permitir a libertação nacional e impedir a instauração de uma ordem neocolonial.

É evidente que se a sua importância é tão grande, a do seu agente principal não pode ser menor. Entendido como predisposto para o uso da violência e refratário a qualquer compromisso, o campesinato acaba sendo considerado a única classe revolucionária na situação colonial. É fato que se procure derivar esta conclusão da situação que o campo ocupa na ordem colonial, mas a análise sociológica é limitada, e, em decorrência disso, o campesinato surge com total uniformidade. As suas diferenciações não são tidas em conta. Aliás, idênticas limitações são claras na apreciação do proletariado e da burguesia colonizada. Ambos, enquanto classes urbanas, são considerados beneficiários da ordem existente e por isso pouco atreitos a romperem com o colonizador.

As populações urbanas têm melhores

condições de vida do que as massas rurais, o que aliás não é específico da realidade colonial. Entretanto, isso não autoriza a conclusão a que se chegou. A realidade é bem mais complexa; muitas vezes devido ao contato quase permanente com as instituições coloniais, a consciência da situação e a determinação de a alterar que é bastante grande. E o relativo "privilégio" de uma parte da população não constitui obstáculo a sua adesão à luta de libertação nacional, especialmente para os trabalhadores e setores da pequena burguesia.

A existência de ilusões espalhadas por determinados partidos nacionalistas não deve ser procurada nos privilégios da população urbana, mas sim na natureza geralmente pequeno-burguesa dos mesmos, num contexto de cultura política fraca e por isso de fácil manipulação das massas (inclusive do campesinato).

O fato de as massas componesas serem desprivilegiadas não garante de forma alguma que não serão manipuladas. Pelo contrário, têm-no sido em escala não negligenciável. Embora as condições de existência sejam muito importantes na tomada de consciência e no combate às situações de injustiça e opressão, a relação não é mecânica.

A pequena burguesia não é considerada por Fanon. Fala apenas de burguesia, que contém aquela. Ora, se em muitos países africanos a burguesia era muito embrionária, em outros tal não sucede, e ela se distingue perfeitamente da pequena burguesia. É verdade que ela é fraca e dependente, mas não se confunde com a pequena burguesia na última situação.

Creemos que a razão de ser das posições de Fanon sobre estas questões reside na sua fé inabalável no uso da violência. Assim, os outros aspectos tiveram de subordinar-se a esse critério absoluto.

O pouco aprofundamento da questão organizativa, corolário do culto da esponta-

neidade (a predisposição do campesinato para a violência é espontânea), resulta do que se disse.

A condução da luta de libertação nacional a partir do campo poderá explicar-se por razões de ordem tática e pelo fato de indiscutivelmente ali residir a maior parte da população que continua resistindo culturalmente, mas que não é uniforme e que tem contradições no seu seio.

O lugar que o campesinato ocupa no pensamento fanoniano terá sido a razão pela qual Fanon apoiou a UPA*, de Holden Roberto, movimento nacionalista angolano comprometido com o imperialismo, em detrimento do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que na realidade encarna as aspirações profundas das massas angolanas. Existiria certa desconfiança de Fanon em relação ao MPLA, devido ao importante peso de elementos urbanos no seio do movimento.

Irene L. Gendizier, autora de exaustivo estudo sobre Fanon e que tem por título o nome deste, discorda de Nguyen Nghe a propósito da crítica que este faz a Fanon. Ela procura explicar o contexto em que as posições de Frantz Fanon foram elaboradas e chama a atenção para determinados aspectos (de classe) específicos da África. Tenta mesmo certa aproximação entre as concepções de Fanon e as de Nghe, ao atribuir aos intelectuais revolucionários do primeiro o papel que Nghe (e os marxistas de uma maneira geral) atribui ao proletariado.

Apesar dessa interpretação, cremos que no essencial Nguyen Nghe tem razão ao afirmar: "Quando alguém descuida o seu trabalho ideológico-político, com o objetivo de concentrar-se de modo exclusivo na arte militar, devem-se esperar decepções sobretudo quando as condições de paz se restauram, e inclusive na vitória".¹⁶

Talvez não fosse rigoroso falar-se de descuido, mas sim de uma concepção que traz como consequência que o trabalho ideológico e político seja secundarizado ou impreciso.

A questão racial

O estudo de Fanon sobre o racismo, embora menos abrangente do que o dos problemas por ele analisados em *Os Condenados da Terra*, é um dos seus trabalhos mais interessantes.

As circunstâncias de Fanon ser negro, originário de uma colônia (a Martinica), de ter passado importantes anos da sua vida numa metrópole colonial em contato com outros emigrantes do seu país, e de ter tido uma formação psiquiátrica e preocupações políticas, colocaram-no numa situação ímpar para se ocupar da complexa questão, que é o racismo.

O objeto e o sujeito se identificam, e "as verdades que nos queimavam"¹⁷ puderam enfim ser ditas.

A realidade foi escarpada com a objetividade que contém o subjetivo. Não se tratava de responder, contra-atacar, de agredir, mas de... estudar. A preocupação era evidenciar os mecanismos pelos quais (no âmbito das relações raciais) os homens se desumanizam: os negros se tornam negros e os brancos se tornam brancos antes de (ou em vez de?) serem Homens.

Fanon alerta na introdução de *Pele Negra, Máscaras Brancas* para o fato de que, no essencial, o seu estudo se aplica aos martiniqueses na França (ou na Martinica). Na realidade, traduz o fundamental das relações entre brancos e negros em qualquer outro cenário. O pano de fundo é de ordem sócio-econômica. Isto é, o aparecimento do racismo está ligado à dominação econô-

* União dos Povos de Angola que se transformou depois na FLNA (Frente de Libertação Nacional de Angola).

mica.*

Na situação colonial (ou outra) o racismo tem por função legitimar a bestialidade imposta pela exploração, que se choca frontalmente com os ideais religiosos e mais ou menos democráticos que enformam a opinião pública da metrópole colonial.

A lógica da acumulação capitalista exige determinado tipo de relação com a colônia.* Se ela choca com certos ideais presentes na cultura da potência estrangeira e uma vez que esta relação não pode, do ponto de vista do dominador, ser pura e simplesmente alterada, torna-se necessário encontrar outra saída. Existem seres que podem ser desapropriados em nome da Liberdade, embrutecidos em nome da Cultura, vendidos em nome do Progresso e quotidianamente massacrados em nome da Justiça. Como conciliar o concreto com os conceitos? De forma hipocritamente simples. Negando às vítimas condições humanas. Ainda que muitas vezes recebam tratamento pior do que o dispensado a animais, reconhece-se que não são animais. Mas também não são homens. Qualquer semelhança é em larga medida pura coincidência...

Reguladas as contas com a consciência,

* "O problema negro não se converte no problema dos negros que vivem no meio dos brancos, mas sim no dos negros explorados, escravizados, desprezados por uma sociedade capitalista, colonialista acidentalmente branca." 18

** Não se pretende dizer que o racismo nasce com o capitalismo. Mas que este o leva às últimas consequências ninguém duvida.

*** Fanon refere as teorias do Prof. Porot, do Centro de Psiquiatria da Faculdade de Argel, sobre a impulsividade criminal do norte-africano. Este é descrito como não tendo aptidões intelectuais, sem emotividade, crédulo e muito sugestível etc. E a explicação é de ordem biológica: "o indígena norte-africano, cujas atividades superiores corticais são pouco evoluídas, é um ser primitivo cuja vida essencialmente vegetativa e instintiva é dirigida principalmente por seu diencéfalo".

A semelhança entre esta posição e a do perito da Organização Mundial de Saúde, Dr. Carothers, em 1954, é muito grande: "O africano utiliza muito pouco seus lóbulos frontais. Todas as particularidades da psiquiatria africana podem ser relacionadas com uma preguiça frontal (...)." Assim, assevera que o africano normal é um europeu lobotonizado.

"Assim, os médicos argelinos diplomados pela Faculdade de Argel — diz Fanon a propósito da "teoria" de Porot — tiveram de ouvir e aprender que o argelino é um criminoso nato. Ainda me lembro de um colega que expunha solenemente essas teorias e acrescentava: 'É duro de engolir isso, mas está cientificamente estabelecido'." 19

a opressão até ganha foros de altruísmo, de missão divina. E os fins acabam justificando os meios.

Uma verdadeira legião de especialistas é posta em campo para provar a inferioridade do colonizado.*** Soldados, professores, religiosos, merceiros e universitários dão as mãos para elaborar refinadas teses a esse respeito e impõem-las. Quando necessário (e quase sempre é), as coronhadas são um argumento de peso.

Sim, a razão básica é econômica. Mas Fanon concentra a sua atenção na importante vertente psicológica, que considera dialeticamente ligada àquela. "O negro deve conduzir a luta nos dois planos: já que historicamente eles se condicionam, toda a libertação unilateral é imperfeita, e o pior erro seria acreditar na sua dependência mecânica".²⁰ Esta advertência é de capital importância. Pois ainda hoje a confusão entre as duas vertentes é moeda corrente, sendo ainda maior quando questões culturais, políticas e sociais contribuem para que a realidade se apresente como um emaranhado complexo, que, paradoxalmente, é abordado de forma simplista. A questão racial é diluída na social: tratam-se apenas de contradições de classe — defendem certos políticos; uma vez resolvidas, o racismo

desaparece. A questão racial independe da social: existe uma conspiração permanente de todos os brancos contra todos os negros — pensam certos ativistas negros. A introdução da problemática racial na luta sindical só serve para dividir a classe — proclamam militantes sindicalistas negros, e não só.

Sigamos a abordagem psicológica de Fanon e posteriormente retomaremos algumas dessas questões.

Fanon utiliza na elaboração da sua tese o conceito de inconsciente coletivo de Jung, depois de modificá-lo. Postula que a sua base não é orgânica, mas cultural. É na medida em que a cultura homogeneiza os integrantes de determinada sociedade que vai repercutir-se ao nível do inconsciente daqueles, de maneira semelhante. As manifestações de conteúdos segundo formas (ou símbolos) comuns aos membros de determinada sociedade, estariam ligadas não à estrutura cerebral, mas à cultura que é veiculada pela família desde o nascimento e alimentada por outras instituições, que têm por função reproduzir a ideologia. O negro é inferiorizado por razões sócio-econômicas. Esta inferiorização tem por objetivo "responder" a exigências culturais e acaba penetrando a cultura, passando a integrar importantes mecanismos psicológicos.

O inconsciente nas sociedades ocidentais é representado pela cor preta. Desse modo, o negro passa a ser instrumento eficaz de humanização do *id*.

As pulsões, que não são toleradas pela moral reinante, são canalizadas para o outro. As fantasias sexuais, a nostalgia de uma época imaginária em que todo o tipo de liberdades sexuais seria permitido (orgias sexuais, incestos etc.), são projetadas no negro. Ele passa a encarnar todas as características que são rejeitadas pela moral. Simboliza o mal, a sujidade, a obscuridade, isto é, as profundezas do inconsciente do branco. As suas capacidades sexuais são

irracionais. O negro é o pênis. Não interessa se o seu comprimento não ultrapassa o da média de outras raças. A potência sexual do negro é alucinante.

Socorrendo-se de estudo de Jean-Paul Sartre sobre o anti-semitismo, Fanon demonstra que, enquanto o judeu representa o perigo intelectual e econômico, o negro, que personifica o gênio do mal, é acima de tudo o representante do perigo biológico. Ameaça constantemente a mulher branca. Tem toda a possibilidade de a introduzir num mundo sexual alucinante do qual o branco não tem a chave.²¹

Fanon concede grande importância ao papel que as revistas e outros tipos de literatura infantil e juvenil têm nesse processo. A sua função seria a do extravasamento da agressividade coletiva. Mas, na medida em que veiculam a imagem do negro como personagem mau da história — o eterno derrotado, o inferior, o perverso — e em que os primeiros contatos com a citada literatura ocorrem numa idade (7-9 anos) em que importantes conflitos sexuais têm lugar, elas não podem ser subestimadas no processo em questão. É evidente que são apenas um aspecto, já que todo ambiente que rodeia a criança desde o nascimento é racista.

É o racista que cria o inferiorizado, conclui Fanon. Ele tem necessidade do negro, reclama um bode expiatório.

O comportamento do negrófobo ilustra bem a situação.

O fóbico tem necessidade de canalizar os seus conflitos para objetos ou situações externas como medida de defesa contra a ansiedade. É mais cômodo colocar num objeto externo (ou situação) as "culpas" por uma situação criada por um conflito psíquico antigo mas não resolvido e que condiciona a sua vida. O racista comporta-se frequentemente de maneira fóbica. Os negros causam-me repulsa, ouve-se a cada instante. Que nos diz Fanon a este respeito?

"A escolha do objeto fobogênico (o negro, neste caso) é, pois, superdeterminada. Este objeto não sai da noite do nada; ele provocou em determinada circunstância uma impressão no sujeito. A fobia é a presença latente dessa impressão sobre o pano de fundo do mundo do sujeito; há organização, conformação. Porque naturalmente o objeto não tem necessidade de estar lá, basta que exista: é um possível. Este objeto é dotado de intenções más e de todos os atributos de uma força maléfica. No fóbico, há prioridade da impressão em prejuízo de todo o pensamento racional. Como se vê, um fóbico é um indivíduo que obedece às leis da pré-lógica racional e da pré-lógica afetiva: processo de pensar e de sentir que lembra a idade em que se produziu o acidente causador da insegurança." 22

O comportamento do negrófobo está, pois, estreitamente ligado a conflitos que ele não resolveu e aos quais procura escapar, lançando mão da função que o negro desempenha no seu inconsciente. A irracionalidade do citado comportamento explica-se pela regressão que se verifica à pré-lógica racional e afetiva.

As intenções atribuídas ao negro são muitas vezes desejos recalcados que não têm a aprovação da moral reinante. Nesta medida, o comportamento do negrófobo pode significar exatamente o inverso do que apresenta.

"O comportamento das mulheres em questão (negrófobas) compreende-se nitidamente no plano do imaginário. É que a negrófoba não é na realidade senão uma companheira sexual putativa, assim como o negrófobo é um homossexual recalcado" 23

"Sempre no plano genital, o branco que detesta o negro não obedecerá a um sentimento de impotência ou de inferioridade sexual? Sendo o ideal uma virilidade absoluta, não haveria um fenômeno de diminuição

em relação ao negro, percebido este como símbolo do pênis? O linchamento do preto não seria uma vingança sexual? Sabemos quanto as sevícias, as torturas, as pancadas comportam de sexual.

"(. . .) A superioridade do negro é real? Toda a gente sabe que não. Mas isso não importa. O pensamento pré-lógico do fóbico decidiu que era assim." 24

Depois de analisar aspectos importantes da sexualidade feminina, Fanon conclui: "Quando a mulher vive o fantasma da violação por um preto, é de qualquer forma a realização de um sonho pessoal, de um desejo íntimo. Realizando o fenômeno de retorno contra si, é a mulher que se viola" 25

E o negro? Como se move no universo racista?

"No seu comportamento, o preto apresenta ser um tipo neurótico obsessivo ou, se se preferir, instala-se em plena neurose de situação. Há no homem de cor uma tentativa de fugir a sua individualidade, de aniquilar esse seu ser. Cada vez que um homem de cor protesta, há alienação. Cada vez que um homem de cor desaprova, há alienação.

"Veremos mais adiante, no capítulo VI, que o preto inferiorizado vai da insegurança humilhante à auto-acusação sofrida até o desespero. Muitas vezes a atitude do negro, em face do branco ou em face do seu gênero, reproduz quase integralmente uma constelação delirante que roça o domínio patológico" 26

Esta longa citação de Fanon quase que resume a problemática do negro inferiorizado. Como era de esperar, o seu comportamento não é saudável. Existem anomalias tanto no que se refere ao seu relacionamento com o branco, como com outros negros.

Um aspecto interessante é o da linguagem, talvez específica da situação colonial, mas que ilustra bem seu drama. O negro

esforça-se por se apropriar da língua do colonizador*, não apenas quanto ao domínio técnico, mas de todas as sutilezas.

Ao proceder desta forma, está exteriorizando algo muito mais profundo. É o processo de identificação com o branco que está em causa. É a busca do branqueamento que se concretiza. Falar a língua do branco é assumir o seu mundo, a sua cultura.²⁷

O negro que se inferioriza apresenta igualmente desvios nas suas relações amorosas com a branca. Relações estas muitas vezes ditada pela busca obsessiva de identificação com o branco.

A relação sexual com a branca é vivida como uma vingança. Mais do que uma dicotomia entre a afetividade e o sexo, é quase que substituída pelo seu contrário.

Depois de apreciar as concepções de Anna Freud sobre a retração do *ego* e de considerar que elas não se aplicam ao negro, afirma: "Compreendemos agora porque não pode o negro comprazer-se na sua insularidade. Para ele só existe uma porta de saída, e ela dá para o mundo branco. Daí a preocupação permanente de atrair a atenção do branco, a ansiedade de ser poderoso como o branco, a vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte de ser ou de ter que entra na constituição de um *eu*; como dizíamos há pouco, é pelo interior que o negro vai tentar atingir o santuário branco. A atitude reenvia à intenção."²⁸

Numa situação de "imposição cultural", o negro inferioriza o estereótipo que o branco fabricou, e, por isso, o outro passa a ser o branco. A todo custo, mesmo a preço do desequilíbrio emocional que roça o patológico, ele busca dolorosamente o reconhecimento do branco.

Um aspecto interessante sublinhado por

Fanon prende-se ao mecanismo dessa interiorização. A situação de imposição cultural a que o negro se encontra submetido, domina-o efetivamente, penetrando até o seu inconsciente. O inconsciente deste é em boa parte branco. Isto é, semelhante ao do branco e, por isso, em larga medida representado pela cor preta... O lugar que ela ocupa no seu inconsciente é muito semelhante à função que desempenha no do branco. Os instrumentos de extravasamento de agressividade não são semelhantes. A (des)educação desempenha papel importante. Vários dos defeitos que são personificados pela cor preta têm a mesma representação no inconsciente do negro inferiorizado. Daí a necessidade de se negar. Ele é e não é, com uma intensidade que o violenta, que o esmaga. O seu corpo já não é mais um corpo. O esquema corporal está alterado. A relação do corpo com o mundo já não é dada apenas por uma série de percepções através das quais o mundo é apreendido, e a relação deste com o corpo — estabelecida. Um elemento de peso entra em cena. Todo um processo histórico-racial desempenha um papel crucial. Uma história lhe é imposta. Uma história de inferioridade, incapacidade, de antropofagia. E ela é carregada pelo seu corpo. Aliás, pela sua melanina. Aquele é amaldiçoado, negado e "embelezado" por "máscaras brancas"... Não apenas na acepção mais ou menos simbólica da palavra. Na realidade, em algumas capitais neocoloniais da África, um dos produtos mais vendidos nas farmácias é o que tem a faculdade de tornar a pele mais branca (ou menos negra se se preferir).

O que se tem dito deixa claro que as relações entre brancos e negros nas sociedades racistas são doentias. "O preto — escravo da sua inferioridade, o branco — escravo da sua superioridade, comportam-se ambos

* Não se trata de negar a legitimidade de apropriação de um idioma, mas de ressaltar uma motivação muitas vezes inconsciente que está na base desta atitude.

segundo uma linha de orientação neurótica".²⁹ No círculo infernal do racismo os dois protagonistas têm necessidade um do outro. O negro inferiorizado necessita desesperadamente do outro (o branco). O branco racista precisa com intensidade idêntica de um bode expiatório, de algo que possa objetivar as profundezas do seu inconsciente.

Para Fanon, o jogo das raças é em grande parte inconsciente. Ele concorda com Bernard Wolf quando em relação aos EUA diz: "O branco não é mais consciente do seu masoquismo, quando é animado pelo conteúdo sutil do grín estereotipado, do que o negro o é do seu sadismo, quando converte o estereótipo em cacete cultural. Talvez menos".³⁰

Fica claro que o racismo é uma consequência de uma situação de dominação sócio-econômica, mas que possui mecanismos próprios, de ordem psicológica, que concede a ele certa autonomia. Contudo, a referida situação continua alimentando e alimentando-se do racismo. Isto não se aplica apenas ao fato colonial, mas também ao neocolonial e às sociedades capitalistas com apreciável contingente de mão-de-obra de antigas colônias.

No primeiro caso, como vimos, a função fundamental do racismo é a legitimação da ocupação e exploração diretas.

Na situação neocolonial, o preconceito racial é utilizado com os mesmos objetivos, com as necessárias adaptações decorrentes da nova realidade. Ele é um auxiliar dos mecanismos de subordinação neocolonial.

A divisão do trabalho tal como se processa a nível internacional, aliado ao desenvolvimento desigual do capitalismo, estimula a emigração de mão-de-obra para os países capitalistas mais industrializados. O fenômeno emigratório e os relacionados

com o tráfico de escravos fazem com que a classe operária de vários países capitalistas tenha, no seu seio, um número apreciável de trabalhadores de origem africana ou asiática.

Nessas sociedades, um dos papéis desempenhados pelo preconceito racial é o de dificultar a solidariedade de classe a nível nacional (e internacional).

Com diferentes nuances, a ideologia racista é alimentada e, uma vez que os trabalhadores brancos desses países não são impermeáveis a ela, acaba funcionando como mais um elemento de divisão,* particularmente verificável nos períodos de crise econômica.

Retomemos os aspectos anteriormente focados. Considerando que existem relações de interdependência entre o racismo e a economia, que uma das características é a autonomia relativa daquela, algumas consequências (que possivelmente se aplicam à realidade brasileira) devem ser tiradas. Focamos o fato de encontrarmos o racismo mesmo no seio da classe operária. É fato que isto choca-se com os seus interesses históricos. Constitui algo, porém, que não pode ser negado. Não raras vezes esta situação é refletida por partidos que pretendem representar a classe operária e que apesar das contradições, a representam e que evidentemente, apenas os aspectos psicológicos não explicam este paradoxo. Existem outros que não vamos analisar agora.

Vimos que boa parte dos mecanismos relacionados com o racismo se enraízam no inconsciente. Isto pressupõe a possibilidade de pessoas terem posições revolucionárias, se engajarem objetivamente em processos que visam à transformação radical da sociedade, racionalmente serem pela abolição da discriminação racial, mas, em todo caso, de serem racistas. Dito de outra forma, os me-

* Há que não perder de vista que quase todos esses países são antigas potências coloniais ou ex-colônias.

canismos anteriormente referidos podem continuar existindo, ainda que firmemente controlados por racionalizações e intelectualizações várias.

Não se trata de acusar, mas de constatar para superar, até porque a realidade tem de ser mudada com o material humano de que se dispõe. Aliás, quando há pouco falávamos "a possibilidade de", o mais correto seria falar *a realidade de*.

Em tais circunstâncias (e tendo em conta outros fatores), nada mais natural do que a transposição de preconceitos raciais para o seio de organizações reformistas ou revolucionárias. Tal fato é notório a vários níveis, mesmo quando do ponto de vista principal as posições são corretas e categoricamente definidas. Esta é uma das razões, em nosso entender, que terá dificultado as relações entre os movimentos de libertação nacional e organizações progressistas das metrópoles coloniais, o que é igualmente aplicável a organizações políticas integradas majoritariamente por brancos e as compostas essencialmente por não-brancos, em sociedades multirraciais.

As linhas gerais do nosso raciocínio aplicam-se igualmente aos negros. Efetivamente é muito comum que se tenha uma compreensão da questão racial e se esteja disposto a lutar para transformar a realidade. Mas há que reconhecer que, com frequência, militantes tentam, através do discurso muitas vezes coerente, "esquecer" a importante vertente psicológica. Em tais circunstâncias, não é muito difícil surpreender neles alguns dos comportamentos analisados por Fanon. Vem-nos a mente a "necessidade" que alguns quadros têm de brilhar, especialmente quando no auditório a presença de brancos não é negligenciável. Poderíamos citar vários exemplos. Mas o âmbito deste trabalho não nos autoriza a tal, pelo que nos contentamos em referir outra

situação que se repete com relativa frequência.

Vimos a questão da criação de estereótipos e sua interiorização pelo negro. Não raro, esses estereótipos são veiculados por negros com alguma responsabilidade, deixando perceber as contradições com que ainda se debatem. Em tais ocasiões, posturas assumidas por racistas são utilizadas com certa dose de ironia. A intenção é demonstrar que os problemas nelas implícitos foram ultrapassados. É evidente que, se fosse o caso, não se entende bem porque insistir neles. No fundo, é a imagem negativa do negro criada pelo branco racista que é assumida, com a intelectualização maior ou menor. Em certa medida, a reação "nervosamente descontraída" que os ouvintes negros evidenciam, leva-nos a indagar até que ponto não se está perante uma situação algo masoquista.

A relação entre brancos e negros, mesmo quando existe certo nível intelectual e engajamento político sério, reflete com frequências as limitações que vêm sendo apontadas.

O paternalismo por parte do branco e a necessidade de auto-afirmação quase obsessiva do negro são duas constantes, e, em regra, há um entendimento tácito em não se aprofundar determinados aspectos. Ninguém está interessado em tocar certas feridas.

A posição política segundo a qual a questão racial está contida na social e que será automaticamente resolvida com esta tem muito a ver com o que se disse. Estamos de acordo que é doloroso reconhecer o paradoxo (pelo menos aparente) que é a existência de limitações entre pessoas (negras e brancas) que se propõem a exatamente lutar contra elas. Sabemos que esta não é a única explicação, mas que seu peso é

grande, nos parece axiomático.* Ignorar algo que incomoda pode ser mais fácil, mas deve-se estar consciente de que não leva a nada. Ou melhor, conduz a um beco sem saída. É utópico preparar o futuro sem entender corajosamente o presente. Corajosamente, sim, pois na questão racial é necessária muita coragem e humildade.

Citamos há instantes o fato de alguns sindicalistas defenderem a posição de que a questão racial não deve ser introduzida na luta sindical. Devemos acrescentar que em dada ocasião tivemos a oportunidade de assistir à colocação deste problema a alguns líderes sindicais negros que proferiam uma conferência sobre racismo e luta sindical. Mais do que as respostas, o que mais nos impressionou foi o mal-estar que se apossou de alguns quando o assunto foi introduzido. Apesar da assistência não ser composta por sindicalistas, a reação imediata de alguns conferencistas foi a de *itudir* a questão e evitar o seu aprofundamento, argumentando que ela não é uma prioridade do movimento sindical. Um outro líder apresentou uma posição diferente, ainda que com pontos de contato com o anterior: o problema racial deve ser abordado pelo sindicato sempre que situações de discriminação racial ocorram. Isto é, as situações concretas devem ser denunciadas. Não se pode negar o avanço que esta posição representa em relação à primeira. Mas ela contém

igualmente limitações importantes. É evidente que não pretendemos dar lições aos sindicalistas em questão, mas apenas interrogar em que medida os argumentos apresentados ou a posição assumida (no segundo caso) não refletem as dificuldades que vêm sendo apontadas. A nossa resposta é afirmativa. Em ambos os casos há um nítido receio de abordar o problema racial de frente. Com isso não queremos dizer que ele deva ter uma prioridade absoluta, mas tão somente que deve ser equacionado com a maior clareza possível. Existem ou não existem preconceitos raciais no seio da classe operária? São ou não são um obstáculo à unidade da classe? Os operários brancos e negros são ou não simultaneamente vítimas e agentes da situação, ainda que em graus diferentes?

Se as respostas são afirmativas, as vias para ultrapassar as dificuldades devem ser procuradas. As denúncias de situações de discriminação são muito importantes. Mas o problema é mais complexo. Exige abordar prioridade, a nível sindical, à luta contra o racismo, mas sim de evitar certo tipo de preconceito que necessariamente obstaculiza a sua articulação com outros aspectos que até podem ter importância maior nesse espaço (sindical) de luta.

Alguns militantes negros no país têm-se preocupado justamente com a especifici-

dade da questão racial no Brasil. Tentam encontrar semelhanças e diferenças com outras situações — a dos EUA, da África do Sul e outras sociedades.

A consciência de que o fenômeno é o mesmo, embora as manifestações sejam diferentes, parece-nos ser a razão que explica a preocupação de alguns setores de tentarem distinguir o racismo do preconceito e da discriminação. A nossa posição ainda que provisória é a de que tal distinção não é procedente, uma vez que os outros conceitos estão contidos no racismo. Os fundamentos do racismo existem na sociedade brasileira. Os mecanismos psicológicos não diferem dos apontados anteriormente. É fato que o Brasil tem uma história própria e isso explica as especificidades que o fenômeno ganha no seu espaço. O racismo é preconceito e discriminação. É preconceito na medida em que os critérios que determinam o relacionamento entre brancos e negros são dados *a priori*. O negro não é uma pessoa determinada, é um complexo histórico-racial, mais ou menos matizado por certo tipo de aspectos que se prendem com a realidade cultural do país. Ele é aquele que "faz sujeira na entrada ou na saída". Não é necessário esperar pela entrada ou saída. A certeza da sujeira antecede o comportamento. É evidente que tal posição contém a discriminação. Na realidade, este tipo de juízo (discriminatório) só é aplicado a ele. No julgamento de brancos, estes utilizam critérios lógicos. Os padrões são diferentes; daí a discriminação a nível psicológico, que vai ser exteriorizada de acordo com as condições sociais, econômicas e culturais existentes. É delas que vai depender um aspecto da discriminação — a institucionalização maior ou menor. Aliás, dentro do próprio país, não será difícil estabelecer algumas diferenças de graus de manifestação da discriminação, o que, devemos confessar, não nos parece muito relevante. É claro que a questão da especificidade

não pode ser deixada de lado. Não se pode ignorar que a população negra ronda os 50% da população brasileira (pouco menos segundo as autoridades e algo mais de acordo com as entidades negras), que sua contribuição cultural é muito grande. Contudo e não obstante a existência do racismo, não nos parece que exista uma cultura negra exclusiva dos negros. Ela está presente ao lado de outras na realidade cultural do Brasil. Ainda que com aspectos contraditórios (e uma delas é a subestimação constante da contribuição dos descendentes de africanos) vemos que a cultura brasileira é a resultante essencialmente de *apport* negro, não necessariamente africano, índio e europeu. Nesta base, é tão irracional buscar uma imposição cultural ocidental, como procurar a salvação no continente africano. Não negamos a importância da reaproximação com a África. Mas ela deve ser entendida não no sentido mítico, que lembra muito os africanos que defendem o retorno a uma África pré-colonial, mas sim partindo da posição de que são duas realidades bastante diferentes, apesar das similitudes. A solução dos problemas deve ser procurada onde existem e de acordo com a realidade concreta. Nessa ótica, a referida reaproximação pode ter resultados excelentes.

A tese da democracia racista (queramos dizer racial) brasileira encontra razão de existência na realidade que esboçamos. Vários estudiosos têm apontado o fato de que ela está por terra, mas têm tido o cuidado de realçar que continua cumprindo o seu papel, de dificultar a compreensão da realidade com o objetivo de a perpetuar.

Creemos que a posição dos que procuram minimizar a questão racial diluindo-a pura e simplesmente na social, assim como os que postulam a independência absoluta das organizações anti-racistas (e sua partidarização) relativamente ao resto da sociedade, dificultam, ainda que involuntariamente, a morte da ideologia da "democracia racial".

* A explicação para o fato de se acreditar que os problemas raciais são apenas mais um aspecto das contradições de classe, é a mesma para outras que são concebidas de forma impressionantemente simplista. Na realidade, existe uma visão unilateral que acaba transformando as contradições sociais numa abstração, que explica tudo por si só e que, uma vez resolvidas, garantiriam automaticamente a resolução de todos os males. Vimos que a base do racismo é sócio-econômica, mas constatamos igualmente que o preconceito racial acaba tendo certa autonomia. Assim, a apreensão do problema não pode ser correta se não se estabelece a relação dialética (não de subordinação mecânica) entre o preconceito e a sua base. A resolução da questão racial tem de passar pela transformação da realidade sócio-econômica, que a alimenta. Esta eliminação é condição muito importante mas apenas necessária. O mesmo se pode dizer de inúmeras outras questões que limitam severamente a relação entre os homens, quer sejam políticas, culturais ou de outra natureza.

Está mais do que provado que a organização da sociedade em moldes não capitalistas não garante por si só a solução dos problemas raciais, embora não se possa ignorar que é imprescindível para que isso ocorra.

O racismo afeta toda a sociedade brasileira. Tem relações muito estreitas com a exploração econômica e outras formas de dominação que atingem a grande maioria do povo brasileiro, e por isso não deve ser encarado como uma questão negra, mas, segundo têm frisado vários entendidos, como *problema nacional*. As organizações que se propõem a lutar contra todo o tipo de injustiças têm a obrigação de encará-lo não como algo que diz respeito aos negros, mas a todo povo brasileiro. Pensamos que a posição é válida para o movimento negro (o que aliás vem sendo fato). A razão de existência do citado movimento reside na circunstância de os negros serem as principais vítimas (a nível social, econômico e psicológico) da situação e de estarem em condições de ter uma mais rápida e global compreensão. Contudo, isto não nega a perspectiva de uma ação tendente a dar ao problema um enfoque nacional, o que pressupõe formas de articulação com organizações que pretendem transformar a realidade existente.

Sejamos claros: a questão racial diz respeito a todos os brasileiros. Toda a sociedade é responsável por ela. A busca de solução é da responsabilidade de todos.

Os negros não podem carregar no seu dorso toda a responsabilidade. Os brancos não podem partir da posição de deixar o problema entregue aos primeiros. Afinal, ainda que em graus diferentes, ambos são vítimas e agentes do que existe. Entretanto, os negros por serem os que mais sofrem têm a necessidade de se mobilizarem na ótica da nacionalização do problema e de contribuir de acordo com a sua vivência e aspirações para a criação de uma realidade mais humana. Nada mais. Enfim, a saída é a criação de condições econômicas, sociais e culturais que permitam à democracia racial deixar de ser uma cortina de fumo para ser uma conquista dos negros, dos brancos, dos índios, isto é, das massas brasileiras.

A cultura no contexto da libertação nacional

A relação entre as questões cultural e racial é íntima, como vimos no capítulo anterior. Ambas fazem parte de um mesmo processo que visa à alienação do colonizado (e não só), fundamental para que a dominação econômica e social seja assegurada.

A imposição/alienação cultural é de fato um dos meios de que o colonialismo lança mão para viabilizar a sua dominação econômica. Ela está contida no racismo, e muitas vezes (sempre?) a encontramos claramente explicitada, já que ficou claro que em última análise o que se contesta é a capacidade de o negro (do colonizado) ser portador de cultura.

Por que tanta ênfase nesta questão? O mito da inferioridade do negro (do colonizado) surge da necessidade de conciliar uma situação de fato com determinados conceitos (ideais religiosos, democráticos etc.), que precisamente a negam, a condenam. Mas a imposição cultural (a sua tentativa) é mais do que isso.

O binômio colonizado-colonizador é uma contradição permanente e irreconciliável. Se isso pode ser contornado a nível da abstração dos ideólogos da dominação e seus agentes mais ou menos conscientes, entre os quais pode ser (e é) encontrado o próprio colonizado alienado, a prática social global assinala em permanência a impossibilidade desse casamento.

Por isso, há que procurar ultrapassar esta grande dificuldade na ótica da perpetuação dessa relação, mesmo que no fundamental o paradoxo seja a regra. O colonizado não tem cultura. Ele é impermeável à cultura, devido à sua inferioridade biológica. Apesar disso há que fazê-lo entrar nela (na do colonizador) pela mão do opressor.

Esta postura ultrapassa o simples objetivo de regular as contas com a consciência. Por que tanta importância concedida ao

problema? É que se a ocupação militar e a dominação econômica acabam sendo conseguidas com dificuldades maiores ou menores, a cultural apenas o é em escala limitada e não isenta de contradições que essa realidade gera.

"Reprimida, perseguida, traída por algumas categorias sociais comprometidas com o colonialismo, a cultura africana sobreviveu a todas as tempestades, refugiada nas florestas e no espírito de gerações vítimas do colonialismo."³¹

Apesar das grandes limitações que a compartilham, a cultura não desaparece e constitui uma ameaça constante à ordem estabelecida. Sente-se que é necessário algo mais. A hemorragia econômica do país, a presença militar, as restantes formas de repressão etc. não bastam. É imperioso lançar-se mão de mais um instrumento. Que a sua ineficácia vai ser provada, com poucas exceções, ao longo do tempo não interessa. A lógica da acumulação capitalista o exige. Se a cultura deve ser sacrificada no altar desta, não será por falta de sacerdotes que o ritual deixará de ser cumprido.

A cultura — síntese dinâmica da relação de uma comunidade com o meio e que se manifesta pelo que se poderia chamar pelo modo de ser de um povo (ou grupo) em dada fase histórica, vai ser atacada em todas as suas manifestações.

Os dominadores não se contentam em calar a própria consciência. Vão mais longe. É necessário que a vítima se convença dos seus argumentos. Ela deve interiorizar o que o branco fabricou para ela. Isto é fundamental para que o edifício tenha um mínimo de consistência. Em boa parte o consegue, não tanto graças "às teorias científicas" de que lança mão, mas essencialmente devido à dominação sócio-econômica.

Albert Memmi aborda a questão da desumanização do colonizado, para, a propósito da mistificação levada a cabo pelo

opressor, concluir: "Permanentemente confrontado com esta imagem (negativa) de si próprio, proposta, imposta, nas instituições como em todo o contato humano, como reagiria? Ela não lhe pode ser indiferente e colocada sobre ele do exterior, como um insulto que voa com o vento. Ele acaba por reconhecê-la tal como uma alcunha detestada mas que se torna um sinal familiar. A acusação perturba-o, inquieta-o tanto mais quanto admira e teme o seu poderoso acusador. Não terá ele um pouco de razão? Murmura o colonizado. Na verdade não somos todos culpados? Preguiçosos, porque temos tantos desocupados. Idiotas, porque nos deixamos oprimir. Desejado difundido pelo colonizador, este retrato mítico e degradante acaba, numa certa medida, por ser aceito e vivido pelo colonizado. Ganha assim uma certa realidade e contribui para o retrato real do colonizado."³² Em seguida o autor demonstra que tal processo nada tem de original. Inscreve-se na dialética das relações ideológicas entre opressores e oprimidos.

A questão da interiorização do estereótipo é abordada com um enfoque diferente do de Fanon.

Creemos que as duas maneiras de concebê-la não se opõem. Pelo contrário. Completam-se. O negro ser social é a resultante dinâmica de uma série de fatores, cuja influência se faz sentir no seu comportamento e cujas raízes acabam por se situar no seu psiquismo.

Isto é igualmente verdadeiro para o branco. Em suma, o Homem é o resultado em renovação permanente da relação dialética entre o indivíduo e o meio.

Subjugar o indivíduo (coletivamente) é destruir a sua cultura. É procurar negar os vínculos que o ligam ao seu mundo. É por isso que as suas línguas, religiões, vestuários, costumes etc., como assinala Fanon, são implacavelmente atacados. O combate é global. É a humanidade do colonizado

que se procura destruir. Para que uma outra lhe seja imposta, ou mais claramente, para que não tenha nenhuma. Afinal, sempre existia alguma coisa, porque é meio complicado destruir algo que não existe . . .

Mas deixemos a fantasia (bem real por sinal).

Percebe-se claramente que as coisas não são simples. A sua complexidade é bem grande. E a realidade colonial é parte de uma bem mais vasta. Ela integra o capitalismo internacional que vai provocar roturas irreversíveis nas sociedades dominadas. As distorções operadas vão ter conseqüências ao nível cultural. Uma delas, talvez a mais importante, é a impossibilidade de regresso ao ponto de partida. A realidade pré-colonial foi morta pelo colonialismo, devendo ser enterrada pela luta das massas em busca da emancipação nacional. Aquela existiu em determinada época histórica, caracterizada por certo(s) estágio(s) de desenvolvimento das forças produtivas. A dominação colonial encerrou essa etapa, e a história, afinal, não se repete.

Se a dominação colonial se inscreve no sistema capitalista internacional, não é possível ignorar que o mundo foi unificado sob a sua égide, e, quer se queira quer não, nenhuma parte do planeta pode (ou pôde) fugir a esta realidade. Isso nada tem a ver com a aceitação pura e simples das conseqüências do domínio do capital e muito menos ainda com a defesa de valores que podem conduzir a humanidade à barbárie (na melhor das hipóteses) ou aniquilamento. Advoga-se apenas que as alternativas devem ser buscadas tendo em conta a realidade em toda a sua dimensão.

Abordando a questão cultural, Fanon não se cansou de mostrar as suas potencialidades, mas também os seus limites na situação colonial. Ele, como Cabral (este de maneira menos unilateral), insiste no fato de que a base da preservação cultural situa-se nos campos e não perde de vista que as

restrições ao desenvolvimento da cultura, impostas pelo colonialismo, são grandes. Nestas circunstâncias, ela se coloca na defensiva, como santuário onde a imposição cultural estrangeira não consegue penetrar embora possa influenciá-la.

A diferença entre a cidade e o campo, resulta do processo pelo qual a dominação colonial se materializou. Os imperativos econômicos vão em larga medida determinar a forma que a ocupação assume, ao lado da organização social das diferentes regiões e da resistência que a penetração estrangeira depara.

Certas áreas serão ocupadas maciçamente (colonização de povoamento). Outras, dentro ou fora da mesma região, terão uma presença numérica inferior. As primeiras situam-se em regra no litoral ou nas zonas de implantação de indústrias quase sempre extrativas. O campo, excetuando-se as grandes plantações, é mais ou menos poupado. Assim, indústrias ou serviços com alguma sofisticação coexistem com amplas regiões onde impera uma economia de subsistência, estando os dois setores subordinados ao mercado exterior. E o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Uma parte da população vai conviver, especialmente nos meios urbanos, com o colonizador, que necessita dela. Conhecimentos (e mais do que isso) do colonizador têm de ser incorporados, como condição de sobrevivência. É a alienação cultural maior ou menor.

A parte da população marginalizada sofre a nível cultural (de outro modo) as conseqüências da situação, quer pelo fato da evolução "normal" da sua economia estar comprometida, quer porque muitas vezes mantém contatos com a parcela da população que habita as cidades. A emigração campo-cidade é também estimulada a partir de certa fase.

Ainda que condicionada pela ocupação estrangeira, a dinâmica interna das comuni-

dades rurais vai evidentemente refletir-se na sua cultura. Este aspecto não foi muito valorizado por Fanon, que chega a ter uma visão uniforme do campesinato.

A posição de Cabral é diferente: "Mas o caráter de classe da cultura é ainda mais sensível no comportamento das categorias privilegiadas do meio rural, especialmente no que se refere às etnias que dispõem de uma estrutura social vertical, onde, no entanto, as influências da assimilação ou alienação cultural são nulas ou praticamente nulas. É, por exemplo, o caso da classe dirigente fula. Sob domínio colonial, a autoridade política dessa classe (chefes tradicionais, famílias nobres, dirigentes religiosos) é puramente nominal, e as massas populares têm consciência que a verdadeira autoridade reside e age nas administrações coloniais. Contudo, a classe dirigente mantém, no essencial, a sua autoridade cultural sobre as massas populares do grupo, com implicações políticas de grande importância."³³

Vimos que um dos aspectos da imposição cultural situa-se ao nível da língua. A este respeito é interessante assinalar a evolução de Fanon. Ao estudar o racismo em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, evidencia a importante relação entre a língua e a cultura. Entretanto, a propósito da língua do seu país de origem, não hesita em concordar com Michel Leirix, quando este diz: "Língua popular que atualmente ainda todos conhecem mais ou menos mas que só os analfabetos falam com exclusão do francês, o *creolo* parece desde já prometido a passar tarde ou cedo à condição de vestígio, quando a instrução (por muito lentos que sejam os seus progressos entravada pelo número em toda parte demasiadamente restrito dos estabelecimentos escolares, a penúria em matéria de leitura pública e o nível muitas vezes demasiado baixo da vida material) estiver bastante difundida à generalidade das camadas deserdadas da popu-

lação."³⁴

Como se vê, Fanon não tirou todas as conclusões que a sua tese sobre a imposição cultural autorizava. Isto se explica pela concepção que tinha, nessa altura, relativamente à Martinica.

Considerava-a parte integrante da França. Nessa perspectiva, as soluções para os problemas que afligiam o povo do seu país poderiam ser encontradas sob a égide de Paris. A compreensão da questão da língua ficava assim bastante prejudicada por uma dificuldade em entender a natureza colonial dos laços que ligam a Martinica à França. Isso impedia-o de levar às últimas consequências a questão da imposição cultural, corolário da dominação colonial.

É na prática política que estas limitações vão ser ultrapassadas. O problema é colocado durante a luta de libertação argelina, mas desta vez numa perspectiva radicalmente diferente. Na sequência da análise sobre a tomada de consciência dos antilhãos e da resistência cultural por eles manifestada, o autor de *Os Condenados da Terra* afirma: "Este renascimento manifesta-se atualmente no plano intelectual, no Haiti nas Antilhas britânicas, onde precisamente uma língua comum, o *creolo* (mistura do francês, inglês, espanhol e dialetos africanos), constitui uma forma de ligação e um melhor meio de expressão da consciência antilhana.

"Quanto às reivindicações, são tanto mais energicas quanto a opressão racial agrava a opressão social na maior parte das ilhas."³⁵

O percurso feito pelo pensamento Fanoniano é assinalável e reflete a importância que concedeu à questão cultural e nacional.

Como vimos, *A Sociologia de Uma Revolução* (ou *Ano V da Revolução Argelina*) é quase totalmente consagrada à análise de algumas importantes transformações por que passa a cultura argelina no decurso da luta. Vários aspectos da cultura do país são estudados à luz de luta de libertação nacio-

nal. A utilização contraditória de algumas instituições que se metamorfoseiam durante o processo, é posta em evidência.

A idéia básica é a de que a cultura autêntica apenas começa a existir com a nação que se assume. É parte integrante desta, e o seu desenvolvimento segue de perto o ritmo da luta armada de libertação nacional.

Fanon exagera quando aposta audaciosamente na irreversibilidade de certas transformações (relações familiares, casamento, emancipação da mulher etc.), em boa parte devido à crença quase mística na violência contra o opressor.³⁶

A aliança dos intelectuais com o campesinato é um aspecto fulcral do pensamento de Frantz Fanon. Assim, dedicou atenção particular à posição daqueles em relação ao problema cultural e se posicionou quanto às suas facetas mais importantes. Mas falar disso é falar da sua própria história. Da sua caminhada às vezes dolorosa na busca da libertação individual, que ganhou outro sentido (solução?) num quadro coletivo.

A situação em que se encontra o intelectual colonizado é particularmente dramática. Adquiriu uma cultura estrangeira que o afasta das massas do seu país e que o aliena culturalmente. Mas não pode ser inteiramente aceito pelo opressor, porque, apesar de tudo, ele não é um deles. O retorno às "fontes" impõe-se como única saída. Inicialmente, esse retorno é mais (essencialmente) uma necessidade psicológica do que política.

As vicissitudes porque passa o intelectual colonizado é descrito com a intensidade do vivido em *Os Condenados da Terra*.

A negritude, a racialização e continentalização da cultura na África são apreciados pelo autor na perspectiva do regresso às raízes.

Vejamos como vivencia a aventura do retorno: "Como? Quando eu tinha todas as razões para odiar, para detestar, rejeitavam-me?

"Quando eu deveria ser solicitado recusavam-me todo o reconhecimento? Decidi, já que era impossível partir para um 'complexo inato', afirmar-me como negro. Já que o outro hesitava em reconhecer-me só restava uma solução: fazer-me conhecer."³⁷

Vemos que a motivação fundamental é o não reconhecimento pelo outro. É a reação à difícil situação atrás referida. Nascido e mais desenvolvido nos círculos intelectuais originários de colônias francesas, a negritude inscreve-se na reação contra a política dita assimilacionista.*

Como é que ela vai-se concretizar?

"Tornava-me o poeta do mundo. O branco tinha descoberto uma poesia que nada tinha de poético. A alma do branco estava corrompida e, como me dizia um amigo que ensinava nos EUA: 'Para os brancos, os pretos constituem de algum modo a garantia de humanidade. Quando os brancos se sentem demasiado mecanizados, viram-se para os homens de cor e pedem-lhes um pouco de alimento humano'.³⁸

A irracionalidade, o ritmo, a ligação cósmica, o misticismo são elevados, enquanto características essenciais do negro, ao absoluto. O branco reage, lembrando que isso foi há muito ultrapassado e de forma superior na sua história.

Então surge o culto do racional — a antiguidade negra é investigada com alguma exaustão. Civilizações africanas são desenterradas com todo o vigor e exibidas com grande estrondo e orgulho. Mas a resposta do branco não se faz esperar: "Acabem com essa história e essa investigação sobre

* As raízes da negritude situam-se no movimento pan-africanista dos negros norte-americanos, em fins do século passado e início deste.

o passado; tentem pôr-se no nosso ritmo. Numa sociedade como a nossa, industrializada em extremo, cientificada, não há lugar para a vossa sensibilidade".³⁹

O desabafo de Fanon mostra o beco sem saída a que se chegou: "Assim, ao meu irracional, opuseram o racional; ao meu racional, opuseram o verdadeiro 'racional'."

Quase que se presente a antecipação das reservas que faria ao conceito de negritude, o que não o impede de discordar com alguma amargura de Sartre, quando este diz: "A afirmação da supremacia branca é a tese; a declaração da negritude como valor antitético é o momento da negatividade.

"Assim, a negritude existe para ser destruída; é passagem, não-conclusão; meio e não, fim último".⁴⁰

A preocupação com as questões culturais não deixaria mais de merecer a atenção de Fanon. O tema é retomado com alguma exaustão em *Os Condenados da Terra*, onde as suas posições aparecem de forma bastante clara. A preocupação central é clarificar. Explicar o quê pode sê-lo. Compreender a relação entre os elementos do processo, mas também denunciar.

Fanon explica a tendência de racialização e continentalização da cultura do colonizado africano, como conseqüência da forma pela qual o racista se posicionava frente à colonização. Negava cultura ao colonizado de forma global. Não se preocupava em negar cada altura individualmente. Também não era como um negro determinado que se era discriminado, mas sim *como negro*.

Em tais circunstâncias, seria natural que na viagem de retorno às "fontes"* o problema fosse apreendido de forma global, isto é, continental e racial (ultrapassando por isso os limites do continente africano). Nessa fase, o intelectual colonizado tinha

de responder por todos. Fanon insurge-se contra estes dois aspectos. Explica o fenómeno, mas não o aceita. Defende a posição de que a cultura é, antes de tudo, nacional. Cada país tem a sua especificidade e necessariamente a sua cultura. Tendo em conta as diferentes situações (diversas sociedades) em que o negro se encontra, não tem sentido atribuir-lhe uma cultura diferente que não seja a do seu país. Fanon é categórico: "Bater-se pela cultura nacional é em primeiro lugar lutar pela libertação da nação, matriz material a partir da qual a cultura se torna possível".⁴¹

A ligação entre a cultura e a luta de libertação nacional, para além do esclarecimento desta importante questão, visa a igualmente evitar ambigüidades. Ou seja, que se faça cultura pela cultura quando as condições necessárias ao seu desenvolvimento não estejam asseguradas. Fanon entende que uma situação de rejeição global do colonizado, aliado à situação específica do intelectual colonizado, o tenha levado a responder de forma idêntica e necessariamente incorreta.

A respeito da racialização da cultura diz: "Imaginar que se fará cultura negra é esquecer estranhamente que os negros estão desaparecendo, os que os criaram estão assistindo à dissolução da sua supremacia econômica e cultural".⁴²

Ainda a propósito da negritude, julgamos haver uma aproximação em relação a Sartre quando mais tarde Fanon considera o movimento como "uma síntese afetiva, senão lógica desse insulto que o branco fazia à humanidade". Posição que é acentuada quando afirma: "Em conjunto os apologistas da negritude: opuseram a Velha Europa à jovem África, a razão enfadonha à poesia, a lógica opressiva à natureza impetuosa; de um lado rigidez, cerimônia, pro-

* Fanon considera necessário o retorno às fontes mas não enquanto reivindicação de uma "cultura racial ou continental".

toçolo, ceticismo — do outro, ingenuidade, petulância, liberdade e, por que não?, abundância. Mas também irresponsabilidade".⁴³

Condutas atentatórias à libertação da Argélia, por parte de apologistas da negritude, são denunciadas com vigor por Fanon. Mais uma vez insiste no logro que é a luta pela cultura fora do quadro da libertação nacional.

Renate Zahar tem razão quando, na linha de Sartre, admite aspectos positivos em certa fase da negritude, enquanto reação à ideologia colonial-racista, meio de fuga à absorção acrítica de uma cultura que é utilizada para perpetuar as limitações culturais, já que a referida ideologia era o resultado de uma situação que obstaculizava o desenvolvimento cultural. Também os limites da negritude são evidenciados com rigor: "Na reação da negritude à ideologia colonial-racista, se cristalizam três momentos que serão simultaneamente verdadeiros e falsos. São verdadeiros na crítica das más condições da sociedade colonial:

- ataque contra a falsa racionalidade;
- protesto contra a negação da própria história;
- rebelião contra a degradação racial.

"São falsos esses momentos pela fixação ideológica, pela metamorfose de suas reivindicações críticas e negativas em valores positivos que não refletem já a sua condicionabilidade histórica:

- exaltação da irracionalidade, ressentimento antitecnológico;
- glorificação a-histórica do passado pré-colonial.

"Consideração da 'personalidade africana' que se aproxima perigosamente do estereótipo do 'nobre selvagem'".⁴⁴

Quando atentamos na afirmação de

Senghor "Sensibilidade emotiva. A emoção é negra como a razão é helênica."⁴⁵, não podemos deixar de estar inteiramente de acordo com Renate Zahar.

Neocolonialismo

Costuma-se dizer que Frantz Fanon foi o teórico da luta de libertação e, não, da independência. Isto é verdade na medida em que o essencial da sua obra (e a sua vida) está centrado sobre a preparação da luta e o seu desenvolvimento, terreno em que teve uma vivência concreta. Mas, na medida em que dentro de certos limites a luta de libertação (ou outra) contém no seu seio elementos (antecipações) importantes da nova realidade a ser criada e que o neocolonialismo em alguns países já era para ele um fenômeno evidente, esta nova forma de dominação mereceu-lhe alguma preocupação.

É verdade que as causas do fato neocolonial não são estudadas em profundidade por Fanon, o que poderá explicar-se pelo seu fetichismo em relação ao uso da violência. Esta, ao ser a expressão do envolvimento total das massas no processo de libertação nacional, criaria na visão do autor as condições para a compreensão dos mecanismos de dominação estrangeira e da luta de classe no seio da Nação. Tal tomada de consciência seria a garantia fundamental contra a implantação de novas formas de dominação.

Não se pode negar a importância da conscientização participante das massas num processo objetivamente revolucionário. Contudo, é indiscutível (a História o tem demonstrado) que a existência de uma luta armada de libertação nacional, apesar de levar as massas a participarem de complexos fenômenos, por si só não garante que a exploração e opressão (sob novas formas) deixem de existir.

Lutar e participar é importante. Mas existem limites que não podem ser ultrapassados num quadro meramente nacional. O capitalismo há muito que deixou de ser um processo nacional. São inúmeros os mecanismos ideológicos de que lança mão para manter boa parte do planeta sob seu controle. Mas é acima de tudo através da sua ordem econômica que confina grandes contingentes humanos na miséria e no desemprego e *que consegue reabsorver processos de libertação nacional objetivamente revolucionários*. A questão é política, mas passa por uma caracterização sócio-econômica do processo (que a política deve refletir), o que de fato Fanon não faz.

Se a conscientização política das massas é importante, como fazê-la? Qual o papel dos partidos nesta questão? Em suma, o que é (são) partido(s) revolucionário(s)? Como deve(m) funcionar internamente para se ter a garantia de que mais tarde não manipularão o poder conquistado com o suor e o sangue das massas? Qual deve ser a dinâmica das relações Partido(s)-Massas, uma vez que se sabe que, no quadro do atraso político destas, a possibilidade de sua manipulação é grande, apesar das suas inegáveis potencialidades? Como é que as questões vão ser transpostas para a nova realidade a ser criada? Por outras palavras, tendo em conta as especificidades do país, qual o projeto de sociedade a criar? É qual a relação destas questões com a dominação econômica e política do capital internacional?

Estas questões (e outras, claro) têm ligações muito estreitas com a realidade neocolonial.

Algumas delas estão presentes de maneira algo diluída na obra de Fanon, que entretanto não chega a aprofundá-las, o que limita a sua visão do neocolonialismo.

Isso não o impede de denunciar de forma objetiva importantes fenômenos a ele ligados. Apesar de não se preocupar muito

com a caracterização das classes sociais, ele tem uma visão de classe do fenômeno neocolonial. Este seria o resultado do exercício do poder por uma burguesia nacional dependente. Uma vez que esta classe não pode ter autonomia em relação à burguesia internacional, por não dispor de recursos para tal, limita-se ao papel de intermediário entre aquela e as massas.

O assalto às posições antes ocupadas pelo estrangeiro, a falta de uma orientação econômica que leve à reestruturação da economia, a corrupção, fazem com que as condições de vida das massas se deteriore progressivamente, fato que provoca o isolamento das autoridades. Para tal, contribuí também a excessiva centralização e o abandono do campo em favor da cidade.

Neste contexto, o racismo e as rivalidades tribais são reacendidos, complicando ainda mais a situação existente a nível africano e tornando a unidade africana uma utopia. E já que a burguesia nacional não pode ter qualquer papel autônomo, o aparelho do Estado é utilizado como principal sustentáculo da sua existência. Ao nível da política econômica e financeira e da repressão, esta situação é mais do que clara.

“Nesses países pobres, subdesenvolvidos, onde, segundo a regra, a maior riqueza margeia a maior miséria, o exército e a polícia constituem os pilares do regime”.⁴⁶

A insatisfação crescente das massas, a incapacidade do regime em cumprir minimamente as promessas da época da luta de libertação nacional, a falta de instrumentos políticos para a intervenção real daquelas na vida do país, aliado às contradições intestinas das classes dominantes, fazem com que, para além da sua função repressiva, o exército (aconselhado por especialistas estrangeiros, lembra Fanon) chamou a si o papel de árbitro. “Mas cedo ou tarde ele descobrirá e fará pesar sobre o governo o risco sempre patente de uma sedição”.⁴⁷

E o partido? Este detém o monopólio

do poder, uma vez que não admite concorrência política. Frantz Fanon é categórico a este respeito: "O Partido único é a forma moderna da ditadura burguesa sem máscara, sem dissimulação, sem escrúpulos, cínica."

É evidente que o partido único corresponde em larga medida à fraqueza congênita das forças dirigentes, da qual passa a ser um reflexo. Na realidade, como permitir a livre organização política da oposição, quando a corrupção, a incompetência, o desprezo pelos interesses das massas são o dia a dia da prática política oficial? Como diz Fanon, a oposição (quase sempre progressista) é destruída a paulada ou a pedrada ou obrigada a refugiar-se na clandestinidade.

"Depois da independência o partido soçobrava numa letargia espetacular. Os militantes só são mobilizados por ocasião das manifestações ditas populares, das conferências internacionais, dos aniversários da independência."⁴⁸

"O Partido transforma-se num instrumento de êxito individual."⁴⁹

Ao mesmo tempo que se assiste à desagregação do partido, o líder é utilizado para adormecer as massas, enquanto os militantes se transformam em delatores e correias de transmissão das decisões da cúpula.

O autor não tem dificuldades em concluir que a burguesia deve ser barrada, já que o seu comportamento político resulta da sua natureza. Contudo, e contraditoriamente, não lhe é negada uma possibilidade de salvação... Fanon acredita na existência de uma burguesia autêntica (?) quando afirma: "Ora, parece precisamente que a vocação histórica de uma burguesia nacional autêntica num país subdesenvolvido é a de negar-se a si mesma enquanto instrumento do capital e fazer-se escrava do capital revolucionário que constitui o povo."⁵⁰

Creemos que o comportamento da burguesia africana descrito por Fanon, é a ma-

neira coerente dela exprimir a sua autenticidade. Na realidade, ela defende os seus interesses de classe em condições históricas dadas.

Fanon procura prevenir esta evolução. Além da proposição no sentido de a burguesia ser barrada, apela para a confiança na capacidade e espontaneidade das massas. Estas devem ser organizadas por um partido revolucionário. Alguns exemplos significativos da forma segundo a qual a relação correta partido-massas pode conduzir a resultados interessantes, são extraídos da luta de libertação argelina. Mas, deve-se reconhecer que as conclusões relativas à evolução desse processo (bastante otimistas) não se confirmaram.

Acerca do partido, as concepções de Fanon não são claras. Que ele deve resultar de uma aliança entre os intelectuais e as massas (especialmente as camponesas), que o contato entre a direção e as bases deve ser permanente, e que se deve proceder a uma politização que não deve ser confundida com o pronunciamento de discursos, etc., são concepções corretas no essencial, mas manifestamente insuficientes.

A nível do aparelho do Estado encontramos algumas posições igualmente pouco aprofundadas. Fanon propõe que em boa medida o exército seja politizado e substituído por milícias populares. Algumas medidas de ordem administrativa são sugeridas, como a descentralização, a distribuição dos principais dirigentes pelo interior do país, a organização de alguns ministérios. Aspectos relacionados com a organização do trabalho, a questão das mulheres, da juventude e organizações sindicais são abordados.

É fato que algumas dessas colocações são importantes. Mas perdem muito do seu valor, seja porque não são acompanhadas de uma análise mais profunda do ponto de vista económico da realidade neocolonial, seja porque o estudo das classes sociais é

limitado e algo confuso, ou porque a concepção do partido é muito pouco clara.

Igualmente o perfil da nova sociedade que se quer construir não é nítido. Por exemplo, Fanon insurge-se e bem contra o partido único na sociedade neocolonial, mas a questão da democracia numa sociedade que não tivesse esse estigma não é colocada.

A dominação neocolonial é identificada com o domínio da burguesia (que é caracterizada confusamente) e nada diz da pequena burguesia (que, como vimos, parece no pensamento fanoniano estar incluída naquela). Ora, sabemos que esta tem importância muito grande em vários (todos?) países africanos, não pelo número mas pelas funções que desempenha. Esta classe, como sabemos, tem um peso que não pode ser ignorado e que se manifesta antes e após a independência. Alguns elementos oriundos dela podem desempenhar papel de relevo na condução da luta e dirigir um aparelho de Estado burguês que poderá ter características algo diferentes das apontadas por Fanon.

Como já assinalamos, a compreensão da questão neocolonial implica uma análise sócio-económica mais profunda, que deve começar no terreno nacional e projetar-se na arena internacional. As denúncias de Fanon são importantes. Entretanto, apenas à luz do aprofundamento acima referido, da definição do tipo de sociedade a construir, da concepção de partido(s) revolucionário(s) poderão ser encontradas as perspectivas corretas, que devem tomar em conta as especificidades africanas.

Notas finais

A idéia e a ação em Fanon se interpenetram numa relação simbiótica que a morte prematura destruiu apenas na medida em que lhe roubou a possibilidade física de

continuar a participar do movimento. Ainda que para ser ultrapassado, o seu legado — marco importante no pensamento político africano — ficou.

Frantz Fanon foi e é um pensador que incomoda. Toca em assuntos que não podem deixar as pessoas indiferentes. A questão racial é uma delas.

A perspectiva não é a confrontação. Também não é a abstração. É a luta que não exclui confrontação. Existe uma realidade patológica. Para além da identificação da causa (de etiologia), há que se preocupar com o mecanismo. Isto é, não basta olhar em volta. É preciso olhar para dentro, ao mesmo tempo que se dispõe a alterar o que nos circunda.

Afinal, como diz Marx, "se os homens são o produto das circunstâncias", há que humanizá-las. Por isso não faz sentido ignorar uma peça importante das circunstâncias — o homem com todas as suas taras.

É incómodo ter-se de admitir que mecanismos externos contra os quais se luta sinceramente, estão presentes (ou têm essa possibilidade) no nosso íntimo. Mas...

Quando Fanon se preocupa com problemas menos "irracionais", provoca adesões quase incondicionais e alimenta polémicas apaixonadas. É o caso da sua concepção de partido, da questão da violência e do espontaneísmo que se liga àquelas. Infelizmente, a última questão é encarada apenas na ótica da sua ligação com a violência. Outros aspectos de espontaneidade não foram considerados e são importantes no processo de emancipação e participação populares.

Não, não se trata de exumar o espontaneísmo fanoniano. Se não estamos de acordo com as posições de Fanon a este propósito, também discordamos das que concebem a organização como algo que tem de se opor irredutivelmente ao espontaneísmo, que existe para o esmagar.

Sim, o espontaneísmo entregue a si próprio esgota-se e, muitas vezes, se transfor-

ma no prelúdio de práticas que levam a situações opostas às almejadas. Mas as soluções organizativas que objetivam a sua morte, em vez de lhe aproveitar as potencialidades e se alimentar também da sua dinâmica (quando de massas), historicamente não irão longe. E ainda bem.

É natural que Fanon tivesse horrorizado os que têm essa concepção de organização. É fácil de ver que não são apenas as limitações de Frantz Fanon que horrorizam, mas também (sobretudo?) a sua postura não-condenatória em relação ao espontaneísmo.

As vitórias dos movimentos de libertação nacional das ex-colônias portuguesas foram dos acontecimentos mais importantes no continente africano desde a morte de Fanon e que tiveram repercussões de peso no xadrez político da África. Apesar das muitas interrogações que ainda subsistem, as posições do imperialismo foram sem dúvida abaladas. Os pontos de contato das lutas nas ex-colônias portuguesas com as idéias de Fanon não se limitam à questão da UPA, anteriormente citada. Os movimentos de libertação nacional foram dirigidos por lideranças na maior parte constituídas por quadros urbanos, intelectuais em boa percentagem. O peso do campesinato foi muito grande. As lutas, no essencial, tiveram lugar nas regiões rurais. Os processos tiveram na violência uma das armas fundamentais. Mesmo os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que não chegaram a conhecer a fase armada, não podem de forma alguma ser dissociados das guerras anticoloniais travadas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

O apoio da Argélia a esses movimentos foi muito importante.

Mas, apesar dos inúmeros aspectos apontados, seria errôneo pensar-se que traduzem a concretização pura e simples do pensamento de Fanon. A simplificação seria grosseira.

A razão de ser das vitórias desses movimentos de libertação e a forma que os processos assumiram devem ser procurados na modalidade de que o colonialismo português se revestiu, na resistência que as massas africanas sempre lhe opuseram e na solidariedade e apoio internacionais, especialmente dos países não-capitalistas, nomeadamente a União Soviética. É fato que a experiência acumulada pelos movimentos de libertação ao nível do continente africano e na arena internacional foi importante fator de vitória, apesar das contradições.

Entretanto, não obstante a variedade de fatores que possibilitaram as vitórias referidas, cremos que o pensamento fanoniano teve importância nos mesmos. Apesar da preocupação dos líderes dos principais movimentos, no sentido de adequar a luta à realidade dos respectivos países, as posições de Fanon terão contribuído para acentuar a ruptura que esses movimentos representaram em relação aos que os antecederam.

Boa parte dos temas mais caros a Fanon constituiu preocupação das lideranças referidas. Existem semelhanças mas existem igualmente diferenças importantes. Citemos uma apenas — a questão organizativa. As preocupações nesse domínio são de fato bem maiores do que as de Fanon.

Seria interessante estudar as semelhanças e os pontos de ruptura existentes entre as concepções de Fanon e as que nortearam os ideólogos dos movimentos de libertação nacional das ex-colônias portuguesas. É possível que nessa perspectiva se detectem desenvolvimentos de posições de Fanon, bem como contribuições originais (em ruptura com aquelas). E limitações poderiam ser clarificadas, no sentido de ajudar a entender melhor os complexos problemas com que os citados países se debatem.

A situação do continente africano podia ficar mais cristalina e os inúmeros laços de dependência evidenciados.

Fanon procurou o homem novo. Apesar da unilateralidade de sua orientação (o homem novo deveria surgir no chamado Terceiro Mundo), buscou-o com toda a sua energia e de acordo com as circunstâncias conseguiu sê-lo em certa medida. Não seria

descabido que as massas dos países (ainda colonizados e neocolonizados (e não só) fizessem suas (e das suas organizações revolucionárias) as palavras de Frantz Fanon: "Ó meu corpo, faz de mim um ser que sempre interroga".

NOTAS

1. Amílcar Cabral, *A Arma da Teoria — Unidade e Luta*, vol. 1, 2.^a ed. (Lisboa: Seara Nova, 1978), p. 212-3.
2. Irene L. Gendzier, *Frantz Fanon* (México: Ediciones Era, 1977), p. 265.
3. *Idem, ib.*, p. 268.
4. Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968), p. 28.
5. *Idem, ib.*, p. 31.
6. Renate Zahar, *Colonisation y Enajenación. Contribución a la Teoría Política de Frantz Fanon* (México: Siglo XXI, 1965), p. 51-2.
7. Frantz Fanon, *op. cit.*, p. 29.
8. *Idem, Sociologie d'Une Revolution* (Paris: François Maspero, 1972), p. 115.
9. *Idem, ib.*, p. 81.
10. *Idem, Os Condenados da Terra*, p. 25 e ss.
11. *Idem, ib.*, p. 74.
12. *Idem, ib.*, p. 74.
13. *Idem, ib.*, p. 45.
14. *Idem, ib.*, p. 46.
15. *Idem, ib.*, p. 106.
16. Nguyen Nghe, "Frantz Fanon et les Problèmes de l'Indépendance", *La Pensée*, n.º 107 (fevereiro de 1963), p. 23 e 36, citado por Irene Gendzier, *op. cit.*, p. 279.
17. Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (Porto: Editora A. Ferreira), p. 37.
18. *Idem, ib.*, p. 231.
19. *Idem, Os Condenados da Terra*, p. 253 e ss.
20. *Idem, Pele Negra, Máscaras Brancas*, p. 41.
21. *Idem, ib.*, p. 193 e ss.
22. *Idem, ib.*, p. 189.
23. *Idem, ib.*, p. 190.
24. *Idem, ib.*, p. 192-3.
25. *Idem, ib.*, p. 208.
26. *Idem, ib.*, p. 90.
27. *Idem, ib.*, p. 68.
28. *Idem, ib.*, p. 82.
29. *Idem, ib.*, p. 90.
30. *Idem, ib.*, p. 205.
31. Amílcar Cabral, *op. cit.*, p. 228-9.
32. Albert Memmi, *Portrait du Colonisé Procédé de Portrait du Colonisateur* (Paris: Tayot), p. 117.
33. Amílcar Cabral, *op. cit.*, p. 226-7.
34. Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, p. 58.
35. *Idem, Pour la Revolution Africaine* (Paris: François Maspero, 1964), p. 104.
36. Renate Zahar, *op. cit.*, p. 102-3.
37. Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, p. 147.
38. *Idem, ib.*, p. 162.
39. *Idem, ib.*, p. 165.
40. Jean Paul Sartre, "Orphée Noir", prefácio à *Antologie de la Poesie Negre et Malgache*, p. 40 e ss., citado por Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

41. Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, p. 194.
42. *Idem, ib.*, p. 195.
43. *Idem, ib.*, p. 176-7.
44. Renato Zahar, *op. cit.*, p. 79.
45. L. S. Senghor, "Ce que l'Homme Noir Apport", citado por Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, p. 59.
46. Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, p. 142.
47. *Idem, ib.*, p. 143.
48. *Idem, ib.*, p. 141.
49. *Idem, ib.*, p. 141.
50. *Idem, ib.*, p. 125.

SUMMARY

Analyzed are the main aspects of Fanon in a critical manner. However first in the introduction the question of the *petit bourgeoisie* is discussed in the processes of national liberation in Africa and the attempt is made to situate Frantz Fanon politically. As to the first issue, it is concluded that the *petit bourgeoisie* has an important role during the process and even after the conquest of power by a national liberation movement with a radical program. The reasons given are the fact of the political leadership having an influence from this class, the absence of self (group) — organization on the part of the masses, within the context of socio-economic and political difficulties. The limitations of Fanon are attributed to the verifiable retardations in the anti-imperialist fight, (all of which) have influenced the political African elites.

The most important points studied are as follows: violence, the racial question, the cultural question within the context of national liberation and neo-colonialism. Violence is considered fundamental in the thought of Fanon, agreed with is the description that he gives of the colonial situation and it is noted that there exists a rupture in relation to other African thinkers in this regard. The importance that Fanon attributed to the question is felt to be exaggerated, as it is already for itself, the use of violence would guarantee, in his view, the resolution of all of the problems that afflict the colonized. Disagreed with is the social analysis made by Fanon, as well as the fact of his considering the peasant class as the only

revolutionary class in colonized countries. Concerning the racial question the essential positions of Fanon are described. Racism is considered the result, not the mechanism of socio-economic domination and the psychological mechanism through which it is installed in the psyches of whites and blacks are put in evidence. Aspects of the racial situation in Brazil are discussed and it is concluded that the legitimacy of a black movement should be in its ability to cause whites, blacks and indigenous peoples to consider the problem as a national one.

Concerning the cultural question within the context of national liberation, the criticism that Fanon made about the racialization and continentalization of culture is emphasized. The way shown by him in the cultural area is underscored, as well as the criticisms that he and other authors make concerning the concept of Negritude.

As relates to neo-colonialism, the denunciations and alternatives of Fanon are considered important, but limited in as much as they are not grounded in a socio-economic understanding of the process, that goes beyond national frontiers.

In the final part some similarities and differences between the positions of Fanon and the movements for liberation in the (former) Portuguese colonies are underscored and it is determined that studies of this question would facilitate the understanding of problems which affect these countries and the mechanisms of dependency that continue to exist on the African continent.

RÉSUMÉ

L'article analyse les principaux aspects de l'oeuvre de Fanon de manière critique. Dès l'introduction, est abordé la question du rôle de la

petite bourgeoisie dans le processus de libération nationale en Afrique, tandis que l'on cherche à situer dans le même temps, politiquement,

Frantz Fanon.

En ce qui concerne le premier point, on peut conclure que la petite bourgeoisie joue un rôle important durant le processus et même, après la conquête du pouvoir par un mouvement de libération nationale doté d'un programme radical.

Les raisons citées sont que la Direction politique subit l'influence de cette classe, en raison de l'absence d'auto-organisation des masses dans un contexte de difficultés socio-économiques et politiques.

Les limitations de Fanon sont attribuées aux reculs vérifiés dans la lutte anti-impérialiste et qui ont influencé les élites politiques africaines. Les autres aspects étudiés qui ressortent le plus sont: la violence, la question raciale, la question culturelle dans le contexte de libération nationale et le néo-colonialisme.

La violence est tenue pour fondamentale dans la pensée politique de Fanon, l'on concorde avec la description qu'il en donne dans la situation coloniale et l'on peut signaler qu'il y a là une rupture avec les autres penseurs africains.

L'importance que Fanon attribue à cette question est considérée exagérée une fois que, selon lui, l'utilisation de la violence garantirait, à elle seule, la résolution de tous les problèmes que vivent les colonisés.

Il y a une divergence d'opinion quant à l'analyse sociale faite par Fanon, ainsi que le fait de considérer la paysannerie comme l'unique classe révolutionnaire dans les pays colonisés.

En relation à la question raciale, l'article décrit les positions essentielles de Fanon qui consi-

dère le racisme comme résultat, non mécanique, de la domination socio-économique et met en évidence les mécanismes psychologiques à travers lesquels il s'installe dans le psychisme des noirs et des blancs.

Des aspects de la situation raciale au Brésil sont abordés et l'article conclut sur la légitimité de l'existence d'un mouvement Noir dont l'intervention doit se caractériser par la nécessité d'amener les Blancs, les Noirs et les Amérindiens à considérer le problème racial comme national.

A propos de la question culturelle dans le contexte de la libération nationale, la critique que fait Fanon à la racialisation et continentalisation de la culture est mise en évidence. Le chemin qu'il parcourt sur la question culturelle est signalé, de même que les critiques que lui-même et d'autres auteurs font à l'égard du concept de négritude.

Quant au néo-colonialisme, on considère que les dénonciations et propositions de Fanon sur la question sont importantes, mais assez limitées dans la mesure où elles n'ont pas leur assise sur une compréhension socio-économique du processus qui dépasse les frontières nationales.

Dans la partie finale, l'article signale certaines similitudes et différences entre les positions de Fanon et celles des mouvements de libération des ex-colonies portugaises. Il ajoute, en conclusion, qu'une étude de cette question faciliterait la compréhension des problèmes qui affectent ces pays et les mécanismes de dépendance existants dans le continent africain.

It is an interdisciplinary quarterly of research and writing on economics, politics, international affairs, law, history, sociology, anthropology, geography, technology and the cultures of Southern Africa.

“...the authoritative journal by southern Africans...”



**JOURNAL OF
SOUTHERN
AFRICAN
AFFAIRS**

**AN INTERDISCIPLINARY
RESEARCH QUARTERLY**

Please mail subscriptions
and correspondence to:

Journal of Southern African Affairs
Suite 312
2021 K Street, N.W.
Washington, D.C. 20036, U.S.A.

SUBSCRIPTION RATES:

Individuals	\$20 for one year.
Libraries/Institutions	\$30 for one year.
Single Issue (Vol. ____ No. ____)	\$7.50 per copy.

Paid member of the Southern African Research Association (Free Copies)

AS REFORMULAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS ANOS 70

João Luís Ribeiro Fragoso*

A virada para a África livre, a aproximação aos países árabes em detrimento do apoio latente dado à Israel, e em especial os indícios de um abandono do assentimento *stritu sensu* à política colonialista portuguesa, são fenômenos presentes na evolução recente da política externa brasileira (a partir do final do governo Médici), frequentemente entendidos como sendo uma resposta de Brasília à crise do petróleo.

Não raro, tais fenômenos são apreendidos como sendo atitudes de caráter marcadamente mercantilista. Isto é, teria primeiramente o objetivo de impedir uma possível medida restritiva árabe às exportações de petróleo para o Brasil, na medida em que existia a ameaça de suspensão do fornecimento desta mercadoria para aqueles países que apoiassem o colonialismo português e a política segregacionista sul-africana, fato que já vinha ocorrendo com países ligados a Israel.¹ E segundo, objetivaria, através da multiplicação dos contatos com os países da África livre e árabes, a abertura destes mercados às exportações brasileiras, como meio de remediar os efeitos negativos da crescente dívida externa e do *deficit* da balança comercial brasileira.

Tal maneira de encarar as mudanças da política externa brasileira para a África deixa muito a desejar,² se observarmos que este enfoque não percebe que estas alterações se inserem no conjunto de modificações processadas na própria política externa brasileira como um todo. Basta lembrar que são também da época Médici as posições da diplomacia brasileira contrárias ao monopólio nuclear por parte das grandes potências, ao controle da natalidade e à tentativa das grandes potências de substituir os órgãos políticos da ONU por comitês técnicos. E até mesmo a reformulação dos termos das relações Brasil-Estados Unidos deve ser considerada como parte dessas mudanças. Por conseguinte, a virada para a África constitui, na verdade, um

* Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA.

momento de uma nova estratégia de inserção do Brasil no contexto internacional, só deste modo podendo ser estudada.

A partir desta perspectiva, portanto, o próprio caráter mercantilista, tantas vezes enfatizado nos estudos das relações Brasil-África pós-72, adquire um novo sentido. Afinal, não podemos esquecer que mesmo as posições entendidas como mercantilistas possuem um caráter político mais amplo. Pois se as necessidades de reprodução ampliada do capital no Brasil indicaram a África como mercado tanto fornecedor de matérias-primas, como consumidor de produtos brasileiros, da mesma maneira o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou mais precisamente, a forma como ele se dá, levou a diplomacia brasileira a criticar a atual ordem econômica mundial, as trocas desiguais e o monopólio da tecnologia por parte do "clube dos ricos". Em outras palavras, o tipo de acumulação de capital aqui desenvolvido gerou uma concepção de mundo, cuja tradução se faz, inclusive, na política externa brasileira, e em especial na sua política africana.

Essa concepção de mundo, e não uma simples visão mercantilista circunstancial, dirigiu as mudanças da política de Brasília com relação à África livre e, em seguida, com a África de língua oficial portuguesa. Esse mercantilismo, na verdade, faz parte de uma política dita de "interesse nacional" que passa pelo desenvolvimento das relações Sul-Sul e pela renegociação da dependência brasileira, como meio de dar ao Brasil uma nova condição no interior do capitalismo mundial. Nesta medida, a continuação de nosso estudo sobre a política brasileira para os países africanos de língua oficial portuguesa, ou mais exatamente, a transformação desta política requer uma análise mais demorada das questões acima colocadas, mesmo sabendo desde já que as análises agora apresentadas se encontram ainda em suas primeiras linhas.

A crise geral do capitalismo e as tentativas de renegociação da dependência

Um dos traços desta nova política de inserção do Brasil nas relações internacionais é a tentativa de renegociação da dependência. Atuando no interior das contradições suscitadas pela crise da economia mundial pós-66, no campo inter-imperialista, e delas se aproveitando, a política externa brasileira procuraria jogar com a sua própria dependência.

A depressão da economia mundial afetaria de maneira mais drástica a economia e hegemonia norte-americanas, que seriam ainda mais duramente atingidas na medida em que esta conjuntura de recessão não atingiu com a mesma intensidade o Japão e a Alemanha. Ademais, deve-se levar em conta que a crise do capitalismo iria acentuar as lutas inter-imperialistas pelos mercados e áreas de investimentos.

Ao mesmo tempo, esta crise do capitalismo evidenciaria o caráter contraditório do movimento de acumulação de capital em escala mundial, em suas relações Norte-Sul, desencadeado a partir das transformações na economia mundial nos anos 50. A internacionalização do capital, associada à revolução tecnológica retida pelas matrizes do capitalismo, permitiram uma certa industrialização das economias periféricas no pós-guerra. Essa tendência à reorientação da divisão internacional do trabalho deveria ser consubstanciada através da abertura de um espaço nos mercados dos países do Norte aos manufaturados e semimanufaturados provenientes dos países periféricos. Em contrapartida, aqueles reforçariam o monopólio sobre produção de bens de capital e de tecnologia, cujo controle, por serem a pedra-de-toque do desenvolvimento econômico, se tornaria um dos principais mecanismos de extorsão e transferência de valor no sentido Sul-Norte.

Entretanto, a recessão da economia

mundial, materializada na queda da taxa de lucros, levaria os países desenvolvidos a adotar medidas restritivas ao comércio externo (entre elas, o protecionismo) que dificultariam a exportação de manufaturados e semimanufaturados das economias periféricas para aqueles países. Nestas condições, estas economias em sua procura de alternativas e de mercados acentuariam os contatos entre si. Em outras palavras, o processo desencadeado no período pós-guerra, em suas contradições, tenderia a colocar como saída para aqueles países de certa industrialização (como o Brasil) o incremento das relações Sul-Sul, a fim de que se viabilizasse a reprodução ampliada do capital em suas economias "em desenvolvimento". E estas relações tenderiam a ultrapassar a esfera das trocas comerciais, alargando-se para o campo da tecnologia, cujo monopólio pelos países industrializados se acentuou com a crise.

As relações Brasil-Estados Unidos e as novas relações com os países industrializados

Agindo no interior destas fricções, a política brasileira relativa aos países industrializados tenderia a abandonar o alinhamento automático com os Estados Unidos, característico do período imediatamente pós-64, procurando aproximar-se de outros centros do capitalismo, como a Europa Ocidental e o Japão.

Se acompanharmos a evolução decrescente dos investimentos norte-americanos no Brasil, verificaremos que, no início dos anos 60, 50%³ do capital total investido no país era de origem norte-americana; em 1973, essa cifra se reduziria para 40%⁴ e, dois anos mais tarde, alcançaria o *quantum* de 32%.⁵ Em contrapartida, os investimentos europeus e japoneses aumentariam rapidamente, chegando a alcançar, em fins de

1973, cerca da metade⁶ do total do capital estrangeiro investido no Brasil.

A tendência decrescente nas relações econômicas Brasil-Estados Unidos se faria notar igualmente na balança comercial entre os dois países, onde se constata que, através da diversificação dos mercados, a dependência brasileira em relação aos mercados norte-americanos é gradativamente reduzida: no período 1969/73, a participação norte-americana nos fluxos de importação e exportação cairia de 34% para 26%.⁷ Essa diversificação dos mercados externos procurada por Brasília se manifestaria, além dos contatos com o Japão e Europa Ocidental, através também da aproximação com o Leste Europeu e África.

O sentido destes dados quantitativos revelam uma tentativa de renegociação da dependência, um jogo de cintura por parte da diplomacia brasileira, em que um de seus triunfos é a sua própria dependência. A multiplicação dos contatos com a Europa Ocidental e Japão, nos governos Médici e Geisel, bem o evidenciam. Afinal, deve-se levar em conta que se é verdade que as próprias características da economia brasileira a tornam dependente das inversões estrangeiras, é também verdade que um dos traços da reprodução ampliada do capitalismo monopolista vigente nos países centrais se baseia na necessidade de inversão de capitais nos países dependentes, necessidade acentuada nos momentos em que a queda da taxa de lucros no interior destes países centrais é agravada.⁸ Com relação a estes, o mesmo se pode dizer de sua necessidade de mercados externos.

A redefinição das relações Brasil-Estados Unidos pode da mesma forma ser observada no acordo nuclear realizado entre Brasília e Bonn, apesar dos protestos de Washington. Além deste aspecto, a diplomacia brasileira daria, contudo, um outro sentido a este acordo: o de que ele possibilitaria ao Brasil "o acesso ao fechado clube

das nações industriais". Com o "acesso [do Brasil] ao fechado clube onde se tomam as decisões importantes que afetam a vida dos povos", "parece lícito afirmar que o Brasil já tem hoje uma posição basicamente diferente da que ocupava até há pouco tempo".⁹ Em outras palavras, contribuiria para a emergência do Brasil na esfera das decisões internacionais, depreendendo-se disto a própria natureza da política externa brasileira, a sua tentativa de dar ao Brasil uma nova condição nas relações internacionais. Portanto, a questão nuclear para Brasília vai além de uma simples redefinição das relações com Washington, insere-se mesmo na sua decisão de diminuir sua dependência em relação aos Estados Unidos.

Acompanhando esse movimento de diversificação das fontes financeiras e dos mercados, a política externa brasileira se daria também pelo estabelecimento de mecanismos de consulta política sobre os assuntos internacionais com a Alemanha, Reino Unido, França e Estados Unidos. Isto, além de consubstanciar uma esfera de barganha com os Estados Unidos, permitiria, segundo o Itamaraty, a melhoria da posição do Brasil no contexto internacional. Vale dizer, lhe daria uma certa participação, mesmo que pequena, no processo decisório internacional, como tenta frisar Brasília.¹⁰

Referindo-se ao memorando de entendimento assinado com o Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, o Chanceler Azeredo da Silveira salienta as novas bases das relações Brasil-Estados Unidos, criticando o antigo alinhamento automático. "O espírito do Memorando é o de criar um quadro para a negociação de ações cooperativas que redundem em benefício mútuo, compatível com o papel que o Brasil desempenha hoje nas relações internacionais (. . .) Não se trata mais de procurar obter dos norte-americanos uma cooperação econômica aparentemente concessional

mas que, na verdade, corresponderia muitas vezes à contrapartida de um alinhamento político mais ou menos genérico."¹¹ Neste discurso torna-se clara a ênfase — e ao mesmo tempo o objetivo a ser atingido — dada pela política externa à nova situação do país nas relações internacionais e à "autonomia" do Brasil frente aos Estados Unidos.

O envolvimento do Brasil nas questões do confronto Norte-Sul

Mas não só o relacionamento Brasília-Washington sofreria modificações na década de 70; a relação do Brasil com o conjunto dos países industrializados também foi atingida. Como membro do "clube dos subdesenvolvidos", ou, como se pretende, dos "em desenvolvimento", o Brasil sentiria em sua economia os efeitos das medidas protecionistas e de controle sobre a tecnologia tomadas pelos países do Hemisfério Norte. E, da mesma forma, participaria dos protestos e das pressões empreendidas pelos países do chamado Terceiro Mundo no sentido de uma nova ordem econômica internacional.

Através dos discursos empreendidos pelos porta-vozes do Itamaraty, depreende-se uma crítica não apenas às medidas tomadas pelas matrizes do capitalismo em face da crise, mas também à forma pela qual historicamente se deu o desenvolvimento da economia mundial. O discurso de Azeredo da Silveira na abertura dos debates da XXXI Sessão da Assembléia-Geral da ONU explicita bem a posição brasileira: "A integração da economia mundial vem (. . .) sendo realizada à custa de um desequilíbrio radical que urge corrigir. Não se pode aceitar que a interdependência acentue indefinidamente apenas a expansão das potencialidades dos grandes centros industriais, onde se concentra o essencial da capaci-

dade tecnológica e econômica mundial.”¹²

No entanto, é na análise feita anteriormente pelo Chanceler Gibson Barbosa sobre subdesenvolvimento, na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que se revela plenamente a visão crítica da política externa brasileira acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo. Gibson Barbosa sublinha a inconsistência das formulações que pretendem interpretar o subdesenvolvimento como um fenômeno autogênito, que acontece “por acidente geográfico ou histórico”, deixando tais formulações de perceber deste modo as inter-relações entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. Em sua opinião, essas análises pecariam por não apreenderem o subdesenvolvimento “como processo mundial”, produto, em grande parte, de uma divisão internacional do trabalho, na qual a persistência e o crescimento da pobreza se dariam “através da transferência de recursos da periferia para o centro”.¹³

Concretamente, as áreas de conflito entre o Brasil e o mundo desenvolvido (por conseguinte aquelas nas quais a política brasileira se aproximaria das reivindicações terceiro-mundistas) se referem principalmente às trocas internacionais e à luta contra o monopólio sobre a tecnologia.

Segundo a visão de Brasília, “os países em desenvolvimento, na sua grande maioria, vêm perdendo terreno nas trocas globais de bens e serviços e, também, até mesmo como fornecedores de matérias-primas dos países desenvolvidos (...). A continuar essa tendência, serão os países subdesenvolvidos empurrados mais e mais para a margem do sistema econômico internacional”.¹⁴ A crescente consciência da política externa brasileira em relação ao caráter desigual das trocas internacionais, acentuada na presente recessão da economia mundial, se faz mostrar na denúncia do Chanceler Azeredo da Silveira no plenário da Confe-

rência Econômica Internacional, em Paris (17-12-75). “Como reflexo das tendências acima esboçadas [crise econômica mundial], recrudescer nos meses recentes a deterioração dos termos do intercâmbio entre produtos manufaturados e matérias-primas (...); de 1973 para 1974, o valor das importações dos países em desenvolvimento” aumentou “em 45% enquanto o valor das exportações cresceu apenas em 27%”.¹⁵

No campo tecnológico, seria cada vez mais acentuada a discordância brasileira quanto à manutenção, pelos países, industrializados, do monopólio sobre a tecnologia. Na XXXI Sessão da Assembléia-Geral da ONU, a representação brasileira não só propôs mecanismos para “a transferência de tecnologia no sentido Norte-Sul”, mas também para o “estabelecimento de uma estrutura internacional que facilite aos países em desenvolvimento a produção de tecnologia de que necessitam”.¹⁶ Vale dizer, se na primeira proposta o Brasil pretendia facilitar a transferência de tecnologia no “sentido Norte-Sul”, na segunda ele apresenta a necessidade de criar uma tecnologia própria no sentido Sul-Sul.

O envolvimento do Brasil nas questões do confronto Norte-Sul pode ser também apreendido na crítica efetuada pela diplomacia brasileira às tentativas de congelamento do poder mundial “nas mãos de algumas democracias industrializadas”.¹⁷ Tal congelamento, para os formuladores da política externa brasileira, resultaria no afastamento das “nações em desenvolvimento de qualquer possibilidade de participação nas decisões que afetam todo o conjunto dos países de economia de mercado ou mista”.¹⁸

Ao lado desta, outras questões se colocam, como a do posicionamento contrário às propostas lançadas pelos países industrializados sobre o controle da natalidade nos países subdesenvolvidos. Segundo o Estado brasileiro, o importante é aumentar

o dividendo (PNB) e não o divisor (população).

No que diz respeito à alegação levantada pelos países desenvolvidos de que a rápida industrialização do mundo subdesenvolvido colocaria em perigo a preservação do meio-ambiente, Brasília contra-afirma que o pior tipo de poluição é o subdesenvolvimento e que o desenvolvimento econômico seria prioritário em relação ao meio-ambiente.

Por último, a política externa brasileira considera que os grandes problemas internacionais, que sempre implicam a redistribuição de poder e recursos, devem ser tratados como questões políticas e, não, enquanto meramente técnicas, como pretendem tratá-las as grandes potências. Pois, na medida mesma em que estas soluções, ditas técnicas, sempre redundariam em vantagem para as grandes potências, se evidenciaria o seu caráter político.¹⁹

Se atentarmos para as posições da diplomacia brasileira nas questões relativas ao confronto Norte-Sul e à sua atuação, mediante relações multilaterais, no interior do GATT, da Organização Internacional do Café e em outros organismos internacionais, constatamos que o Estado brasileiro procuraria reduzir sua dependência em relação aos mercados das matrizes capitalistas através do aumento do comércio com os países em desenvolvimento e do Leste Europeu.

A "via separada"²⁰ e a acumulação de capital

O desenvolvimento recente das críticas empreendidas pela política externa brasileira às relações Norte-Sul, a consciência que, nos anos 70, o Estado demonstrou sobre as contradições suscitadas pela acumulação de capital em escala mundial e o seu empenho em desenvolver as relações Sul-Sul (ampliação dos contatos com a África por exem-

plo), não podem ser entendidos como se o Estado brasileiro tivesse incorporado as concepções terceiro-mundistas, tentando levá-las até as suas últimas conseqüências. Pois se o Brasil, na formulação de sua política externa, se aproxima das teses defendidas pelo chamado Terceiro Mundo, por outro lado traça os limites desta aproximação nas críticas que Brasília lança a tais teses. Além disso, atente-se para a ênfase continuamente dada de que o Brasil faria parte do "mundo ocidental", vale dizer, capitalista, partilhando de suas concepções e interesses.

Apesar de reconhecer que no interior do mundo ocidental existiriam interesses conflitantes e que os países desenvolvidos resistiriam "em aceitar uma modificação real e profunda nas suas relações, sobretudo nas econômicas",²¹ com os subdesenvolvidos, a política externa brasileira enfatiza que tanto os primeiros como os segundos teriam "um interesse comum a preservar", o mundo ocidental — "universo étnico e cultural que, dentro de uma terminologia imprecisa em termos geográficos, é chamado de Mundo Ocidental". Universo que, segundo a opinião de Azeredo da Silveira expressa na Conferência Econômica Internacional, em 17-12-75, em Paris, estaria sendo ameaçado pela crise da economia internacional e pela intransigência dos países industrializados, cujo resultado poderia "ser o afastamento [do sistema] dos países de menor capacidade de resistência".²² Assim, Brasília, além de sublinhar o fato de ser integrante do sistema capitalista, não pretendendo dele se afastar através de uma alternativa terceiro-mundista mais radical, se pautaria por alterações dentro do sistema que viabilizassem a sua continuidade e, não, a sua transformação, como reivindicam as teses terceiro-mundistas.

Mesmo as fricções entre o Brasil e os Estados Unidos encontram os seus limites na própria ordem capitalista. Os interesses

de ambos seriam guiados pela expansão capitalista e os seus desentendimentos pelo desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial.²³

A política de "interesse nacional": "projeção e independência da economia nacional"²⁴

Entretanto, se a política externa brasileira, ao mesmo tempo em que se envolve no conflito Norte-Sul, não assume as teses terceiro-mundistas, cabe perguntar qual seria então o seu conteúdo teórico e que objetivos a guiarão.

A nosso ver, essa linha teórica é dada pela chamada "via separada" ou do "interesse nacional". No período Médici, fica evidente que o Estado brasileiro não tem por objetivo a mudança do capitalismo mundial. Pelo contrário, procura preservá-lo em sua essência, não partilhando portanto da tese de que os países subdesenvolvidos em conjunto poderiam vencê-lo e alcançar o desenvolvimento, na medida em que a concretização desta concepção redundaria no desaparecimento do próprio capitalismo. O que o Estado brasileiro pretende, sim, é a mudança de sua posição no interior do sistema capitalista, ou seja, manter o capitalismo mundial e ao mesmo tempo superar o subdesenvolvimento, tornando-se um país desenvolvido. Nesta medida, a política externa brasileira visaria, através da modificação da estratégia de inserção do país nas relações internacionais, possibilitar o alcance deste objetivo de projeção e independência da economia nacional.

Para isso, a diplomacia brasileira tenta, por um lado, se valer das contradições inter-imperialistas, procurando renegociar a dependência mediante contatos bilaterais com os países industrializados, criando assim as condições para viabilizar uma certa

"autonomia na dependência". Por outro lado, através das relações Sul-Sul, do estreitamento dos laços com a África, intenta criar alternativas para a reprodução ampliada do capital no Brasil, como forma de diminuir sua dependência das matrizes do capitalismo mundial. Por conseguinte, só desse modo se pode entender o conteúdo aparentemente terceiro-mundista que a política externa brasileira assume. Pois, ao tentar projetar o Brasil, país dependente, como potência emergente, ela enfrenta obstáculos criados pelas características de que se revestem as relações Norte-Sul e pela acumulação de capital em escala mundial, de que é exemplo a retenção de tecnologia pelos países industrializados, a qual o Estado brasileiro tenta superar mediante contratos com centros industriais do capitalismo que permitam a transferência definitiva de tecnologia. O discurso de defesa dos direitos do Terceiro Mundo e o ataque ao congelamento do poder mundial visariam na verdade à obtenção para o país de acesso aos centros de decisão no plano internacional, como afirmam Maria Regina Soares e Gérson Moura, em trabalho recentemente realizado.²⁵

A adoção da "via separada", da política dos "interesses nacionais", explicaria também as "contradições" presentes nas reivindicações brasileiras: ao se considerar país subdesenvolvido, o Brasil reclama melhores condições de comércio para si; ao mesmo tempo, invocando a condição de potência emergente, procura ter acesso ao círculo privilegiado das potências industriais. Dentro desta mesma linha de atuação, Brasília frisa as diferenças existentes entre os países subdesenvolvidos.²⁶ Contudo, no momento em que Washington procura enfatizar o avanço brasileiro em relação aos países em desenvolvimento, o Itamaraty responde com o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos. Para Brasília, a aceitação da visão norte-americana

implicaria a exclusão do Brasil dos benefícios que os países industrializados estariam dispostos a conceder aos subdesenvolvidos no plano internacional.²⁷

No interior deste projeto de "independência para a economia nacional", em defesa dos "interesses nacionais", desenvolveu-se nos círculos militares a idéia de diminuir a dependência brasileira no setor de armamentos em relação aos tradicionais fornecedores.²⁸ Foram criadas, então, empresas sob controle do Estado, com o objetivo de tornar o Brasil auto-suficiente em matéria de armamentos. O desenvolvimento dessas empresas não só permitiu a diminuição nas compras externas de material bélico, como ainda possibilitou ao Brasil transformar-se em fornecedor no mercado internacional, em especial para os países do Terceiro Mundo, gerando deste modo mais uma área de conflito com os países industrializados, tradicionais fornecedores. O significado desta mudança, portanto, não se restringe apenas ao projeto de auto-suficiência das forças armadas ou de "autonomia para a economia nacional". Liga-se, também, à proposta de "Brasil, potência emergente", na medida em que repercute internacionalmente e dá a Brasília condições para influir em conflitos internacionais.

A política externa e o capitalismo associado no Brasil: a questão das estatais

Segundo Maria Regina Soares e Gérson Moura, "a política externa atualmente em curso, chamada de 'multidimensional', de 'pragmatismo responsável', ou de 'não-alinhamento automático', representa a face externa do modelo de desenvolvimento associado, implementado internamente".²⁹ Isto é, a política externa brasileira teria por objetivo atender às necessidades da forma de acumulação de capital em curso no Bra

sil. Desdobrando esta forma de acumulação, veremos que ela se fundamenta, atualmente, num tripé formado pelas empresas multinacionais, pelas de capital nacional privado e as estatais. Resta saber qual desses membros do tripé está atualmente dando as cartas nas questões de política interna e, portanto, nas de política externa e quem está formulando a política dos "interesses nacionais", que gera conflitos com o Hemisfério Norte e aproxima o Brasil do Hemisfério Sul, como estratégia para dar-lhe o *statu* de potência média. Parece-nos insuficiente afirmar que a formulação dessa política esteja a cargo do capital internacional, ou melhor, que ele detenha o mesmo poder do período imediatamente pós-64.

Alguns indicadores nos possibilitam demonstrar o desenvolvimento das empresas estatais nos últimos tempos³⁰ que permite a elas uma certa autonomia, além de reforçar sua importância dentro do movimento da acumulação de capital.³¹ Este crescimento possui sem dúvida suas implicações políticas, tanto no plano interno como no externo. Mesmo não possuindo o espaço necessário para desenvolver, no presente trabalho, uma análise exaustiva sobre o avanço da estatização na economia brasileira, é importante lembrar alguns pontos referentes a este processo em países de capitalismo considerado tardio.

Nos países de capitalismo monopolista amadurecido, o fenômeno da estatização é dirigido pela necessidade de reduzir — quando não de paralisar — os efeitos da tendência da queda da taxa de lucros. Em outras palavras, a interferência do Estado na economia teria o sentido de esterilizar parte da mais-valia/capital que não pôde, em certos momentos, ser reinvestida na produção, já que prejudicaria a taxa média de lucros. Portanto, ao agir assim, o Estado estaria garantindo a lucratividade do setor privado e, em consequência, demarcando uma nítida fronteira entre os setores públi-

co e privado, cabendo ao primeiro exercer a tarefa de não-capital para possibilitar a continuidade da reprodução ampliada do capital privado. Já o mesmo não ocorreria nos países de capitalismo dito tardio, nos quais a estatização não seria guiada pelas necessidades de continuidade da acumulação de capital mas, sim, no sentido de viabilizá-las.

No Brasil, historicamente coube ao setor estatal criar as condições para dinamizar a acumulação de capital. Aqui, portanto, a estatização não atua passivamente frente ao setor privado; ela não responderia às necessidades de reprodução de capital, mas às de sua implementação. E, para exercer esta função, a empresa estatal teve que gerar mais-valia como capital produtivo, atuar como empresa capitalista, dando ensejo ao surgimento de atritos com a empresa privada.

É bem verdade que o Estado é o Estado da classe dominante — da burguesia em nosso caso —, e os “funcionários estatais” são ao mesmo tempo os funcionários a serviço desta classe. Contudo, resta saber se esta situação permanece inalterada quando, da base das empresas estatais, de sua auto-reprodução, surge uma nova camada de funcionários cujos interesses se identifica com os da acumulação de capital estatal, em vez de responderem automaticamente ao setor privado. A campanha promovida pela grande imprensa e por porta-vozes de associações empresariais contra a estatização demonstra uma insatisfação do setor privado com essa nova forma de conceber a relação entre o público e o privado por setores do aparelho de Estado.

Em outras palavras, o desenvolvimento da estatização, mesmo respondendo às necessidades do avanço do capitalismo “tardio”, remaneja as relações presentes do tripé do capitalismo associado. Ao reativar a acumulação de capital, rompendo o ciclo estagnante da economia brasileira na segun-

da metade dos anos 60, a estatização cria também fricções com os demais elementos do tripé (capital nacional privado e corporação multinacional).

Para efeito de nossa pesquisa o que nos interessa saber é até que ponto este processo condiciona a formulação da política externa brasileira.³² Ou, mais precisamente, até que ponto o crescimento do Estado, que se fez pelo controle autoritário sobre a sociedade civil, permitiu ao grupo social baseado nas estatais influenciar a estratégia de inserção do Brasil no contexto internacional, cuja característica principal seria a presença de traços de uma tentativa de “redefinição da dependência”, sendo um desses traços, exatamente, a modificação da estratégia diplomática frente aos países africanos de língua oficial portuguesa. Afinal, será possível fazer uma ligação entre a estatização, apesar de todas as ressalvas que lhe venhamos a fazer, e a tentativa de “renegociação da dependência” desenvolvida pela política externa brasileira?

Não podemos ainda afirmar, com a necessária segurança, que é o grupo social gerado pelas estatais, ou melhor, por seu processo de reprodução ampliada do capital, quem forneceu o conteúdo teórico da atual política externa brasileira e quem, portanto, dirigiu as modificações da política africana de Brasília. Entretanto, não podemos descartar a sua influência nem o fato de que, nos países de capitalismo dito tardio, o Estado adquire um papel fundamental na organização das relações externas do país. Em nosso caso, é importante lembrar o destaque dado pelo Itamaraty aos conceitos de “soberania” e “Estado-Nação”, frente aos interesses supranacionais criados pela “multinacionalização da produção, em grande medida levada a cabo por empresas privadas”.³³

Por último, acreditamos que as respostas para os problemas e questões formulados acima só serão possíveis mediante o estudo

critérios das classes e frações sociais presentes na sociedade brasileira e das suas influências no aparelho de Estado, entendendo-se este como sendo um bloco não-monolítico. Pensamos que só deste modo poderemos superar uma fase meramente descritiva no estudo da política externa brasileira e, por conseguinte, alcançar o pleno entendimento das relações Brasil-África de língua oficial portuguesa, como parte integrante das relações Sul-Sul, nosso objeto de estudo.

É importante mais uma vez frisar que a política externa brasileira expressa as necessidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mais precisamente: a "for-

ma" de desenvolvimento que historicamente ele assume e que, na virada dos anos 60 para 70, passaria pelo reforço do Estado em detrimento da sociedade civil. Elaborada nestas circunstâncias, a política externa não seria o resultado de uma discussão ampla dos diferentes setores da sociedade. O que pretendemos dizer é que independente do fato de a política externa, a partir dos anos 70, tomar novos rumos — marcada pela tentativa de renegociação da dependência e pela aproximação aos países africanos — a questão da política externa tem que passar necessariamente pela questão da democracia, e só assim ela traduzirá realmente os interesses da sociedade brasileira.

NOTAS

1. A identificação da crise do petróleo como elemento motriz para a mudança da política externa brasileira face aos países africanos pode ser encontrada especialmente em "Brasil y su Frontera Atlántica, *Fichas Latinoamericanas* (Buenos Aires: Tierra Nueva, s/d), p. 7-8. Esta mesma argumentação pode ser ainda encontrada no *Jornal do Brasil*, de 22-1-74, para a política externa desenvolvida para os países africanos de língua oficial portuguesa. Reproduzindo comentários do *The New York Times*, o diário brasileiro afirma que a "política quase decenal de apoio irrestrito a Lisboa na África, mantida pelo governo brasileiro desde a Revolução de 1964, está se esfriando progressivamente (...). A chave dessa mudança de atitude seria o petróleo".
2. Da mesma forma que é errado identificar no aumento dos preços do petróleo o elemento motriz da crise da economia mundial, que desde 1966 já apresentava traços de recessão traduzida na queda da taxa de lucros [Cf. Theotonio dos Santos, "A Crise Capitalista: Caráter e Perspectivas", in Hugo Assman e outros, *A Trilateral — Nova Fase do Capitalismo Mundial* (Petrópolis: Edit. Vozes, 1979)], é também errado conjugar a virada da política externa brasileira para a África a essa elevação nos preços do petróleo. É importante notar que a viagem do Chanceler Gibson Barbosa à África Independente (considerada como marco dessa "virada") se daria em out.-nov. de 1972 e em fevereiro de 1973; isto é, antes da ascensão dos preços do petróleo, ocorrida em fins de 1973.
3. Celso Lafer, "Política Exterior Brasileira: Balanço e Perspectivas", in *Dados*, n.º 22 (Rio de Janeiro: IUPERJ, 1980), p. 57.
4. Michel Morris, "A Nova Posição do Brasil no Mundo" (mimeo.), 1974, citado por Carlos Estevam Martins, in *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil* (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977), p. 416.
5. Celso Lafer, *op. cit.*, p. 57.
6. Michel Morris, *op. cit.*, *ibidem*.
7. *Idem*, *ibidem*.
8. Theotonio dos Santos, *op. cit.*, p. 124.
9. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Externa do Brasil*, n.º 10 (Brasília, jul.-ago.-set. de 1976), p. 63.
10. *Idem*, *ibidem*.
11. *Ibidem*, p. 62.
12. *Ibidem*, p. 71.

13. Gibson Barbosa, *Documentos de Política Externa*, vol. IV, 1969-70, p. 143, citado por Carlos Estevam Martins, *op. cit.*, p. 406.
14. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p. 71.
15. *Idem*, *op. cit.*, n.º 7, p. 110.
16. *Idem*, *op. cit.*, n.º 10, p. 75.
17. *Idem*, *ibidem*, p. 59.
18. *Idem*, *ibidem*, p. 59.
19. Araújo Castro, "O Congelamento do Poder Mundial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 33 (Belo Horizonte: UFMG, 1972), citado por Maria Regina Soares e Gérson Moura, in "Brasil-Estados Unidos: Do Entendimento ao Desentendimento", comunicação apresentada ao Seminário "O Brasil e a Nova Ordem Econômica Internacional", realizado em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, em 1978, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, do Conjunto Universitário Candido Mandes.
20. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, n.º 10, p. 58.
21. Conceito tomado de empréstimo a Carlos Estevam Martins, *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*, *op. cit.*
22. *Idem*, *op. cit.*, n.º 7, p. 109.
23. Maria Regina Soares e Gérson Moura, *op. cit.*, p. 3.
24. Expressão retirada do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, em 11 de agosto de 1976. Cf. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, n.º 10, p. 63.
25. Maria Regina Soares e Gérson Moura, *op. cit.*
26. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, n.º 10, p. 74.
27. Maria Regina Soares e Gérson Moura, *op. cit.*, p. 13.
28. Sobre o assunto, ver Clóvis Brigagão, "O Brasil e o Comércio Internacional de Armas: Uma Nova Modalidade Industrial?", ensaio publicado pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.
29. Maria Regina Soares e Gérson Moura, *op. cit.*, p. 4.
30. Em 1973, entre as 200 maiores empresas na economia brasileira, 69 eram de origem estatal (Cf. *Visão*, de 26-5-75); já em 1979 esta cifra aumentaria para 83 (Cf. "Quem é quem na Economia Brasileira", *Visão*, 1980). Considerando os depósitos em bancos, 45% desses depósitos encontravam-se, em 1978, concentrados nos bancos estatais (Cf. *op. cit.*). No que se refere ao comércio externo em 1979, as três maiores empresas envolvidas nesta atividade eram, igualmente, de propriedade do Estado (*O Globo*, de 31-1-79).
31. Cf., para as análises que se seguem a esta nota, inclusive, Carlos Estevam Martins, *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*, *op. cit.*, e Luciano G. Coutinho & Henri-Philippe Rechstal, "Setor Estatal e o Ciclo", in *Estado e Capitalismo no Brasil* (São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977).
32. As transformações na política externa brasileira aqui abordadas ocorrem num mesmo período (governos Médici/Geisel) em que o processo de estatização se intensifica, conforme o quadro abaixo:

CRIAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1937 A 1975

Períodos	N.º de Empresas	Períodos	N.º de Empresas
1937-46	12	1962-63	4
1946-49	0	1964	5
1950-53	9	1965-66	7
1954-55	0	1967-69	34
1956-60	8	1970-73	74
1961	3	1974-75	15

Fonte: Braz José de Araújo, "Intervenção Econômica do Estado e Democracia", in *Estado e Capitalismo no Brasil* (São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1972), p. 238.

33. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, n.º 10, p. 59.

SUMMARY

The text proposes to contribute to the elaboration of an approach that would make possible a better analysis of Brasil-Africa relations, especially the changes of the 70s.

The author considers insufficient the approaches which attempt to see the turning of Brazil towards Africa, occurring at the end of the Médici government, a policy that is purely mercantilistic. The fragility of this perspective is seen in the fact of it not comprehending Brasilia's African policy within the context of the changes of Brazilian foreign policy as a whole, all beginning in this period. For the author, Brazil, taking advantage of the contradictions of the capitalist system and the anti-imperialist wars, aggravated by the crisis of world capitalism beginning in the 60s, began procuring in (its) foreign policy to abandon the "automatic alignment" with the United States, attempting to "redefine" the dependency of Brazil. This policy would have two moments, intrinsically linked. First the development of bilateral economic and political with other centers of capitalism (such as Japan and Germany), "diversifying" thereby Brazilian dependency and with this, giving Brazil a certain "autonomy" in (its) dependency. Second, the coming together of the countries of the southern hemisphere, especially with those of Africa, as a method of providing alternatives to the formation of capital for Brazil, in this way diminishing its dependency in relation to the centers of capitalism.

Despite this new policy having moved Brazil to involve itself in the North-South confrontation, in criticizing the unequal exchanges, the freezing of world power, — the monopoly of technology by the industrialized countries, — the author states that it should not be interpreted that Brazil has absorbed the suppositions of the so-called Third World. In reality, through a policy called "national interest", Brasilia has had for its objective not the modification of the world capitalist system, but rather the alteration of Brazil's position within this system, that is to give to it (Brazil) the status of a medium power.

Lastly, believing that Brazilian foreign policy will be linked to the formation and accumulation of capital in Brazil, the author investigates which of the constituent "agents" of the tripod of the Brazilian economy (multi-national, firm-national private, firm-state corporation) will be influencing more decisively the formulation of this policy. In this part of the text he calls attention to a possible relation between the growth of the machine of the state and the development of state corporations, a process that has accelerated beginning at the end of the decade of the 60s. And ends by affirming that only after the clarifying of these questions, that really alludes to the manner in which capitalism develops in Brazil, will it be possible to have a greater depth to the study of Brazilian foreign policy and its African policy in particular.

RÉSUMÉ

Le texte se propose de contribuer à l'élaboration d'un meilleur abordage des relations Brésil-Afrique, spécialement des changements qui se sont produits dans les années 70.

L'auteur considère insuffisant les abordages qui considèrent l'intérêt du Brésil pour l'Afrique, survenu à la fin du gouvernement Médici, comme une politique à caractère principalement mercantiliste. La fragilité de cette perspective est soulignée par le fait qu'elle n'appréhende pas la politique africaine de Brasilia selon le contexte des changements effectués dans la politique externe brésilienne comme un tout, à partir de cette période. Pour l'auteur, le Brésil, profitant des contradictions du système capitaliste et des luttes

"interimpérialistes", recrudescences à partir de la crise du capitalisme mondial de la moitié des années soixantes, chercherait en politique extérieure à abandonner "l'alignement automatique" avec les Etats-Unis, tentant à "redéfinir" la dépendance du Brésil. Et cette politique aurait deux moments intrinsèquement liés. D'abord, le développement des contacts bilatéraux économiques et politiques avec d'autres matrices du capitalisme (comme le Japon et l'Allemagne), "diversifiant" ainsi la dépendance brésilienne et, grâce à cela, donnant au Brésil une certaine "autonomie" dans la dépendance. Ensuite, le rapprochement avec les pays de l'hémisphère Sud, spécialement avec ceux de l'Afrique, ayant pour objet de

donner des alternatives à l'accumulation du capital du Brésil, diminuant de cette manière la dépendance par rapport aux matrices du capitalisme.

Malgré que cette nouvelle politique porte le Brésil à s'engager dans la confrontation Nord-Sud — en critiquant l'échange inégal, la congélation du pouvoir mondial, le monopole de la technologie par les pays industrialisés —, l'auteur affirme qu'elle ne peut pas être interprétée comme si le Brésil avait accepté les thèses du dénomé Tiers-Monde. En réalité, à travers une politique dite "d'intérêt national", Brasília aurait pour objectif, non de modifier le système capitaliste mondial, mais seulement d'altérer la position à l'intérieur de ce système, c'est-à-dire, de se donner la condition de puissance moyenne.

Enfin, croyant que la politique extérieure brésilienne serait liée à la forme de l'accumulation du capital au Brésil, l'auteur s'enquiert duquel des "agents" constituant le triplet de l'économie brésilienne (firmes multinationales, firmes privées nationales, entreprises de l'Etat) influencerait le plus décisivement la formulation de cette politique. Dans cette partie du texte, l'auteur appelle l'attention d'un possible lien entre l'augmentation de l'appareil étatique et le développement des entreprises de l'Etat, processus qui se serait accéléré à partir de la fin des années soixante. Il termine en affirmant, que c'est seulement après avoir éclairé ces éléments qui renvoient à l'étude propre du développement du capitalisme au Brésil, qu'il sera possible d'examiner plus profondément la politique extérieure brésilienne et, en particulier, de sa politique africaine.

les éditions **ja. Jeune Afrique**

**...de bonnes idées
 ...de grands écrivains
 ...de très beaux livres**



des livres d'histoire

des livres d'art

des encyclopédies

des guides de voyage

des livres pratiques

des atlas

**CES LIVRES DES
 éditions j.a.**

1 rue Roger-Grave - 75004 Paris - Tél. 255 51 30

**SONT EN VENTE
 CHEZ VOTRE LIBRAIRE**

publitéc jeune Afrique promotion

NAMÍBIA: HISTÓRICO DE UMA CRISE E O IMPERATIVO DA INDEPENDÊNCIA

*Maria Helena de Oliveira Barbosa**

Em 1968, Hermann Toivo ja Toivo, um dos fundadores da SWAPO, preso devido a suas idéias em prol da libertação da Namíbia, declarou no banco dos réus:

"Vós, meu senhor, decidistes que tendes o direito de julgar-nos. Essa sentença não mudou nem podia mudar nossos sentimentos. Somos namibianos e não sul-africanos. Não reconhecemos hoje, nem jamais reconheceremos o vosso direito de governar-nos; de fazer leis para nós e sobre as quais não podemos opinar; de tratar o nosso país como se fosse vossa propriedade e como se vós fôsseis os nossos senhores.¹

Essas poucas linhas sintetizam de forma clara a história das lutas que o povo namibiano vem travando contra a opressão e a espoliação há mais de cem anos. Namíbia, uma das últimas colônias do continente africano, representa o elo mais frágil do regime racista sul-africano, e configura uma situação única que não pode ser enquadrada dentro da clássica questão colonial. Por outras palavras, o domínio é exercido não por uma antiga metrópole européia, mas por uma própria nação africana. Não obstante, todas as características e todos os objetivos do colonialismo tradicional se fazem presentes.

Aspectos gerais

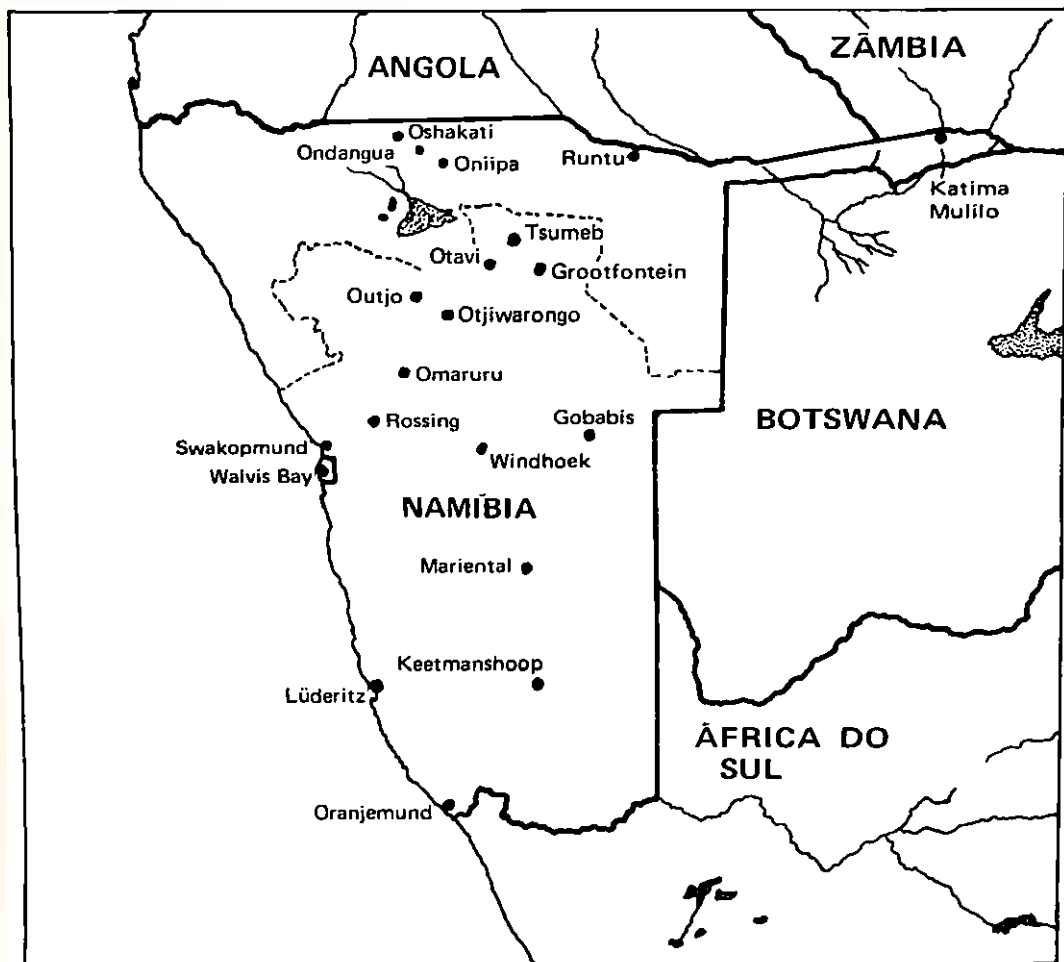
A Namíbia está localizada na região ocidental da África Austral. Faz fronteiras, ao norte, com Angola e Zâmbia; a leste, com Botswana; a sul e sudoeste, com a África do Sul; e a oeste, é banhada pelo Oceano Atlântico (V. mapa na p. 56). O país tem uma área de 824.297 km², o que significa a mesma extensão da França e Inglaterra conjuntamente.²

Três regiões distintas marcam o território:

- a) o planalto central que, estendendo-se para o norte, cobre mais de 50% das

* Pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA.

NAMÍBIA



■ Capital

● Cidade

--- Limite da Zona Policial

0 500 km

0 300 mi.

Extraído de "From Südwestafrika to Namibia – The Political Economy of Transition" de Reginald Herbold Green, em *Research Report*, n.º 58, do Scandinavian Institute of African Studies. Mapa desenhado por Risto Kari.

terras, com índice pluviométrico inferior a 50mm;

- b) O Namib, zona desértica constituída por uma faixa de areia cuja largura varia de 65 a 130 km e acompanha todo o litoral, com índice pluviométrico igualmente inferior a 50mm;
- c) o Kalahari, que cobre as áreas leste, nordeste e norte, ocupando aproximadamente 35% do território, zona desértica sem qualquer vestígio de água na superfície.

Portanto, a maior parte das terras da Namíbia são áridas ou semi-áridas, estando somente uma estreita faixa, bem ao norte, no planalto central, dentro da zona de clima tropical, com pequena estação chuvosa.

Relativamente à população, a inexistência de dados oficiais, cujo fornecimento é sistematicamente negado pela África do Sul, torna precária qualquer estimativa do número real de habitantes da Namíbia. Segundo o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, a população do país foi estimada, em 1977, em 1 milhão 200 mil habitantes (dos quais 60 mil viviam na capital, Windhoek), o que indica uma densidade populacional extremamente baixa (1,04 hab./km²). Os negros formam o maior contingente populacional, sendo o grupo étnico Ovambo o principal, contribuindo com 46,5% do total; em seguida aparecem os asiáticos e mestiços com cerca de 10%; e, por último, os brancos de origem sul-africana, alemã e inglesa, que representam somente 8% da população.³

A Namíbia, embora situada numa região geográfica adversa, inóspita e pouco atrativa ao estabelecimento humano, representa um fantástico manancial de riquezas minerais que a situa entre os 20 maiores produtores mundiais. Toda essa riqueza, se administrada corretamente, em muito concorreria para o desenvolvimento econômico e social do país. O domínio exercido

pela África do Sul, porém, visa apenas à exploração conforme as mais tradicionais formas de colonialismo: a produção em larga escala de bens primários, que não revertem em qualquer forma de benefício para o país, e alocação de bens de consumo e manufaturados, que faz da Namíbia mercado consumidor para os produtos sul-africanos.

Para sedimentar a dominação, a África do Sul utiliza todos os tradicionais meios destinados a frear qualquer tipo de desenvolvimento autônomo, agravado pelo particularíssimo sistema do *apartheid*.

Por conseqüência, a economia da Namíbia é marcada por um dualismo, estabelecido com base na separação das raças, que se consubstancia na existência, por um lado, de um setor moderno de mercado altamente desenvolvido, em poder dos brancos, e um setor tradicional, estagnado, de subsistência, por outro, que conduz as populações nativas ao empobrecimento, às limitações de oportunidade de ganho e emprego e a uma total dependência do colonizador.

Economia

A economia da Namíbia encontra-se centralizada em três áreas — mineração, pesca e agricultura —, destacando-se o setor mineiro, que contribui com mais da metade do produto interno bruto.

As riquezas minerais estão localizadas nas áridas terras do Namib e do Kalahari, sendo os mais importantes, segundo a ordem de produção, o diamante (2º produtor mundial depois da África do Sul), cádmio, cobre, minério de chumbo, lítio, prata, estanho, vanádio, latão, tungstênio e zinco. A este grande leque de riquezas minerais, deve-se acrescentar o urânio, que é encontrado em consideráveis depósitos e que provavelmente, no futuro, irá ultrapassar

sar o valor da produção de diamantes.⁴

A procura de petróleo, essencial para a economia sul-africana, tem sido intensa, mas até o momento as expectativas têm sido frustrantes. No entanto, fontes não oficiais anunciam a descoberta de minas de carvão, fato que ainda não foi confirmado.

Seis minas dominam a exploração, a produção da mais-valia e os empregos: Oranjemund (diamantes, cujo único produtor é o Consolidated Diamond Mines of South West Africa Ltd., subsidiária da De Beers Consolidated Mines Ltd., da África do Sul); Tsumeb (cobre, estanho, zinco, apesar de aí terem sido identificados mais de 120 diferentes metais; dela participam 16 companhias sul-africanas, 11 norte-americanas, três inglesas, duas canadenses e uma francesa); Oamitas (cobre, com a exploração sob controle da Falkonbridge Nickel Mines Ltd., do Canadá); Otjihase (cobre, controlada pela Johannesburg Consolidated Investment Company Ltd., com 52,2% de participação, e pela Minerts Development Ltd., ambas sul-africanas); Berg Autas (zinco, chumbo e vanádio, controlada pela South Africa Company Ltd., da África do Sul)⁵; e Rossing (urânio, cuja participação de capital inglês é de 46% através da Rio Tinto Zinc; 13,2% da Industrial Development Corporation, 6,8% da General Mining, ambas da África do Sul; 10% da Rio Algom Mines, do Canadá; 10% da Total, da França; e os 14% restantes divididos entre diversos pequenos acionistas).⁶

Embora certas áreas destinadas às populações africanas, as chamadas reservas, apresentem alguma potencialidade em relação à existência de minerais (Damaraland, Hereroland, Kaokoveld), o governo sul-africano impõe leis restritivas à participação dos grupos étnicos locais na lucrativa indústria mineira, reservando para si os privilégios do seu controle e impedindo, assim, a esses grupos étnicos alcançarem

um certo nível de autonomia.

Toda a exploração mineira desenvolvida na Namíbia pela África do Sul é extremamente predatória. Bem se sabe que a exploração de minerais tem uma determinada duração, ao fim da qual se dá o esgotamento. Nesse setor, o que tem guiado a exploração e regido o modelo econômico é a pressa com que os sul-africanos buscam extrair o máximo possível. Em consequência, a exploração de diamantes já apresenta uma previsão de duração de somente mais 10 ou 15 anos. As principais minas de Tsumeb evidenciam um declínio de produção, ao mesmo tempo que notável baixa de produtividade tem sido verificada nas minas de cobre, zinco e estanho.⁷

Relativamente ao setor pesqueiro, até 1975, a produção da Namíbia se encontrava entre as maiores da África Tropical e era a fonte abastecedora da segunda maior indústria local depois da mineração, sendo o maior produtor mundial de sardinhas enlatadas. Para o desenvolvimento do setor, além da sardinha, contribuíam a pesca de anchova, atum, cavala, lagosta e camarão.

A forma desenfreada e inconseqüente como tem sido praticada a pesca vem, porém, concorrendo para o esgotamento das espécies. Toda a produção pesqueira, centrada em Walvis Bay, é distribuída por uma única firma sul-africana para os mercados da África do Sul e para exportação, sobrando uma pequena percentagem para ser vendida localmente.

É no setor agrícola que melhor se observa a nítida divisão entre os dois tipos de economia que tão profundamente marca a Namíbia: um setor moderno, desenvolvido, voltado para a exportação, e um setor tradicional, de subsistência.

A primeira diferença a ser notada refere-se à distribuição das terras. Desde os primórdios da colonização, a preocupação principal foi desalojar os africanos das melhores terras para aí instalar os colonos

brancos. Sabendo-se que muito poucas terras da Namíbia são apropriadas ao cultivo e ao pastoreio (a exceção fica por conta de uma pequena faixa da região norte — faixa do Caprivi e terras marginais do rio Okavango), a quantidade de terras úteis se torna diminuta e a sua distribuição demonstra bem o tipo de exploração que o povo africano vem sofrendo há diversos decênios: 50% das melhores terras são destinadas às fazendas brancas e 25% para as "reservas", onde são encerradas as populações nativas, evidentemente as piores terras, locais semidesérticos e em regiões até então desocupadas. As poucas estatísticas fornecidas pelo governo sul-africano permitem constatar que os brancos dependentes do setor agrícola ocupam 65 vezes mais terras úteis por pessoa que os nativos. Ovamboland, a região mais povoada do território, mostra que 40% da população vive confinada em uma área que equivale a 7% do território.⁹

Uma segunda diferença refere-se à ajuda estatal maciça dada à agricultura comercial, localizada no centro e no sul, sob a forma de subsídios, serviços técnicos, baixo preço das terras etc. Ao setor tradicional, de subsistência, o tratamento se caracterizou sempre por uma total negligência por parte das autoridades, geradora de uma baixa produtividade intencional e cujo objetivo é transformar o africano em um migrante interno, obrigado a deixar suas "reservas" para trabalhar nos setores modernos da economia do país.

Como 68% das terras da Namíbia são inadequadas ao plantio, a produção de gado para corte e de carneiros astracã domina o setor agro-pastoril. À atividade pastoril, dedicam-se os fazendeiros brancos estabelecidos na região central e os nativos fixados nas reservas, principalmente os de Ovamboland e Kavangoland, reproduzindo-se no setor pastoril o mesmo que se dá no agrícola, ou seja, enquanto os primeiros

produzem para o mercado, os nativos praticam o pastoreio de subsistência. A falta de estatísticas oficiais não contribui para uma verdadeira avaliação do número de cabeças do rebanho, que se acredita esteja em torno de dois milhões.

A criação de carneiros astracã (chamados de diamante negro) possibilita a produção da famosa pele do mesmo nome, de que a Namíbia é a primeira produtora mundial. Sua carne, de qualidade inferior, tem no entanto mercado certo na África do Sul. É a segunda atividade mais importante no setor agro-pastoril em termos de venda e está concentrada no planalto sul, região com muito pouca chuva, desértica e imprópria para a criação de gado de grande porte. A produção de leite e derivados, oriundos da criação bovina, tem declinado nos últimos anos, devido às secas e às leis que regulam sua industrialização, leis que tem por finalidade proteger os similares sul-africanos. Nessas áreas dedicadas à atividade pastoril, a agricultura é pouco desenvolvida, feita em pequena escala, para consumo exclusivo dos fazendeiros.

Povos

A Namíbia, atual denominação da antiga África do Sudoeste, tem seu nome derivado de "Namib", palavra que entre um dos grupos étnicos que povoam o território, os namas, significa "abrigo".¹⁰ Na realidade, por muitos séculos, enquanto os europeus se encontravam explorando outras regiões da África, diversos povos viviam em paz no território seco, desértico da Namíbia, constituindo um modo de vida e uma cultura congniente aos seus meios naturais.

A primazia da ocupação da região meridional da África cabe ao grupo antropológico denominado pelos europeus de bosquímanos ou *bushmen*, pertencentes à raça

Khoisan. Não se sabe quando esses povos fizeram sua aparição na África. É certo, porém, que não foi antes do fim do paleolítico. Não são os bosquímanos povos autóctones da África do Sul, se bem que na atualidade sejam considerados os mais antigos. Ocupavam, ainda há poucos séculos, toda a região sul do rio Zambeze. Povo de caçadores, nômades, falando a língua khoisan, língua de *clicks*, seu tipo físico apresenta grande interesse: pequena estatura (1,48 a 1,52 m), pele marrom amarelada ou avermelhada, faces largas e achatadas, cabelo extremamente crespo. Perseguidos pelos ocupantes brancos e sendo a caça, sua principal ocupação e meio de sobrevivência, cada vez mais rara, este grupo é representado hoje por um número pequeno de indivíduos, cujo espaço físico está limitado às áreas desérticas que incluem o deserto de Kalahari e arredores.

Também pertencentes ao grupo racial Khoisan são os Khoi-Khoi, chamados de hotentotes pelos brancos, e que compreendem os seguintes povos: Korana, Gona e Nama, os mais numerosos de todos os hotentotes. Aparentados aos bosquímanos mais pela raça e língua e menos na cultura material, é difícil dizer se tiveram origem comum. São, em geral, cerca de 10 a 15 centímetros mais altos que os bosquímanos, tendo em comum as demais características físicas. Não podem ser classificados entre as raças negras, embora apresentem certos traços comuns, como o cabelo crespo. Povos pastores, os hotentotes ocuparam, juntamente com os bosquímanos, toda a região ocidental da África do Sul até o rio Kunene. Os primeiros europeus a chegarem à região de Capetown, aí os acharam estabelecidos; os poucos que hoje restam, ocupam a parte meridional do sudoeste africano, ao norte do rio Orange.

Um outro povo de origem difícil de ser estabelecida habita a África do Sudoeste: são os berg-damaras, que, segundo a afir-

mação de alguns estudiosos,¹¹ foram, juntamente com os san, os primeiros habitantes da região. Representam o que sobrou de um povo cuja origem é inteiramente desconhecida. Segundo Seligman, em sua obra *Races of Africa*¹², é um grupo de verdadeiros negros que viveram longamente isolados. Embora ainda muito numerosos, estão distribuídos em pequenos grupos entre os hotentotes e hereros. Antigo povo de caçadores, só conseguiram continuar a levar o mesmo tipo de existência em alguns locais montanhosos, entre os quais os Montes Otavi. Embora todos seus traços físicos se oponham aos dos bosquímanos, de pele clara, os berg-damaras têm, no entanto, civilização semelhante. Adotaram a língua dos hotentotes, abandonando o seu próprio antigo idioma, hoje desaparecido. Ainda são muito numerosos, o que é surpreendente, e pode-se dizer que atualmente não existe um único lugar na Namíbia em que não se encontrem berg-damaras trabalhando.

O maior contingente de africanos que se estabeleceu no sudoeste africano pertence aos povos do grupo lingüístico banto.¹³ Dividido em um grande número de tribos, apesar de possuírem a mesma civilização, apresentam características variadas devido à influência de elementos externos, cuja presença leva a diferenças sensíveis no gênero de vida, nas estruturas sociais e no sistema religioso. Partindo da região dos grandes lagos da África Central, a grande migração banto rumo ao sul se estendeu por muitos séculos. Entre 1200 e 1450, muitos já se achavam estabelecidos na África do Sul, com as mesmas características que os primeiros europeus encontraram, mais tarde, aos chegarem à região (1500-1625). Neste mesmo período, alguns povos banto começaram a se deslocar para oeste e para o norte, enquanto outros se dirigiram para o sul. Do grupo banto que se estabeleceu na região oeste da África Me-

ridional fazem parte os hereros e os ovambos.

Os hereros parecem ter se estabelecido na África do Sudoeste em meados do século XVI. Sua cultura material e estrutura social formam um conjunto especial que chama a atenção dos estudiosos. Trata-se de uma civilização marcada por um dualismo, que se manifesta nos menores detalhes da organização dos hereros e que é explicada pela possível mistura de civilizações que não puderam se concretizar totalmente. Este traço curioso os afasta dos outros grupos de língua banto da África Austral.

Grandes criadores de gado, todas as atividades eram orientadas pela preocupação com os rebanhos, cujo número já era expressivo no século XIX. Com a colonização alemã (1885-1919), teve lugar o extermínio dos hereros e a dispersão dos que restaram, como forma de impedir uma possível reorganização desse povo.

Já os ovambos formam o mais importante e maior contingente de africanos do sudoeste. Povo de agricultores, estabeleceram-se no norte, em terras regadas por enchentes anuais; praticando uma agricultura de subsistência, estes povos no período pré-colonial migravam durante as secas para áreas mais favoráveis, daí terem se espalhado por terras do atual território angolano. Hoje estão encerrados dentro de uma região delimitada.

Durante muito tempo, os ovambos escaparam à colonização, não tendo sido também afetados pelo tráfico escravagista, o que explica a sua atual vitalidade. Estabelecidos no norte, e portanto afastados da área de colonização, só entraram realmente em contato com os europeus após o começo do século XX, quando da primeira incursão do exército sul-africano, em 1915. É a partir daí que tem início a história dos ovambos na África do Sudoeste, logo passando a constituir o principal contingente de mão-de-obra necessária à economia

do território. Atualmente, 2/3 dos trabalhadores da Namíbia são ovambos.

No sudoeste africano, da mesma forma que na África do Sul, os contingentes populacionais mestiços (*coloureds*) são bastante expressivos. Na Namíbia, um grupo especial de mestiços é formado pelos Rehobothers, que se autodenominam *basters* (bastardos); vivem no sul do território e aí se estabeleceram na segunda metade do século XVIII. São o resultado do casamento de *afrikaners* migrantes (*trekkers*) da África do Sul com mulheres namas. Ocuparam terras mediante uma espécie de arrendamento com os hotentotes, que permitiram o uso de terras não utilizadas mediante um pagamento anual. Este grupo, rejeitado pelos sul-africanos por sua mestiçagem, é o único desta categoria a possuir o título de proprietário, mantendo-se as fronteiras de seu território quase que intactas desde o período da pré-colonização alemã. Durante a colonização alemã, gozaram de independência e hoje pleiteiam a completa soberania. Seu número, segundo informação da ONU, era de 13.700 habitantes.¹⁴

Colonização

A presença alemã

O inóspito litoral do sudoeste africano foi explorado pelos portugueses no século XV e visitado depois, apenas esporadicamente, por outros povos europeus. Somente no século XIX é que missionários ingleses e holandeses penetraram no território. Em 1883, ante a recusa inglesa em proteger as missões ameaçadas pelas disputas tribais, um alemão, Adolf Lüderitz, "comprou" aos namas a Baía de Angra Pequena e, no ano seguinte, converteu o território em protetorado alemão. Durante a Conferência de Berlim (1884-1885), quando as potên-

cias européias partilharam a África entre si, foram reconhecidos os interesses alemães sobre a parte da costa meridional africana, compreendida entre os rios Orange e Kunene. A partir de então, os alemães impulsionaram um novo ritmo à colonização do território, iniciando-se o processo de desestabilização das populações locais, que estavam em vias de instaurar uma ordem social coerente, apesar de sua heterogeneidade.

Os hereros e os namas constituem os dois povos que mais se ressentiram com a presença alemã e chegaram a empreender uma luta armada contra a opressão que lhes impunha os colonizadores. Vencidos ante a superioridade do inimigo, suas terras foram confiscadas, o que arrasou com a economia desses povos, baseada na criação do gado. Com o fim da luta, uma série de decretos foram promulgados, visando à dissolução das organizações tribais e proibindo aos dois povos a criação de gado e a posse de terras. Estes atos tinham também por objetivo a obtenção de mão-de-obra africana para os colonos alemães.

Em 1908, a descoberta de diamantes possibilitou um sensível aumento da população branca, com a vinda de colonos alemães, acarretando a necessidade de aumentar o emprego de mão-de-obra nativa. A colônia começava a dar seus frutos, propiciando ao colonialismo alemão expandir suas violentas formas de dominação, objeto de um relatório feito pelo governo inglês durante a Primeira Guerra Mundial e intitulado *The Natives of South West Africa and their Treatment by Germany*.¹⁵ Nesse relatório, os alemães eram acusados de terem negligenciado os interesses sociais dos namíbios, impedindo-os de participar da vida econômica do território, privando-os de escolas, recrutando em todas as regiões mão-de-obra que era tratada de forma aviltante, quando não eram mesmo vítimas de massacre. A brutalidade apontada no relatório causou, na Europa, indig-

nação pública contra a Alemanha; ao ser publicado, a Europa estava sofrendo o impacto da Primeira Grande Guerra, o que explica a reação indignada dos europeus contra uma forma de domínio, que, na verdade, era empregada por todos os colonizadores.

O domínio alemão na África do Sudoeste terminou com a Primeira Guerra Mundial. Em 1915, tropas sul-africanas invadiram e ocuparam o território em nome das potências aliadas. Nesta invasão, os sul-africanos tiveram o apoio e a ajuda das populações nativas, que viam a luta como sua própria libertação do jugo alemão. No entanto, a espoliação e a opressão iriam continuar através da dominação não mais de uma potência européia, mas de um país africano, que, embora de forma diferente, irá reproduzir os objetivos do colonialismo clássico, isto é, organizar a sociedade para produzir, nas melhores condições possíveis do ponto de vista da metrópole, produtos de exportação, dando ao trabalho uma baixa remuneração.¹⁶

O mandato sul-africano

O fim da Primeira Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha, reuniu em Versalhes (1919), sob o nome de Conferência da Paz, os representantes não só das potências aliadas, como também das "potências associadas". Durante a Conferência foi organizada a Liga das Nações, com o objetivo de proporcionar o encontro regular dos representantes de todos os Estados-membros para a discussão não só de problemas comuns, mas também de qualquer assunto que pudesse ameaçar a paz mundial.¹⁷

Uma das muitas deliberações a serem tomadas, na Conferência, era a de determinar o futuro das ex-colônias alemãs. Os governos britânico e sul-africano há muito não viam com simpatia a presença alemã na

África Austral — anexar a África do Sudoeste era um objetivo comum dos dois governos —, e o fim da Primeira Guerra proporcionou a oportunidade para a concretização de tal meta. Nessa ocasião, os líderes sul-africanos Smuts e Botha demandaram o direito de anexar a África do Sudoeste e incorporá-la à União Sul-Africana como espólio de guerra. Contudo, a Liga das Nações, “criada com o objetivo de introduzir uma ordem mundial mais pacífica e civilizada”, não poderia concordar com uma proposta que equivaleria a descreditar a criação — segundo a literatura corrente, pelo próprio General Smuts — do sistema internacional de mandatos, à época uma novidade para a jurisprudência internacional.

A proposta, certamente, dava à África do Sul a oportunidade de estender amplamente seu território, num processo muito semelhante ao de anexação, pois o artigo 22 da Convenção da Liga das Nações era bem explícito: “Há territórios como a África do Sudoeste e algumas ilhas do Pacífico, que, devido à escassez de sua população, ou seu pequeno tamanho, ou a contiguidade geográfica ao território mandatário, e outras circunstâncias, poderão ser melhor administrados sob as leis do mandatário, como parte integral de seu território, sujeito a salvaguardas no interesse de sua população nativa”. E, finalmente, a 17 de dezembro de 1920, em Genebra, o mandato sobre a África do Sudoeste foi “concedido a sua Majestade Britânica, para ser exercido em seu nome, pelo governo da União Sul-Africana”.

Segundo as cláusulas do Acordo dos Mandatos, diversos deveres e responsabilidades eram prescritos à potência mandatária, entre os quais: promover o bem-estar moral e material e o progresso social dos habitantes do território; preparar o território para a autodeterminação; não tirar pro-

veito de seus direitos administrativos; enviar relatórios anuais à Comissão de Mandatos da Liga das Nações. Mas a África do Sul, como bem demonstra o discurso pronunciado por Smuts no Parlamento da União Sul-Africana, em 1925, encarou o Mandato como um simples gesto para desviar a atenção da anexação direta: “Não acho necessário anexar a África do Sudoeste... [o mandato] dá a mesma soberania, não só administrativa, mas também legislativa, e de nada mais necessitamos”.

E, na realidade, a África do Sul, como potência mandatária, pouca atenção deu a seus encargos e deveres em relação ao território que administrava, comportando-se exclusivamente como uma potência imperial, operando segundo as normas do colonialismo — espoliação aberta e gigantesca do povo do sudoeste africano, que é roubado em seus recursos naturais e violentado em seus mais elementares direitos.

Perante a Comissão de Mandatos da Liga das Nações, a África do Sul sempre se apresentou como a mais problemática mandatária, sendo por isso a mais criticada. Seus relatórios sobre a administração do território eram incoerentes e contraditórios, portanto sem qualquer credibilidade. Cada administrador encontrava novos métodos para lidar com os nativos, impondo cada vez mais maiores restrições à liberdade dos africanos, já então confinados em “reservas” situadas nas piores terras do território, em locais impossíveis ao desenvolvimento e de onde eram forçados a sair para se oferecerem como mão-de-obra barata ao colonizador — único meio de sobreviverem.

Na última sessão da Comissão de Mandatos, em junho de 1939, a África do Sul foi fortemente censurada por sua administração como mandatária. A Alemanha, como potência colonizadora, havia sido criticada por seus métodos selvagens, opressores e exploradores; a África do Sul nada

mais fez do que manter e, até mesmo, aumentar a espoliação, em nada contribuindo para o benefício das populações nativas do território, às quais devia "promover o bem-estar moral e material".

A Liga das Nações havia falhado em seus objetivos, ao não proteger e reforçar os direitos dos africanos da África do Sudoeste. Falhou também não freando o ímpeto expansionista de algumas nações, pondo fim à paz mundial — objetivo primordial para o qual a Liga havia sido criada.

A tutela internacional não cumprida

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as potências substituíram a Liga das Nações pela Organização das Nações Unidas — ONU, com os mesmos objetivos da primeira.

A nova organização internacional substituiu, então, a antiga lei dos mandatos pela forma mais flexível da tutela internacional e instituiu um Conselho, que se encarregaria de conduzir à independência os antigos territórios administrados por mandatos. Todas as potências mandatárias aceitaram a nova fórmula, à exceção da África do Sul, que ao contrário tentou mais uma vez perpetuar a sua administração, apresentando o pedido de anexação da África do Sudoeste. Como justificativa, afirmava que o Mandato havia terminado com o desaparecimento da Liga das Nações e, dessa forma, não aceitava a tutela das Nações Unidas sob os territórios antes consignados como mandatos.

O fim da Segunda Guerra Mundial marca uma virada histórica para os povos colonizados; a sua participação na luta tinha sido significativa, e a promessa de emancipação por parte das metrópoles, no início do conflito, não havia sido esquecida. Uma efervescência política e o desejo de libertação se expandiam por todo o continente.

É é nesse momento que a África do Sul se apresenta com as intenções de uma verdadeira potência colonialista, dentro dos moldes clássicos, indo de encontro a todo um novo espírito, uma nova maneira de ser que começava a ser dominante entre os africanos.

A África do Sul em sua tentativa de anexação da África do Sudoeste amparou-se nas seguintes razões:

- geográfica e estrategicamente, o território fazia parte da África do Sul;
- economicamente era dependente;
- suas populações nativas tinham a mesma origem que as sul-africanas;
- dois terços da população branca eram formados por sul-africanos;
- a África do Sul havia introduzido uma progressiva política de administração nativa que devia estar aliada ao território vizinho;
- o território mandatário já se achava totalmente integrado à África do Sul e, portanto, a sua incorporação formal era necessária para demover dúvidas, atrair capital e encorajar a iniciativa privada; daí, a integração representava apenas o reconhecimento formal da unidade já existente.

A não-aceitação desta proposta pelas Nações Unidas levou a África do Sul a exercer o chamado "colonialismo africano", negando-se a colocar o território sob o sistema de tutela internacional e continuando a administrá-lo "dentro do espírito do Mandato".

De fato, havia sido o "espírito do Mandato" que dera origem às razões apresentadas pela África do Sul para a ocupação do território. Para os sul-africanos estas razões eram reais e coerentes, se bem que estivessem muito afastadas do que prescrevia a Carta da Liga das Nações em relação aos Mandatos. A forma de administração empreendida pela África do Sul jamais

visou ao "desenvolvimento moral e material do povo"; muito pelo contrário, o que ela praticou, na realidade, foi um colonialismo muito mais efetivo que o dos primeiros colonizadores, os alemães. Tão efetivo que tirou das populações nativas qualquer possibilidade de se autogovernarem, de se desenvolverem economicamente, enfim, de se transformarem numa nação autônoma e, não, num simples apêndice do Estado mandatário.

E, da mesma forma como fizera com a Liga das Nações, a África do Sul desafiou a ONU: relatórios não eram enviados; às comissões supervisoras não era dada permissão de entrada no território; as informações que pudessem ser divulgadas no exterior sofriam censura; e às populações nativas era proibido o contato com o mundo exterior, de forma a não permitir o conhecimento do que se passava no interior da África do Sudoeste. Apesar das diversas tentativas da ONU de aplicar o regime de tutela, a África do Sul continuou como mandatária — a pretensão de incorporar o território foi abandonada, mas a posse *de fato* continuou a prevalecer.

A vitória do Partido Nacionalista na África do Sul, em 1948, deu a oportunidade para que fossem introduzidas novas medidas administrativas na África do Sudoeste, aumentando ainda mais a dominação sobre o território. O sistema do *apartheid* — o racismo legalizado — foi estendido à "colônia": manter os negros tão afastados quanto possível das instituições brancas e, ao mesmo tempo, incentivar a divisão tribal e o caráter nacional de cada grupo étnico, a fim de melhor exercer o domínio, são os principais objetivos da política segregacionista legalmente instaurada pela classe dirigente sul-africana.

Outra medida posta em prática foi a decisão de dar representatividade ao território no Parlamento sul-africano, representação essa exercida por seis membros elei-

tos e evidentemente brancos. A África do Sudoeste passava, então, a ser considerada uma nova província sul-africana, em desobediência inequívoca ao estatuto do território. A Assembléia-Geral das Nações Unidas achou necessário apelar à Corte Internacional de Haia para julgar a legalidade de tal ação. Pretória foi considerada sem direitos para modificar, unilateralmente, o estatuto do território, mas o governo sul-africano, como era de se esperar, recusou-se a acatar a decisão do organismo internacional.

Paralelamente ao reforço da dominação sul-africana sobre o território, começam a se esboçar os primeiros sinais de organização contestatória por parte das populações nativas, sob a forma de petições endereçadas à ONU. E, durante um longo período de mais de duas décadas, a Assembléia-Geral tentou de várias maneiras negociar um acordo com a África do Sul quanto à situação da África do Sudoeste. Em 1966, ante a ineficácia dos diversos meios empregados, a Organização das Nações Unidas, através da resolução 2145 (XX), dá por encerrado o mandato conferido à África do Sul e assume a responsabilidade direta sobre o território até sua independência, criando o Conselho das Nações Unidas para a África do Sudoeste. E, em 1968, através da resolução 2373 (XXII), foi decidido, de acordo com os desejos do povo do território, que a África do Sudoeste passaria a ser conhecida pelo nome de Namíbia.

A República Sul-Africana reagiu negando-se a reconhecer os direitos da ONU sobre o território, fato que levou a Corte Internacional de Justiça a ser novamente chamada a opinar sobre a questão; suas resoluções finais, em resumo, rezam:

a) A resolução da Assembléia Geral da ONU, que deu por encerrado o mandato, era LEGAL e dispensava o consentimento da África do Sul.

b) A presença da África do Sul na Namíbia é ilegal e o seu afastamento é exigido.

c) Os Estados-membros da ONU são obrigados a reconhecer a ilegalidade da ocupação da Namíbia e abster-se de qualquer ato ou tratado com o regime sul-africano que possa significar um reconhecimento de sua legalidade na administração da região.

d) Em conformidade com o artigo 25 da Carta das Nações Unidas, os Estados-membros "concordam em aceitar e cumprir as decisões do Conselho de Segurança, embora tenham votado contra tais decisões".

A dominação sul-africana

Apesar de todas as resoluções de organismos internacionais condenando o domínio ilegal da África do Sul sobre o território namíbio, esta vem exercendo um controle autocrático há mais de 60 anos. O "colonialismo africano" praticado pela África do Sul é por esta justificado, citando a importância estratégica do território na defesa do regime do autodenominado "bastião do Ocidente na África". Mas deve-se também levar em conta ser a Namíbia um riquíssimo e ainda não totalmente explorado reservatório de riquezas minerais. E sua dominação se concretiza através de uma elaborada estrutura econômica, política e social que, para além da especificidade que a reveste, guarda todas as características do colonialismo clássico, conseqüentemente transformando-a em um território totalmente dependente.

No setor econômico, a dependência namibiana à África do Sul caracteriza-se pela ausência de estrutura de mercado exportador independente, inexistência de estruturas financeiras próprias, falta de mão-de-obra nativa especializada, sistema de transportes que só se comunica com a

África do Sul, dualismo fundamental posicional no setor agrícola, dependência total da importação de bens de produção e de consumo básico — ante a ausência de um setor manufatureiro local — e forte penetração de capitais estrangeiros na economia, especialmente no setor mineiro.

A maciça presença do capital estrangeiro merece referência especial. Com este objetivo foi construída toda a estrutura fiscal do território: taxações baixas para as companhias estrangeiras, além de um generoso cancelamento de dívidas, estimularam mais e mais a entrada do capital externo. Os lucros obtidos são compensadores não só pelas riquezas existentes, como também pelo sistema de exploração de mão-de-obra contratada, cujos baixos salários impostos aos africanos contribuem de forma concreta para a alta rentabilidade dos investimentos.

Como resultado da alta proporção de capital estrangeiro no total dos investimentos do território, há uma grande disparidade entre os números indicadores do PIB e a renda nacional. Como a remessa dos lucros das companhias estrangeiras não é controlada por qualquer lei, o PIB é cerca de 30% mais alto que a renda nacional, e, ao que parece, essa diferença só tem aumentado.¹⁹ No entanto, qualquer referência estatística relacionada à Namíbia só pode ser avaliada através de cálculos aproximativos, uma vez que a África do Sul mantém cuidadoso sigilo dos indicadores econômicos reais, acontecendo o mesmo com a maior parte das companhias particulares, que também se recusam a fornecer dados sobre seus negócios.

As principais operações minerais na Namíbia são controladas por cinco companhias²⁰: American Metal Climax Ltd. e Newmont Mining Corporation, ambas com sede nos Estados Unidos; South West Africa Company, de origem inglesa; O'okiep Copper Company Ltd. e De Beers

Consolidated Mines Ltd., com sede na África do Sul. Multinacionais outras com sede na República Federal da Alemanha, França e Canadá também se fazem fortemente representar na África do Sudoeste.

Uma única companhia sul-africana — a De Beers Consolidated Mines Ltd. — controla a mais importante atividade mineira namíbia, ou seja, a produção de diamantes, que ocupa aproximadamente 64% do total das exportações minerais. Já no setor de metais básicos, segunda mais importante fonte de exportações, a fonte dos investimentos se encontra mais internacionalizada. As minas de urânio em Rossing ocupam, atualmente, um lugar de destaque na absorção de investimentos. Num mundo faminto de energia, o urânio seja como fonte alternativa para o petróleo, seja como fonte para a produção de energia nuclear representa inegável poder econômico e também estratégico. A presença maciça do capital internacional ocidental na prospecção do urânio da Namíbia suscitou, em 1980, severas críticas junto às seções especializadas para normas de administração da Namíbia na ONU, que, em 1974, proibiu a extração e exportação das riquezas do território sem o prévio consentimento da Organização. As firmas interessadas, porém, não se deixaram desestimular, mantendo a produção em acentuado ritmo e fornecendo, atualmente, cerca de 5% do urânio produzido no mundo.²¹

Paralelamente ao desenvolvimento de um tipo específico de estrutura econômica, e ao mesmo tempo como fator determinante para a sedimentação do domínio, a nação imperial transferiu para a Namíbia o sistema do *apartheid*, já praticado e consolidado na África do Sul.

O *apartheid* não pode ser encarado somente em seus aspectos sociais — separação entre raças; deve ser também visualizado como um dos fatores mais essenciais para o desenvolvimento de um tipo de economia,

no qual o lucro advém primordialmente da exploração da força de trabalho, baseada na discriminação racial inescrupulosa (mas, ao mesmo tempo, legal). Para a efetivação desse tipo de exploração, diversos expedientes jurídicos são empregados pelo aparelho de Estado sul-africano, donde se deduz que além das implicações sociais e econômicas, os aspectos políticos do *apartheid* têm importância relevante.

A apropriação das melhores terras das populações nativas, seu conseqüente deslocamento para locais previamente escolhidos (as chamadas "reservas", onde são mantidos em confinamento), o estabelecimento de colonos brancos no território, a participação dos africanos na economia apenas como mão-de-obra não-especializada, foram práticas que acompanharam sempre a presença branca na Namíbia, desde quando se iniciou sua ocupação.

A "colonização" sul-africana incrementou as práticas segregacionistas, em resguardo das quais criou-se uma fronteira administrativa conhecida como a Linha Vermelha, a cor normalmente usada nos mapas para designar os limites da Zona Policial (*Police Zone* ou *White Area*), onde todas as atividades são controladas por brancos.

A Zona Policial, estendendo-se ao sul da Linha Vermelha, cobre 2/3 do país e é a área destinada ao estabelecimento dos brancos. Aí estão as melhores terras, todas as áreas urbanizadas e as minas mais importantes. Ao norte da Linha Vermelha, se concentra a população nativa, em espaço territorial exíguo e de onde só podem sair com permissão oficial (*Pass Law*), o que torna os africanos verdadeiros estrangeiros dentro de seu próprio país. E é aí que está reunida toda a força de trabalho necessária ao desenvolvimento do setor moderno da economia, pois a inviabilidade econômica das terras destinadas aos nativos assegura uma fonte permanente de mão-de-obra,

uma vez que o africano, impossibilitado de se sustentar a si e a sua família nas regiões a ele reservadas, é obrigado a procurar trabalho nas áreas de atividades dos brancos e a aceitar magros salários.

A Linha Vermelha é muito prezada pelos sul-africanos, porque encerra fisicamente a maioria do povo nativo dentro de limites geográficos determinados pela administração da República, possibilitando um controle mais eficaz e mantendo os problemas mais prementes confortavelmente remotos. Faz-se necessário repetir que tal linha é absolutamente inviolável, só podendo ultrapassá-la os nativos portadores de contrato de trabalho. Agravando ainda mais o quadro, essa linha-limite tem sido, nos últimos anos, cada vez mais empurrada para o norte, a fim de que mais terras ricas em minérios fique em poder dos brancos.

Apesar de ter seu mandato sobre a Namíbia extinto em 1966, por decisão das Nações Unidas, a República da África do Sul promulga ao final da década de 60 (1968/69) duas importantes leis que afetam diretamente o estatuto internacional e a integridade territorial namibiana.²²

A primeira lei, o *South West Africa Affairs Act* vai permitir ao governo sul-africano reforçar seu domínio, através de um mecanismo que praticamente incorpora o território namíbio. Até então, a Assembleia Legislativa da África do Sudoeste, representada somente por brancos, exercia funções legislativas sobre assuntos internos, cabendo ao Parlamento sul-africano a decisão final sobre matérias de maior profundidade, diretamente relacionadas ao exercício de poder. De acordo com a nova lei, o Parlamento sul-africano passa a centralizar em torno de si todo o poder de decisão sobre o território, acrescentando o direito de arrecadação direta sobre toda a receita do país, deixando à Assembleia somente funções administrativas provin-

ciais de pouca expressão, tais como educação para brancos, conservação de estradas, concessão de licenças etc.

A segunda peça legislativa lançada pela África do Sul, o *Development of Self Government for Native Nations in South West Africa*, demonstra a firmeza de propósito do governo da minoria branca sul-africana em manter sua presença na Namíbia, impedindo o desenvolvimento dos povos nativos, seu acesso às riquezas do país e a autodeterminação preconizada pelas Nações Unidas. Esta lei — resultante de um relatório elaborado por uma comissão governamental (conhecida como Comissão Odendaal), organizada em 1962, para examinar as condições geográficas, econômicas e políticas do território — refere-se à política dos *bantustans*, qual seja a política do desenvolvimento separado que havia sido lançada na África do Sul em 1959 e visava à transformação das "reservas" em núcleos nacionais africanos, cujo número seria equivalente ao das diversas etnias.

A justificativa para a promulgação desta lei era a de possibilitar às "nações nativas" o alcance do autogoverno e da independência através da criação dos *bantustans*, ou nações separadas, que atenderiam a uma organização territorial segundo a cultura étnica, a tradição e a história de cada grupo populacional. A prática de tal política, conseqüentemente, implicaria uma realocação geográfica dos povos. Precisamente, deslocamento de 28,6% de africanos, uma vez que vários grupos nativos não dispunham de qualquer reserva de terras enquanto outros, como muitos hereros e namas, viviam fora de suas reservas, havendo, portanto, a necessidade de dispor de terras suplementares.

Mas, concretamente, esta lei tinha como objetivo primordial fragmentar o poder de autoridade dos chefes tribais e encerrar, dentro de limites bem definidos, cada

grupo nativo, cujo desenvolvimento autônomo não passaria de uma fantasia impossível de ser realizada. Pois, além de as estruturas econômicas do território permanecerem inalteradas, a autoridade, em última instância, continuaria a ser controlada pelo governo sul-africano.

A Comissão Odendaal havia recomendado a criação de 10 *bantustans*, que teriam um conselho legislativo sob o comando de chefes tribais previamente escolhidos e da confiança das autoridades sul-africanas. No momento julgado oportuno, o presidente da República Sul-Africana daria autorização à posse de bandeira e hino nacionais. Por sua vez, os chefes tribais não passariam de porta-vozes da política oficial, na medida em que não teriam autoridade para decidir quanto a organização militar, armamentos, política externa, segurança interna, comunicações, moeda, bancos, alfândega. . . Enfim, da anunciada "independência" se excluíam todos os poderes considerados fundamentais à soberania de uma nação.²³

Portanto, a política dos bantustans, na realidade, visa apenas à manutenção do *statu quo*, sem ser de fato uma via para a independência. Pretende simplesmente dividir os povos nativos em pequenas nações (cujas impraticabilidades econômicas as tornam dependentes) e exacerbar o tribalismo para, através da balcanização, virem os sul-africanos a exercer, de forma efetiva, a dominação. A independência destas pequenas nações — sejam as primeiras surgidas no interior do território sul-africano, seja a Ovambolândia, primeira "nação independente" da Namíbia (1973) — não teve o reconhecimento mundial.

Ante a intransigência da África do Sul em sua determinação de pôr termo aos clamores do povo namíbio em prol de autonomia como nação una, indivisível, e face ao desrespeito às decisões da ONU, o único recurso de que se valeram os namíbios

para a obtenção de sua autonomia se apresentou na forma de luta armada, no movimento de guerrilhas das populações nativas, encarado pelo governo sul-africano como simples atos de terrorismo.

A via para a independência

Durante todo o decorrer de sua história, a Namíbia foi marcada por uma contínua luta contra a opressão colonial, a que se acrescenta um vasto legado de conflitos tribais.

No período da colonização alemã, sobressai a luta brutal travada contra os hereros que se arrastou por quatro anos, culminando com o extermínio de um grande contingente desse povo de criadores de gado e a dispersão dos sobreviventes.

A intervenção alemã tinha se dado com o pretexto de pôr fim à tradicional animosidade existente entre os hereros e os namas pela posse de gado e de pastagens, na região central do país. A falta de unidade entre os dois povos enfraqueceu-os perante um inimigo coeso e mais forte. Posteriormente, contudo, os dois povos (à frente, Hendrick Witbooi, chefe dos namas, e Maharero, chefe dos hereros, verdadeiros símbolos de poder africano tradicional) se aperceberam de sua fragilidade e aliaram-se, procurando também o apoio dos chefes dos distantes ovambos para combater o inimigo comum, o colonizador branco. Este foi, portanto, o primeiro esboço para o nascimento de uma incipiente unidade nacional no território.

Com a vitória do colonizador, uma série de decretos foram promulgados com a finalidade de proibir aos hereros e namas desenvolverem a criação de gado e de retirá-lhes a posse das terras, empobrecendo-os mais e mais, possibilitando assim o surgimento de um grande contingente de mão-

de-obra disponível, necessária ao desenvolvimento da colônia.²⁴

Depois da Primeira Guerra Mundial, quando a Liga das Nações demonstrou não ter qualquer poder para impor-se contra o domínio sul-africano sobre a África do Sudoeste, as sociedades tribais e as Igrejas que missionavam no interior dos territórios herero e ovambo começaram a canalizar o descontentamento reinante. O espírito de resistência desse período pode ser personificado na figura de Hoseas Kutako, professor e pastor herero que combateu os alemães em 1904 e que dedicou toda a sua vida (morto em 1970, aos 103 anos de idade) à luta contra a dominação.

Já sob o domínio sul-africano e a partir do momento em que a grande potência industrial africana dela se "apossou", greves localizadas, resistências contra deslocamentos das populações nativas, petições à ONU, evidenciavam a insatisfação nativa contra esse domínio.

Um esboço de organização política começa a ser delineado na década de 50. Seu caráter extremamente tribal, de movimento localizado, porém, impedia uma forma de ação unitária, eficiente. Não obstante, em 1955, com base em agrupamentos étnicos, surge o primeiro grupo político, a Associação dos Hereros, que mais tarde se transformaria em partido, a SWANU (South West Africa National Union). Quatro anos mais tarde, apareceu a OPO (Ovamboland People's Organization), fundada por Toivo ja Toivo, na cidade do Cabo, com o específico objetivo de pôr fim ao recrutamento de trabalhadores ovambos para a África do Sul.

A necessidade de alargamento dessas organizações tribais logo foi sentida: tornava-se fundamental a criação de uma organização política capaz de promover lideranças e quadros que congregassem as atividades anticolonialistas de caráter espontâneo e que desenvolvessem a conscientização da popu-

lação, articulando os problemas, aspirações e metas de todo o povo e não só de grupos heterogêneos. Em 1960, a OPO se transformou na SWAPO (South West Africa People's Organization), abrindo seus quadros aos membros de todas as etnias e tendo como empresa primordial a mobilização do povo a nível nacional. A direção do movimento ficou a cargo de Sam Nujoma, principal articulador e organizador da SWAPO.

Criar raízes no interior de toda a sociedade namíbia foi a tarefa primeira encetada pela Organização, no início da década de 60. Os centros urbanos industrializados foram os primeiros visados por ela, em sua escalada para a mobilização das massas. Para atingi-la, a SWAPO tinha não só que abordar diretamente os problemas particularizados (realocação de populações nas áreas urbanas, sistema de contrato de trabalho etc.), como também desenvolver uma conscientização de caráter unitário, nacional, em prol da emancipação do território.

Paralelamente à formação da SWAPO, observa-se um acirramento das formas de repressão desenvolvidas pelo governo sul-africano: proibição de reuniões públicas da Organização, dispensa de todos aqueles pertencentes aos quadros da SWAPO e que trabalhavam nas áreas urbanas, prisão dos dirigentes e, por último, formação da Comissão Odendaal (1962), destinada a desenvolver o plano de balcanização da Namíbia.

Ante a atitude do governo sul-africano negando-se a estabelecer todo e qualquer diálogo não só com a ONU como com os dirigentes das organizações políticas do território, dissipou-se a esperança de uma solução pacífica para o problema da Namíbia. A luta armada apresentou-se como a única opção capaz de levar à emancipação. O estabelecimento de um movimento de guerrilhas organizado pela ala militarizada da SWAPO passou a ser o

objetivo crucial da Organização na segunda metade dos anos 60, que se intensificou na década de 70. Para atender a esse objetivo foi criado o PLAN (People's Liberation Army of Namibia).

A atuação da SWAPO, porém, nunca se restringiu somente à luta armada como forma de resistência contra a ocupação ilegal da Namíbia. A Organização encontra-se preparada para atuar em três níveis: político, diplomático e militar. Ela é reconhecida como o único partido político e movimento de libertação que engloba as aspirações e representa o povo namibiano, pela ONU e pela Organização da Unidade Africana, que, desde a sua fundação em 1963, tem-lhe dado ajuda material e encorajamento. A representatividade da SWAPO, como se vê, é internacionalmente reconhecida e sua atuação, aceita e incentivada.

Com referência à ação diplomática, a SWAPO desenvolve toda uma atuação concreta não só junto aos países-membros da ONU e da OUA, como também junto aos países socialistas, entidades sindicais, religiosas e particulares de diferentes Estados. Quanto ao nível militar, a SWAPO conta, principalmente, com o apoio dos países-membros da chamada Linha de Frente (Angola, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, Botswana, ampliada atualmente com a presença do Zimbábue). É necessário mencionar ainda a ajuda material e assistencial fornecida pela OUA, países do bloco socialista, do Terceiro Mundo e algumas organizações particulares do mundo ocidental.²⁵

Tanzânia e Zâmbia têm tido papel significativo no fornecimento de ajuda material e no abrigo aos namibianos que, por razões políticas, não podem permanecer no seu próprio território. A preparação de quadros sociais e treinamento militar são efetuados em grande parte no exterior, especialmente nos países limítrofes, onde estão localizadas importantes bases militares. Assim, toda uma retaguarda assistencial tem sido efeti-

vada pelos países livres africanos que se encontram mais próximos das fronteiras da Namíbia e que se tornaram, a partir do momento de suas próprias independências, grandes focos de reação contra o domínio exercido pela África do Sul, não só na Namíbia, como também em toda a África Austral, onde o país do *apartheid* é considerado uma potência regional.

No início dos anos 70, mais uma vitória diplomática foi alcançada em relação ao estatuto da Namíbia: a Corte Internacional de Justiça, novamente convocada pela ONU, aprovou uma resolução do Conselho de Segurança intimando a África do Sul a pôr fim à sua dominação sobre o território (1971). A indiferença das autoridades sul-africanas a mais uma decisão dos organismos internacionais provocou a primeira reação de vulto por parte do povo nativo, concretizada através da greve geral de 1971, com amplitude sem precedentes, visando a modificações no sistema de trabalho contratado, uma das principais peças do *apartheid* na Namíbia.

Todo nativo que decidia trabalhar na área branca, portanto nos setores desenvolvidos da economia namibiana, estava sujeito ao monopólio da South West Africa Native Labour Association — SWANLA, entidade que controlava toda a força de trabalho africana e única intermediária entre o trabalhador e o empregador. O sistema de contrato de trabalho pode ser apontado como o principal meio de controle da população nativa por parte das autoridades sul-africanas, pois, através deste, a população é mantida fragmentada, política e socialmente, devido às normas estipuladas para a contratação. Com efeito, proíbe-se ao trabalhador escolher o seu trabalho, mudar de emprego, romper o contrato ou fazer-se acompanhar da família para as áreas onde trabalha. Durante o contrato, o trabalhador fica confinado em locais segregados, apartados das zonas habitacionais

destinadas aos brancos.

Com a greve de 1971, que parou a economia do país por alguns meses, diversas modificações foram introduzidas no sistema de contrato de trabalho. E se à abolição da SWANLA se seguiu a criação de um estatuto que continuava a controlar a oferta de trabalho, algumas modificações no sistema de trabalho, na classificação da mão-de-obra, horários mais humanos e salários ligeiramente superiores constituíram inegáveis vitórias.

Embora em sua essência o antigo sistema tenha sido mantido, a greve demonstrou a possibilidade de o povo namíbio se organizar, o que forçou o governo sul-africano a tomar medidas extremas de repressão. Concomitantemente, a África do Sul adota uma nova tática em relação a sua presença na Namíbia: em 1972, seu governo afirmava ter o maior interesse na "política da autodeterminação e independência para a Namíbia", chamando a ONU e as outras partes interessadas para a concretização desse objetivo.²⁶

Esta mudança radical de atitude representava, na realidade, uma nova estratégia de Pretória para minar a posição da SWAPO e de seus aliados na ONU. A nova posição em favor da "autodeterminação e independência" apenas preparava o caminho para angariar as simpatias da pequena burguesia namíbia, representada pelos chefes dos *bantustans*, líderes tribais conservadores e dissidentes da SWAPO.²⁷

Foi então introduzida pelo governo sul-africano uma série de pequenas reformas no sistema do *apartheid*, além de procurar canalizar incentivos e investimentos para os *bantustans* e imprimir um acelerado desenvolvimento nos principais setores da economia, através de uma forte alocação de capital próprio e estrangeiro.

Para desempenhar o papel de representante político dessas transformações, foi formado, em 1975, a Turnhalle Constitu-

tional Conference of Namibia, para a qual foram convidados os representantes de todos os *bantustans*, das comunidades mestiças e brancas, e da SWAPO, que, entretanto, boicotou a farsa institucional montada pelo governo sul-africano e manteve sua unidade. Segundo a propaganda oficial, "todos os onze grupos populacionais se fazem presentes na Turnhalle Constitutional Conference por seus líderes e representantes, e, por isso, ela deve ser reconhecida como representativa da maioria de todos os povos da África do Sudoeste".²⁸ Três anos mais tarde, a TCC transformou-se em partido político — Democratic Turnhalle Alliance —, fruto da coalizão de 10 grupos tribais com o Partido Republicano, chefiado pelo fazendeiro Dirk Mudge, de origem sul-africana.

A Democratic Turnhalle Alliance, por congrega negros, mestiços e brancos, pretende por isso ser considerada representativa da maioria do povo namíbio e, portanto, contrapor-se à legitimidade da SWAPO. Esta coalizão multirracial, contudo, privilegia a identidade tribal e insiste na predominância de uma aliança no lugar de um único partido. Adota um programa político conservador de caráter reformista, que pleiteia mudanças nas estruturas política, administrativa e econômica do território através de reformas, ditas legais e eleitorais. A este discurso "anticolonial", a SWAPO respondeu com uma posição abertamente "antiimperialista", a partir de um programa político que afirma a necessidade da "reconstrução de uma Namíbia livre, democrática, unida e o estabelecimento de uma sociedade sem classes".²⁹

Além do forte apoio dado à DTA, o governo sul-africano também incentiva a proliferação de pequenas formações políticas que representam não apenas diferentes grupos étnicos, mas também movimentos regionais. Esta grande divisão da representação política favorece por um lado a

dominação sul-africana, ao fracionar uma possível coesão em torno da SWAPO e, por outro lado, contribui com a possibilidade de aliança com a DTA. Embora esses pequenos partidos tentem formar alianças entre si, seguindo linhas tribais, justamente por tensões grupais se fragilizam.³⁰

Se é verdade que o problema do tribalismo está presente na Namíbia³¹ como um forte entrave à integração da população em termos nacionais, na realidade o método que consiste em "dividir para reinar" foi sempre empregado pelos europeus durante toda a história do colonialismo. E é desse modo que na África do Sul os interesses do poder branco têm sido preservados. Todo um mecanismo no sentido de impedir a solidariedade em termos nacionais, indispensável à libertação, tem sido elaborado e propagado pelos sul-africanos brancos para a manutenção do tribalismo, seja utilizando-se do prestígio dos chefes tradicionais, seja do das elites intelectuais negras assimiladas. Os primeiros servem como focos do tribalismo, enquanto a elite intelectual atua como intermediária entre os chefes tribais e as massas, que a associa à idéia de progresso, donde o seu prestígio. Desta forma, estrutura-se uma base de poder entre os próprios namíbios que funciona como pilar de sustentação do esquema de poder global branco.³²

Contando com esta base, a África do Sul se lançou em sua campanha a favor da autodeterminação da Namíbia, pois é com esse apoio, aliado a uma estrutura sócio-econômica que a faz dependente da África do Sul, que o neocolonialismo encontrará condições propícias para ser implantado. Neste sentido, no decorrer da década de 70, foi implementada a aceleração do desenvolvimento econômico da Namíbia. A contrapartida para esse processo é que, na medida em que se acelera a economia, há necessidade de um maior contingente de mão-de-obra disponível, obrigando um

grande número de africanos a deixarem suas "reservas" para engrossar a massa operária. Esta, ante as condições adversas de trabalho, começa a unir-se, despontando como povo coeso em torno da consciência de classe oprimida e ultrapassando as divisões tribais. E é esta massa operária que vai questionar a ideologia colonialista, cuja via bifurca-se em duas linhas: neocolonialismo ou antiimperialismo.

A independência das colônias portuguesas, principalmente as da África Austral (Angola e Moçambique) — formadoras de uma espécie de "cordão sanitário" que anteriormente isolava o governo do *apartheid* do nacionalismo negro desenvolvido a partir da década de 60 —, forçou as potências capitalistas ocidentais a darem uma nova atenção ao problema da Namíbia. A SWAPO, intensificando a luta pela libertação, passou a ser considerada em sua real dimensão, deixando de ser encarada pelas potências ocidentais como simples "bando de terroristas", conforme afirmava a propaganda sul-africana. Esta nova postura das potências capitalistas também pode ser atribuída ao novo peso da África no cenário internacional, que tem passado inclusive a ser, como em Angola, zona de confrontação das superpotências (confrontação que, diga-se de passagem, não se dá somente ao nível das duas superpotências; outras forças influem na ordem mundial, entre as quais, há a considerar o peso de países importantes, como a Nigéria e outros membros da OPEP, bem como o revigoreamento do movimento dos países não-alinhados).

Anteriormente, no processo de independência das colônias austro-africanas, os países do bloco ocidental foram contrários à libertação da região, ao se colocarem ao lado do colonizador português e do poder branco na África do Sul, Namíbia e Rodésia. O campo socialista não teve, então, concorrência na importante ajuda à luta de libertação na África Austral.

Com isso, para o caso da Namíbia, uma posição conciliatória, através de uma independência negociada, passou a ser a forma pela qual as potências ocidentais buscam manter sua influência na região. Com este objetivo — ou seja, servir como intermediário entre o governo de Pretória e o movimento nacionalista —, as cinco maiores potências capitalistas ocidentais se reuniram para formar o chamado "grupo de contato" (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França e Canadá).

A vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola — MPLA abriu, contudo, novas perspectivas para a SWAPO e proporcionou condições para a criação de uma retaguarda de apoio para o movimento nacionalista. A existência de mais de 1.500 quilômetros de fronteira comum com Angola ampliou as perspectivas para a libertação da Namíbia, pois para o território angolano foram transferidas as principais bases militares da SWAPO, estando ainda em Luanda a sua sede política.

A deterioração da situação militar no norte da Namíbia tem prejudicado o desenvolvimento econômico do sul do território angolano, pois aí também se encontra sediado o movimento contra-revolucionário de Jonas Savimbi, a União Nacional para a Libertação Total de Angola — Unita. Esta, com o apoio da África do Sul, mantém um **bolsão rebelde** ao governo de Luanda, dando continuidade ao movimento de guerrilha, prejudicando a expansão de uma área agrícola importante e levando à paralisação a exploração das minas de Cassinga. Além do prejuízo causado diretamente a Angola, o conflito também proporciona dificuldades aos países limítrofes, com a paralisação da ferrovia de Benguela, vital para o escoamento da produção de cobre do Zaire e da Zâmbia.

Observa-se, portanto, que a luta pela libertação da Namíbia compromete a esta-

bilidade da importante região austral da África, uma vez que o confronto de forças não se dá unicamente a nível de colonizador e colonizado. O equilíbrio da região é vital para o Ocidente, não só pela situação geográfica estratégica que ocupa — pois por aí passa a Rota do Cabo, por onde transita todo o petróleo vindo do Oriente Médio para o Ocidente —, como também devido às potencialidades minerais da região.

Segundo o plano da ONU para a Namíbia, a independência do território deveria ter sido proclamada em 1978. Isto havia sido decidido após 10 meses de discussões entre os dirigentes da SWAPO e os representantes do "grupo de contato" junto ao governo de Pretória. A SWAPO impôs como condições para a aceitação do plano que a África do Sul retirasse todas as forças armadas do território, soltasse todos os presos políticos, respeitasse a integridade territorial da Namíbia, incluindo Walvis Bay³³, e reconhecesse, juntamente com os países formadores do "grupo de contato", o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia como a única autoridade no país.³⁴ Pretória, surpreendida pela posição da SWAPO, negou-se a retirar as tropas enquanto as hostilidades não cessassem, criando assim mais um impasse à resolução do problema. Conseqüentemente, todo o plano da ONU, que incluía a formação de uma Assembléia Legislativa após campanha eleitoral e que desembocaria na independência, ficou em suspenso.

Para além disso, no entanto, fica evidente que em todas as negociações o governo sul-africano tem agido com extrema malícia, praticando uma política dupla: pretendendo dar a impressão de aceitar as propostas da ONU em relação às eleições, tais como as definidas na resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança, nada mais tem feito senão tentar ganhar tempo para pôr em movimento um quadro institucional que se preste a uma eventual declaração

unilateral de independência. Este contínuo adiamento de solução para o problema também contribui para que a África do Sul aumente seus efetivos militares e crie condições para a emergência de novas forças políticas no interior do território, favoráveis ao *statu quo*.

Em 1979, na continuidade da ausência de decisões realmente práticas em relação à situação da Namíbia, foi proposta pelo Secretário-Geral da ONU a criação de uma zona desmilitarizada, de cerca de 50 km, ao longo da fronteira entre Angola e Namíbia, supervisionada pelas forças da ONU. Este projeto, que contou com a adesão do falecido Presidente Agostinho Neto, de Angola, visava a impedir a passagem dos guerrilheiros namibianos pela fronteira, evitando, assim, a penetração das forças sul-africanas em território angolano. Por outro lado, contribuiria para levar a reduzir a presença das forças cubanas em Angola, cuja permanência era justificada como uma forma de proteger a antiga colônia portuguesa contra o ataque das forças sul-africanas. Mas esta medida apresentava dois aspectos importantes que se faz necessário relevar: primeiro cortaria as ligações entre a Unita e a África do Sul, debilitando a força do movimento rebelde angolano e, segundo, levaria a guerrilha namibiana para dentro das fronteiras da própria Namíbia, retirando, pois, a substancial ajuda prestada por Angola a esse movimento nacionalista.

O plano para a criação da Zona Desmilitarizada foi aceito pela SWAPO, mas o governo sul-africano, negando-se a tomar uma posição definitiva, estuda até hoje a questão e afirma não acreditar na imparcialidade da ONU, citando como prova de arbitrariedade deste Organismo o reconhecimento unicamente da SWAPO e a negativa de se dar qualquer *statu*, nas negociações, aos partidos internos, especialmente a DTA. Não obstante, os aspectos logísticos da Zona Desmilitarizada já foram acer-

tados: de sua parte, a SWAPO, que não aceitava a presença de qualquer outra força física, fez concessões para assegurar a viabilidade do plano, aceitando que a ONU mantenha vinte bases no interior da Namíbia durante três meses, período proposto para a retirada das tropas sul-africanas.

Entretanto, duas atitudes recentes do governo sul-africano criaram novas dificuldades para a solução do problema namibiano: a criação de uma "força de defesa namibiana" (South West Africa Territorial Force - SWATF), formada por "africanos ocidentais" (brancos e negros com residência permanente no território) e que, portanto, não se retiraria quando da saída das forças sul-africanas; e a decisão do Administrador-Geral Danie Hough de promover eleições para os representantes das "nações livres" (isto é, dos *bantustans*), incluindo os brancos, mas deixando de fora os ovambos, os *rehoboth basters* e os bosquímanos, repetindo assim o mesmo processo eleitoral que teve lugar em 1978, ganho evidentemente pela DTA, mas que não foi reconhecido pela ONU.³⁶

Durante todas estas *démarches*, as potências capitalistas ocidentais baixaram sanções econômicas contra a África do Sul, como forma de pressão para uma tomada de decisão em relação ao futuro da Namíbia. A não-observância destas sanções, porém, tem sido sistemática, prova de sua fragilidade em obrigar o governo sul-africano a aceitar as decisões da ONU.

Entre 7 e 14 de janeiro de 1981, teve lugar em Genebra mais uma conferência sobre o destino da Namíbia, cujo objetivo principal era o estabelecimento de uma data para o cessar-fogo e a preparação para a independência, ainda durante o correr do presente ano. Da Conferência participaram delegações da África do Sul e da SWAPO e, como observadores, os representantes dos países da Linha de Frente, da Nigéria, da OUA e do "grupo de contato". E mais uma

vez assistiu-se à África do Sul colocar um obstáculo ao andamento da Conferência, ao limitar sua presença à condição de observador, deixando as negociações a cargo da SWAPO e dos representantes dos partidos internos da Namíbia. A delegação enviada à Conferência foi chefiada por Danie Hough, administrador-geral do território e, não, pelo ministro das Relações Exteriores da África do Sul.³⁷ Com esta atitude, o governo sul-africano intenta deixar a cargo dos partidos internos da Namíbia a solução para o território, forçando, deste modo, o reconhecimento pela comunidade internacional dos diversos partidos políticos existentes, com o fim de não deixar a SWAPO como o único partido político da Namíbia com o reconhecimento internacional.

O desenvolvimento histórico da crise namibiana oferece a possibilidade de ampla reflexão sobre as dificuldades que envolvem o processo de independência do território, dificuldades condicionadas pelas muitas variáveis que envolvem qualquer decisão acerca de seu futuro. Pois além do enorme peso representado pelos fatores de ordem econômica, há que se levar também em conta a importância estratégica da Namíbia — decorrente não apenas das potencialidades minerais e de sua localização geográfica, mas também porque a questão namibiana constitui fator crucial para o equilíbrio político da importante região sul do continente africano.

A dependência econômica do conjunto de países da África Austral em relação à África do Sul tem dificultado uma tomada de posição mais enérgica, por parte dos países formadores da Linha de Frente, relativamente à forma de colonialismo desenvolvida pela África do Sul na Namíbia. Sendo países progressistas — alguns declaradamente marxistas e contando com a presença de

conselheiros de países socialistas (e até mesmo de tropas cubanas, como é o caso de Angola) — polarizam a atenção dos governos ocidentais, preocupados com a expansão da influência soviética no continente. Tais fatos proporcionam à África do Sul apresentar-se como grande defensora da região e bastião dos valores ocidentais capitalistas.

Semelhante situação, porém, deixa os Estados do Ocidente frente a uma situação cuja solução apresenta contradições de difícil equacionamento: aceitar o domínio sul-africano sobre a Namíbia, e portanto a expansão do sistema do *apartheid* — condenado unanimemente pela comunidade internacional —, é uma atitude que vai de encontro à ideologia liberal democrática difundida pelo mundo livre ocidental. Por outro lado, apoiar a SWAPO, declaradamente favorável à implantação de um regime socialista e à construção de uma sociedade sem classes na Namíbia, implica — segundo a ótica ocidental — favorecer governos de ideologia e orientação marxista e assistir à expansão da influência soviética na região.

A SWAPO, por sua vez, não se apresentou, no decorrer de sua existência política e revolucionária, com uma posição ideológica uniforme (embora seja o único movimento namibiano a lutar realmente em prol da independência do território, tendo por isso legitimidade moral e histórica). De fato, no decorrer da guerra de libertação de Angola, a SWAPO apoiava e tinha como maior aliada a Unita de Jonas Savimbi, movimento de libertação contrário ao MPLA e alinhado à China que após a independência de Angola, com a vitória do MPLA, irá, entretanto, continuar sua luta contra o governo de Luanda, agora, com o apoio material e logístico da África do Sul. Conseqüentemente, a SWAPO, ante a possibilidade de estabelecer uma retaguarda forte em território angolano, alinha-se ao MPLA

de Agostinho Neto.

O alinhamento com o governo de Luanda não significou para a SWAPO lograr apenas apoio material. Envolveu também transformações na orientação político-ideológica do movimento, cuja consequência imediata foi uma violenta ruptura interna, que ocasionou a expulsão e o exílio daqueles que se mostraram contrários à nova linha adotada. Estes, que vieram a constituir a ala dissidente da SWAPO, fundaram mais tarde um novo partido político para atuar no interior da Namíbia, a SWAPO-Democrats, dirigida por Andreas Shipanga, contrário à luta armada para a solução da crise namibiana.

Este novo alinhamento, embora plenamente justificado pelas transformações ocorridas na Unita, abertamente apoiada pelo governo segregacionista de Pretória, não foi aceito sem desconfiança pelos dirigentes do MPLA, que exigiram a permanência de oficiais angolanos no PLAN, o que na prática denota propósitos de exercer uma tutela no interior do movimento namibiano. Sam Nujoma aceitou a imposição angolana em troca dos benefícios que inevitavelmente o seu movimento de libertação ganharia, já que assim poderia concretizar, com maior eficácia, seus ataques às forças contra-revolucionárias na Namíbia, até então prejudicados pela distância em que se encontrava o quartel-general da SWAPO, sediado, primeiro, em Dar-el-Salaam e, mais tarde, em Lusaka.

Mas se o estabelecimento de bases em território angolano favoreceu um melhor posicionamento estratégico para a SWAPO, esta circunstância muito tem prejudicado o desenvolvimento interno de Angola e também a própria distribuição de forças na África Austral, na medida em que fornece pretextos para as constantes incursões das forças sul-africanas em território angolano em perseguição às forças do movimento de libertação namibiano. Esta situação tem

dado ensejo a violentos protestos por parte do governo de Luanda e motivado a justificativa para a presença de tropas cubanas, aí estacionadas para ajudar na defesa da ex-colônia portuguesa contra a expansão sul-africana na região. Paralelamente, a permanência de um bolsão de resistência ao governo de Luanda por parte das forças da Unita, apoiadas pela África do Sul, também retardam o equilíbrio interno de Angola.

A posição do falecido presidente angolano, Agostinho Neto, em 1979, a favor da criação da Zona Desmilitarizada ao longo da fronteira namíbio-angolana, proposta pela ONU, concretizou de forma clara o desejo do dirigente em solucionar esta crise regional. Assim, a ajuda sul-africana a SAvimbi seria interrompida e ao mesmo tempo as bases da SWAPO seriam retiradas do território angolano, facilitando o controle e a estabilização do sul de Angola.

Esta posição do governo de Luanda levou muitos observadores internacionais a admitirem que as reais negociações e discussões a envolverem o futuro da Namíbia têm, na realidade, como interlocutores únicos os governos de Luanda e Pretória, servindo o "grupo de contato" apenas como intermediário.

O desenvolvimento de contatos diretos entre Luanda e Pretória já ultrapassou, atualmente, a simples suposição, alcançando a divulgação jornalística, como bem o demonstra o artigo "Namíbie: de Bien Petites Chances de Paix", publicado no *L'Express* de janeiro de 1981.³⁸ Nele, o articulista afirma estar em evolução uma honrosa barganha entre os dois governos, com o compromisso de pôr fim à ajuda dada respectivamente à Unita e à SWAPO, compromisso este que conta com a aquiescência dos outros Estados austro-africanos anti-África do Sul.

Para Angola, uma solução para a Namíbia interessa particularmente porque lhe permitiria manter o regime na "estratégia

de abertura para o Ocidente", reforçada no último Congresso do Partido, encerrado em dezembro de 1980. Esta tendência, reforçada após a morte do Presidente Agostinho Neto, diminuiria os efeitos da presença dos conselheiros socialistas em seu território.

Diante dessas informações, pode-se chegar a cogitar que a decisão final sobre o futuro da Namíbia não está a depender do confronto direto entre as forças do movimento de libertação e as da África do Sul, pois uma solução militar, pelas suas consequências danosas, está fora de questão. Tudo irá derivar, provavelmente, de manobras políticas desenvolvidas por aqueles que estão mais diretamente interessados numa solução de equilíbrio para a África Austral.

No que se refere à África do Sul, observa-se que toda a sua atuação tem sido marcada por atitudes ambíguas, cuja finalidade é ganhar tempo. Internamente, o governo de Pretória tenta impor o reconhecimento do Democratic Turnhall Alliance pela comunidade internacional. O DTA não parece, porém, estar ganhando forças sequer no interior do território. Pelo contrário, já apresenta sinais de fraqueza, manifestadas claramente nas últimas eleições étnicas ocorridas em novembro de 1980, quando o South West Africa National Party ganhou 50% dos votos dos brancos. Paralelamente, a SWAPO-Democrats vem aumentando seu prestígio no cenário interno, o que leva a crer que, na hipótese de uma consulta nacional, o verdadeiro debate se dê entre as duas SWAPO.

A mesma disposição de ganhar tempo é desenvolvida pelo governo sul-africano no plano externo, deixando a nu as limitações das pressões exercidas pelos governos ocidentais para influenciar as ações da África do Sul. Sanções econômicas em grande escala são pouco prováveis de serem postas em prática. E todas as condenações formuladas dentro das instâncias especializadas

da ONU, quanto ao papel das multinacionais ocidentais na exploração das riquezas minerais namibianas, não tiveram força suficiente para frear os interesses investidos. As potências que participam diretamente na construção do modelo econômico neocolonialista na Namíbia também não se deixaram impressionar por exortações morais, pois estão convencidas de que suas atividades não serão afetadas, mesmo depois de alcançada a independência. O exemplo do Zimbábwe concorre para esta atitude, pois no país de Mugabe a presença do capital estrangeiro foi assegurado e até mesmo incentivado após a independência.

Em certa medida, a posição recriminadora dos Estados africanos à política segregacionista e colonialista do governo sul-africano não se apresenta (ou não pode se apresentar) muito consistente, fato comprovado pelo volume das exportações sul-africanas para países africanos,³⁹ o que parece demonstrar ser o boicote levantado pela ONU apenas formal. E, com efeito, são freqüentes as denúncias de que companhias de diversos países africanos negociam com a África do Sul, utilizando cargueiros de bandeira neutra. E é sabido que boa parte do comércio sul-africano com a África em geral se dá com os países da África Austral, especialmente Moçambique, Malawi, Zâmbia e Zaire, todos ligados à África do Sul por uma rede de transportes da era colonial.

Paralelamente, o espoucar de conflitos na região do Golfo Pérsico e do Oceano Índico se presta a muitos dos argumentos usados por Pretória para demonstrar a importância estratégica da Rota do Cabo, havendo assim uma grande afinidade ideológica entre a administração Reagan e a de Botha.

Para concretizar esta nova posição política em relação à África, o governo norte-americano pretende pedir a revogação da legislação que proíbe efetivamente a inter-

venção militar dos Estados Unidos em Angola (conhecida como emenda Clark). Esta medida visa a modificar, em toda extensão, a política africana do ex-presidente Carter e dar consistência a propalada ajuda militar à Unita, que se considera a "única alternativa para bloquear a penetração soviética na África Austral".⁴⁰ A revogação desta lei, por si só, deverá ter significativas repercussões na problemática namibiana, particularmente sobre os esforços ocidentais para conseguir um estatuto internacional aceitável para o território. O simples esboçar de uma nova política norte-americana em relação à África já começa a despertar severas críticas por parte dos dirigentes africanos e que se concretizada, ameaçará seriamente as relações entre os Estados Unidos e os países africanos.

Ao mesmo tempo, esta posição política norte-americana favorece plenamente a União Soviética, que tem o maior interesse no prosseguimento da luta armada na região austral africana, situação que proporciona motivos suficientes para a expansão de sua influência nos eventos regionais e que sem um pretexto de tal envergadura, seria limitada devido a sua escassez em recursos econômicos, vitais ao desenvolvimento e à emancipação total da influência sul-africana, nos países da África Austral.

Reunidas estas informações merecedoras de maior análise, pode-se talvez dizer que toda e qualquer decisão em relação ao futuro da Namíbia não parece poder vir a resultar apenas da organização interna do povo ou da força bélica do movimento de libertação. Face à importância da região em que está localizada, o futuro da Namíbia irá provavelmente depender da articulação de forças externas. E, de fato, a conjuntura internacional, marcada por acontecimentos — como a invasão do Afeganistão pela União Soviética, o resultado das eleições norte-americanas e a atual situação da Polônia — que têm servido de motivo para a confrontação política entre as duas superpotências, parece desfavorecer qualquer decisão que privilegie a SWAPO, que se afirma como movimento antiimperialista, progressista, a favor da implantação de mais um governo de tendência marxista na África Austral, o que obviamente contraria os interesses das potências ocidentais, particularmente os Estados Unidos.

Na atual conjuntura mundial, um conflito direto leste-oeste não parece provável. Mas o explodir de conflitos regionais vem tomando impulso na atualidade e mais um poderá vir a se localizar, num futuro próximo, na África Austral.

NOTAS

1. Christopher Hitchens, "Namíbia, Nação que Nasce a Despeito de Tudo", *O Estado de São Paulo* (São Paulo: 22-4-79).
2. Estados Unidos, United Studies for International Development, "Development Needs and Opportunities for Cooperation in Southern Africa", *Annex a Namibia* (Washington: março de 1979).
3. *Idem, ib.*
4. *Idem, ib.*
5. Organização das Nações Unidas, *Objective: Justice*, Vol. VI, n.º 2 (Nova Iorque: United Nations Department of Public Information, 1974).
6. *Le Monde Diplomatique* (Paris: setembro de 1980), p. 11.
7. Estados Unidos, United Studies for International Development, *op. cit.*
8. Reservas: locais onde os negros poderiam ser seus próprios senhores. Em 1931, aparece a primeira tentativa de política nacional nativa, e as reservas são criadas na África do Sul. A divisão entre negros e brancos, em todos os níveis, foi um objetivo perseguido em toda a história sul-africana.

9. Peter Fraenkel, "The Namibians of South West Africa", *Report*, n.º 19 (Londres: Minority Rights Group, 1974).
10. Carter and O'Meara, "Southern Africa Crisis", (Bloomington e Londres: Indiana University Press, 1977).
11. Ruth First, *South West Africa* (Harmondsworth, Middlesex: Penguin African Library, 1963), p. 34.
12. Citado por Ruth First, *op. cit.*
13. A designação é linguística e, não, étnica. Os chamados bantos localizam-se, grosso modo, ao sul de uma linha que vai dos Grandes Lagos da África Oriental até os Camarões. Não existe uma raça banto, pois a língua é falada por grupos de tipos físicos contrastantes. As línguas banto têm em comum mais ou menos três mil raízes de palavras. A denominação banto foi dada pelos europeus em 1856; é um termo artificial, porque não existe qualquer unidade entre esses povos, a não ser esta denominação.
14. Cf. *A trust betrayed: Namibia* (Nova Iorque: ONU, 1974).
15. HMSO Command 9146, conhecido como o *Blue Book*, citado por Peter Fraenkel, *op. cit.*
16. Samir Amin, "Prefácio", em Boubacar Barry, *Le Royaume du Waalo* (Paris: François Maspero, Coleção Textes à l'Appui, 1972).
17. Cf. David Thomson, *Europe since Napoleon* (Grã-Bretanha: Pelican Book, 1975).
18. Peter Fraenkel, *op. cit.*, p. 11.
19. *New African* (Londres: International Communications Magazine Ltd., julho de 1977).
20. Organização das Nações Unidas, *Objective: Justice*. Vol. 8, n.º 3 (Nova Iorque: United Nations Office of Public Information, 1976).
21. *Le Monde Diplomatique*, edição citada.
22. Organização das Nações Unidas, Unesco, *Le Racisme et l'Apartheid en Afrique Australe - Afrique du Sud et Namibie* (Paris: Les Presses de l'Unesco, 1975).
23. *Idem, ib.*
24. *Idem, ib.*
25. Liberation Support Movement (Editor), *Namibia: SWAPO Fights for Freedom* (Oakland: LSM Information Center, 1978).
26. Duncan Innes, "Imperialism and the Nations Struggle in Namibia", *Review of African Political Economy*, n.º 9 (Londres: ECIR OAT, maio-agosto de 1978), p. 55.
27. Em 1975, a SWAPO passa a ter uma postura ideológica marcadamente socialista, desagradando a muitos de seus membros. Expurgos e prisões tiveram lugar nesse ano, ocasionando uma ruptura no interior do partido. Entre os que criticaram a nova posição adotada pelo presidente da SWAPO, Sam Nujoma, estava Andreas Shipanga, secretário de Informação, que classificou a mudança como sendo fruto do "oportunismo" e do "alinhamento angolano-cubano". Preso em companhia de outros 58 membros, foi transferido para uma prisão na Tanzânia, onde ficou por dois anos. Libertado pela Anistia Internacional, voltou a Namíbia e fundou, em 10 de junho de 1978, a SWAPO-Democrats, partido político tolerado pelo governo sul-africano. Seus membros são conhecidos como "nacionalistas do interior", em contraposição à SWAPO que está sediada em Angola. Recusam a luta armada e a colaboração com o ocupante sul-africano, mas aceitam a discussão sobre o problema da Namíbia. Cf. *Jeune Afrique*, n.º 1014 (Paris: Éditions Jeune Afrique, de 11-6-80).
28. Duncan Innes, *op. cit.*, p. 56.
29. Liberation Support Movement, *op. cit.*, p. 9.
30. Namibian National Front (NNF), coalisão formada pela SWANU, pelo Federal Party (brancos), National Independence Party (mestiços), Damara Council e Mbanderu Faction (hereros). Outros partidos internos da Namíbia: South West African National Union - SWANU, South West Africa United Front - SWANUF, National Unity Democratic Organization - NUDO, AKTUR (ramo namíbio do partido nacionalista sul-africano), South West Africa National Independence Organization - SWANIO, Namibian Patriotic Convention - NPC. Entre os pequenos movimentos regionais, salientam-se o Rehoboth People's Convention e o Comitê Nama da Nação Vermelha.
31. O tribalismo foi também um fenômeno comum devido ao grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o continente. A falta de unidade entre os diversos grupos africanos pode ser explicada pela presença de várias condicionantes: a enorme extensão territorial capaz de abrigar uma infinidade de povos; a dificuldade de entendimento em virtude do grande número de línguas; o isolamento dos diversos grupos, por tratar-se de um continente pouco povoado. Entretanto, todas estas condicionantes foram agravadas com o colonialismo, o grande incentivador das divisões tribais.

32. A. Mangunite Lukele, "'Distensão Branca' e Libertação Nacional", *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 1 (Rio de Janeiro: CEEA, jan.-abr. de 1978), p. 5-18.
33. O governo sul-africano reclama jurisprudência sobre a região de Walvis Bay (970km² e 26.000 hab.), baseando-se no fato de a anexação pelos ingleses ser anterior (1878) ao Mandato da Liga das Nações, cabendo por conseguinte apenas ao Parlamento sul-africano decidir sobre seu destino. Walvis Bay é o centro industrial da Namíbia, estando aí situada a grande região pesqueira do país e as indústrias a ela ligadas. Sua importância advém do fato de ser o único porto de águas profundas e, portanto, o escoadouro das riquezas do país. Por se encontrar aí a foz do rio Kuiseb, é também o local fonte de energia e de água para muitas regiões, incluindo-se as das minas de urânio. Por fim, Walvis Bay ocupa, geograficamente, uma região considerada estratégica (Rota do Cabo).
34. Liberation Support Movement, *op. cit.*, p. 19.
35. *Le Monde Diplomatique*, edição citada.
36. *New African* (Londres: International Communications Magazines LTD, novembro de 1980).
37. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro: 9-1-81).
38. Christian d'Epenoux, "Namíbie: De Bien Petites Chances de Paix", *L'Express* (Paris: 17-1-81).
39. Embora haja poucas estatísticas detalhadas sobre o volume e o tipo de comércio da África do Sul com outros países africanos, Roger Murray, em artigo para a revista *African Business*, de abril de 1979, apontava a África como o 6.º mais importante mercado para as exportações sul-africanas, depois da CEE, Inglaterra, Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental.
40. Declaração de Norberto Castro, membro do Comitê Central da Unita, em Lisboa. Cf. *O Globo* (Rio de Janeiro: 15-3-81).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Africa News*, vol. XVI, n.º 3, Durham: Africa News Service Inc., 19-1-81.
2. *Africa Report*, vol. 24, n.º 6, Nova Jérsei: The African-American Institute Inc., nov.-dez. de 1979.
3. *African Business*, n.º 5, Londres: International Communications Magazines Ltd., janeiro de 1979.
4. Amin, Samir. "Prefácio". *Le Royaume du Waalo*. Paris: François Maspéro, 1972.
5. Baumann, H. & Weltermann, D. *Les Peuples et les Civilisations de l'Afrique*. Paris: Payot, 1967.
6. Carter, Gwendolen M. & O'Meara, Patrick. *Southern Africa Crisis*. Bloomington e Londres: Indiana University Press, 1977.
7. Comitini, Carlos. *África Arde*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1980.
8. Epenoux, Christian d'. "Namíbie: De Bien Petites Chances de Paix". *L'Express*. Paris: 17-1-81.
9. Estados Unidos, United States Agency for International Development. "Development Needs and Opportunities for Cooperation in Southern Africa", *Annex A Namíbia*. Washington: março de 1979.
10. First, Ruth. *South West Africa*. Harmondsworth, Middlesex, African Library, 1963.
11. Fraenckel, Peter. "The Namibians of South West Africa. Report", n.º 19. Londres: Minority Rights Group, 1974.
12. Hitchens, Christopher. "Namíbia: Nação que Nasce a Despeito de Tudo". *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 22-4-79.
13. Innes, Duncan. "Imperialism and the National Struggle in Namíbia". *Review of African Political Economy*, n.º 9. Londres: ECIR OAT, maio-agosto de 1979.
14. *Jeune Afrique*. n.ºs 997 e 1014. Paris: Éditions Jeune Afrique, 13-2-80 e 11-6-80.
15. Lacour-Gayet, Robert. *A History of South Africa*. Nova Iorque: Macmillan Publishing Co. Inc., 1978.
16. Liberation Support Movement (Editor). *Namíbia: Swapo for Freedom*. Oakland: LSM Information Center, 1978.
17. Lukele, A. Mangunite. "'Distensão Branca e Libertação Nacional". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 1. Rio de Janeiro: CEEA, 1978.
18. M'Bokolo, Erikia. *Le Continent convoité, l'Afrique au XX^e Siècle*. Paris: Études Vivant, 1980.
19. *Monde Diplomatique*, Le. Paris: setembro de 1980.
20. Murphy, E. Jefferson. *The Bantu Civilization of Southern Africa*. Nova Iorque: Thomas Y. Crowell Company, 1974.

21. *Namibian Review*, The. n.º 16. Windhock, SWA/Namibia: Kenneth Abrahams (Editor), abril de 1980.
22. *New African*. Londres: International Communications Magazines Ltd., edições de julho de 1977 e janeiro de 1981.
23. Organização das Nações Unidas. *Boletín de Namibia*, n.º 1/78. Nova Iorque: ONU, maio de 1978.
24. ————. *Descolonización*, (dedicado à Namíbia). n.º 9. Nova Iorque: Departamento de Asuntos Políticos, Administración, Fiducia y Descolonización de las Naciones Unidas, dezembro de 1977.
25. ————. *Namibia: Una Responsabilidad Especial de Las Naciones Unidas*. Nova Iorque: agosto de 1980.
26. ————. *Objective: Justice*, vol. 4, n.º 4 (out.-dez. de 1972), vol. 5, n.ºs 2 e 3 (abril-junho e jul.-ag. de 1973), vol. 6, n.ºs 1 e 2 (jan.-mar. e abril-junho de 1974), vol. 7, n.º 1 (agosto de 1980), vol. 8, n.º 3 (outono de 1976) e vol. 9, n.º 2 (verão de 1977). Nova Iorque: United Nations Office of Public Information.
27. ————. Office of Public Information. *A Trust Betrayed: Namibia*. Nova Iorque: United Nations Publications, 1974.
28. ————. Unesco. *Le Racisme et l'Apartheid en Afrique Australe*. Paris: Les Presses de l'Unesco, 1975.
29. Paulme, Denise. *Les Civilisations Africaines*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
30. *Tempo*, n.ºs 516, 533 e 535. Maputo: República Popular de Moçambique, respectivamente 31-1-80, 28-12-80 e 11-1-81.
31. Thomson, David. *Europa Since Napoleon*. Grã-Bretanha, Pelikan Book, 1975.

SUMMARY

The historical development of South West Africa, today named Namibia, from the origins of its colonization, initiated in the 19th century by German colonizers. The origin and the evolution of its indigenous populations found in the territory by the first colonizers and the battles in which they engaged to free themselves from domination. The First World War and its consequences for the territory, when because of the decision of the Great Powers meeting at the Versailles Conference, the system of mandates was introduced, thereby falling to South Africa the administration of the territory. The specific system of colonialism introduced, that being applied by an "African" country, South Africa, on a continent at that time colonized only by European powers. The fight that the indigenous peoples waged to liberate themselves from illegal domination, against the decisions of the United Nations to whom had fallen the trusteeship of the region. The economic riches, presence of mul-

ti-nationals in the exploitation of this wealth and the strategic geographical position of the territory. These are the topics covered in the article in which the author also attempts to show the importance of the region, not only in the regional context but also within the world context, once it would be able, in the future, to present an area for irritating relations between the two world super-powers. The American elections and the already outlined policy of the new North American president in relation to southern Africa, indicate perspectives for changes for the region that could have serious consequences for the entire African continent. The author abstains from making forecasts and analyses concerning the future of the territory, preferring a factual presentation that is able to make understandable the possibilities for the solutioning of a crisis that has prolonged itself for various decades and whose outcome does not yet appear definitively delineated.

RÉSUMÉ

Le développement historique de l'Afrique du Sud-Ouest, aujourd'hui appelé Namibie, depuis les débuts de sa colonisation initiée au XIX siècle par les Allemands. L'origine et l'évolution des populations natives rencontrées sur le territoire par

les premiers colonisateurs et les luttes qu'ils entreprirent pour se libérer de la domination. La Première Guerre Mondiale et ses conséquences sur le territoire, quand par décision des puissances réunies à la conférence de Versailles fut intro-

duit le système des mandats, revenant à l'Afrique du Sud l'administration du territoire. Le type spécifique de colonialisme introduit pour être pratiqué par l'Afrique du Sud, pays africain dans un continent jusqu'alors colonisé uniquement par des puissances européennes. La lutte que les autochtones engagent pour se libérer d'une domination illégale, contraire aux décisions prises par l'ONU à qui revient la tutelle de la région. Les richesses économiques, la présence des multinationales qui les exploitent et la position géographique et stratégique du territoire. Ce sont là les divers points abordés dans l'article, où l'auteur cherche également à montrer l'importance de la région non seulement sur le plan régional mais aussi sur le plan mondial.

Si l'on admet qu'elle pourrait devenir dans le futur un lieu de conflit dans les relations des deux superpuissances mondiales. Les élections américaines et la politique déjà ébauchée par le nouveau président nord-américain en relation à l'Afrique Australe, indiquent des perspectives de changement pour la région qui pourront avoir de sérieuses conséquences dans tout le continent africain. L'auteur s'abstient de faire des prévisions et des analyses sur le futur du territoire, préférant un abordage des faits qui puisse amener à comprendre les possibilités pour résoudre une crise qui se prolonge depuis plusieurs décades et dont le dénouement ne paraît pas encore s'ébaucher définitivement.

South: The facts behind Third World news



South is the only international news magazine devoted exclusively to the Third World. Each month, South goes behind the headlines to bring you comprehensive coverage of the vital issues affecting the Third World and its two billion people.

Its on-the-spot reporting and expert analysis of economic and political trends makes it essential reading for anyone with an interest in the events and people of the Third World and in the way Third World nations trade within the South as well as with the North.

Two billion people. One magazine.

Already, South is being recognised as a major new independent publication, with an influential international readership.*

As a subscriber or advertiser, you'll find that South is the better way of staying in touch with the Third World.

(*Almost 80% of South's subscribers hold executive positions in government, finance, commerce or industry, or within an international organisation.)

South

The Third World magazine

Africa US\$15

India, Pakistan, Bangladesh, Sri Lanka US\$12

United Kingdom £8

Rest of World US\$22

YOU NEED SEND NO MONEY NOW

For subscriptions please complete and send to:

South Publications Limited, 13th Floor, New Zealand House, 80 Haymarket, London SW1Y 4TS

Name

Company (if applicable)

Address

A MILITARIZAÇÃO DA ÁFRICA DO SUL

J. Monserrat Filho*

Em 1976, forças militares sul-africanas irromperam em Soweto, gueto negro nos arredores de Johannesburgo com um milhão e meio de habitantes, para esmagar as manifestações estudantis contra o regime racista, deixando um trágico saldo de 600 mortos.

Três anos depois, em 1979, ao começarem as aulas, oficiais do exército sul-africano voltaram a Soweto, mas desta feita sem comandar tanques e patrulhas armadas. Os militares vinham simplesmente ensinar nas escolas de Soweto. Os repressores de ontem surgiam como tranqüilos professores.

A inovação foi amplamente noticiada como "importante experiência pedagógica", a ser aplicada, em futuro próximo, tanto nas escolas para negros como nas escolas para mestiços, em todo o país.¹

Assim, para ampliar ainda mais o seu domínio e a indispensável vigilância sobre a maioria negra, o governo racista instituiu um programa educativo no qual o professor e o repressor dos negros são uma única e mesma pessoa. Controle mais eficiente é difícil de imaginar.

Aí está mais uma prova do acelerado processo de militarização da vida civil na África do Sul. Pieter Botha, ministro de Defesa desde 1966, responsável pela modernização do exército sul-africano, assumiu, em setembro de 1978, o cargo de primeiro-ministro, acumulando-o com o antigo posto. Botha sabe, melhor do que ninguém, que só a força bruta será capaz de manter um regime que privilegia quatro milhões e meio de brancos, em detrimento de 22 milhões de "não-brancos", sendo considerado o mais desumano da face da Terra.

Convertido em superministério, o Ministério de Defesa promove cursos intensivos de seis meses para oficiais de carreira que gozem de absoluta confiança, a fim de formar uma nova estirpe de "pedagogos". Estes oficiais, especializados em "didática", não se destinam a quartéis ou funções mili-

* Jornalista. Consultor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEEA.

tares, mas a prestar serviço em escolas secundárias, universidades, fábricas, indústrias, fazendas, hospitais e até em clubes esportivos, lugares onde costuma se concentrar um grande número de negros e "pessoas de cor". Aí, eles devem cumprir uma autêntica missão impossível — a de convencer os negros e mestiços a serem dóceis, obedientes e se conformarem com as humilhações, a miséria e a exploração de que são vítimas no *apartheid*.

Esta operação tem um nome que já se tornou suspeito na América Latina: "Corpos de Paz". E o pessoal militar que compõe estes destacamentos especiais mantém o direito de andar fardado e armado. Em caso de necessidade, as leis do *apartheid* facultam aos oficiais-pedagogos o uso da arma contra os "não-brancos", com plena garantia da impunidade.

Em tal quadro, não surpreende que os ministérios e repartições civis sofram crescente influência dos militares. Estes organismos devem participar cada vez mais da estratégia global de segurança do Estado racista, condenado de forma unânime pela comunidade internacional.

Hoje já se pode afirmar que praticamente todos os setores do aparelho estatal concorrem para o aumento do poderio militar do país. Tudo leva a crer que a África do Sul transformou-se num imenso campo militar, nem sempre visível, mas inteiramente real, na medida em que as leis nunca deixam de reforçar o poder dos brancos sobre a vida e as riquezas do país, e todas as atividades econômicas devem, necessariamente, estar vinculadas, de uma forma ou de outra, com a chamada "defesa das instituições contra as ameaças internas e externas".

A escalada da militarização

Tudo começa nos anos 60, quando o

movimento de libertação nacional dos povos africanos alcança nova etapa, bem mais ativa. O ano de 1960 torna-se um marco: as Nações Unidas, refletindo a mudança de correlação de forças no mundo, aprova a histórica Declaração que determina a concessão de independência aos países e povos coloniais. Só naquele ano, 17 nações africanas conquistam a independência.

Os racistas sul-africanos, até então tranquilos e indiferentes à opinião do resto do continente a seu respeito, vêem-se obrigados a reagir. E passam a utilizar recursos cada vez maiores no aumento de seu poderio militar, tanto para atuação no plano interno como para efeito de suas relações com a África e todo o chamado bloco ocidental.

Após os massacres de Sharpeville e Langsa, em 1960, Pretória dedica-se a elaborar novos métodos repressivos, a fim de conter o avanço da resistência e das lutas da maioria negra. Há um objetivo muito claro: mobilizar a minoria branca para a guerra interna. O ministro de Defesa Nacional da época não esconde a estratégia: "As potências mundiais se preparam continuamente para a guerra; a África do Sul está decidida a enfrentar todo e qualquer conflito interno."²

O conceito de "conflito interno" não se limita às fronteiras do país. Em 1962, a ONU condena pela primeira vez o regime do *apartheid*³ — considerando-o como uma ameaça à paz e à segurança internacionais — e a cooperação das potências ocidentais com a África do Sul. Diante disto, o governo de Pretória sente a necessidade de se fortalecer militarmente para impedir o enfraquecimento do sistema de dominação racial; para fazer frente aos movimentos guerrilheiros que entram em atividade nas então colônias portuguesas vizinhas de Angola e Moçambique; e para "negociar" a partir de uma posição de força a sua permanência na Namíbia, fato que é, desde aquele tempo, cada vez mais questionado.⁴

Em 1963, nasce em Addis Abeba a Organização da Unidade Africana — OUA. Um de seus objetivos é lutar contra o *apartheid*⁵. O ministro de Defesa Nacional da África do Sul volta a falar: "À luz dos novos fatos que estão se preparando contra a África do Sul em Addis Abeba, a questão de assegurar um adequado treinamento à nossa defesa e segurança interna, torna-se cada vez mais crucial... Acho que não está longe o momento em que deveremos treinar cada jovem para o serviço militar."⁶ Naturalmente, cada jovem branco, em primeiro lugar.

Em 1965, numa seqüência sintomática, o Secretário-Geral da SWAPO (movimento de libertação da Namíbia), Jacob Kuhan-gua, denuncia na ONU que o Conselho Sul-Africano de Defesa designara um grupo de especialistas alemães para produzirem tabun, soman e sarin — três gases mortíferos fabricados na Alemanha de Hitler, quase ao final da 2.^a Guerra Mundial. Estes gases, segundo a revista *Tempo*,⁷ de Moçambique, estariam sendo produzidos em Solsburgo, perto de Johannesburg, com a colaboração de ex-cientistas nazistas.

Ainda em 1965, surge o Safari 1, projeto do primeiro reator atômico da África do Sul, aproveitando ser um dos maiores produtores de urânio do mundo. Em 1970, constata-se que nenhum outro país na África Negra havia gasto tanto na compra de armas, nos últimos vinte anos, desde 1950, quanto a África do Sul: nada menos de 650 milhões de dólares, cuja maior parte foi despendida na década de 60.⁸

Também em 1965, as forças armadas sul-africanas assumem o controle do sistema de alarmes, implantado em Transvaal e construído pela Inglaterra, para detectar instruções aéreas e guiar interceptores eletronicamente. Em 1972, um novo sistema central de defesa, subterrâneo, é conectado ao sistema de alarmes, transformando a África do Sul no primeiro centro operacio-

nal de instalações tão sofisticadas em todo o continente africano.

Os fatos percorrem uma trajetória lógica. Em 1975-76, as tropas sul-africanas invadem Angola⁹ para assegurar a constituição de um governo fantoche, mas são rechaçadas; em 76, ocorre o massacre de Soweto que comove o mundo inteiro; em 77, o governo racista introduz o serviço militar obrigatório para os brancos e aumenta o tempo deste serviço para dois anos; em 78, modifica a Lei de Defesa do país, a fim de conceder poderes ilimitados ao primeiro-ministro, ao mesmo tempo em que reconhece às mais altas patentes militares o direito de participar na elaboração das principais diretrizes de todos os ministérios.

A militarização cresce como bola de neve. De acordo com o *The Military Balance (HSSI)*, cobrindo o período de 1960 a 1977-78, as despesas militares sul-africanas aumentaram 28 vezes, pulando de 72 milhões de dólares para 2 bilhões.¹⁰ Já *O Correio da Unesco* informa que, em 15 anos, a África do Sul decuplicou seu orçamento bélico: de 168 milhões de dólares, em 1962-63, passou para 1 bilhão e 900 milhões, em 1977.¹¹ Informações oficiais estabelecem para 1979-80 um orçamento militar de 2 bilhões e 200 milhões. Mas há quem estime em 2 bilhões e 600 milhões de dólares.

De 1960 a 1979, o exército cresceu de 60 mil para 450 mil homens.¹² De 1974 a 79, o número de policiais aumentou de 59 mil para 72 mil.¹³

Em 1.^o de abril de 1977, Pieter Botha, então apenas ministro de Defesa, encaminhou ao Parlamento sul-africano um dossiê, denominado de "Livro Branco" (como não poderia deixar de ser), no qual deixava bem claro o processo que envolve o país: "Queramos ou não reconhecer, estamos atualmente imersos numa guerra. O governo já reconheceu a necessidade de uma estratégia

nacional total que compreenda todos os cidadãos e repartições do Estado. Poucas são as repartições do governo, se é que há alguma, que não se ocupam de algum aspecto da segurança nacional."

É a mesma visão militar totalitária que imperou na Alemanha nazista. Este programa de onipresença das forças armadas nos faz acreditar nas estimativas divulgadas pelo Congresso Nacional Africano, partido de oposição armada ao *apartheid*, sobre os efetivos do exército sul-africano: mais de meio milhão de pessoas estariam ligadas, direta ou indiretamente, às atividades militares, podendo ser mobilizadas a qualquer momento.

A revista *Stern*, da Alemanha Federal, considera que os brancos da África do Sul são os mais bem armados do mundo: 4,5 milhões de brancos dispõem de 1 milhão de armas de fogo. Enquanto isto, os negros não têm nem direito ao porte de armas.

A África do Sul possui as forças armadas mais bem equipadas ao sul do Saara — é o que sustenta o *Le Monde Diplomatique*.¹⁴ Fontes norte-americanas anunciavam, em 1977, que as forças armadas sul-africanas contam com 625 aviões, 215 helicópteros, 525 tanques, 1.430 carros blindados, 960 carros blindados para transporte de tropas e 294 canhões automotores.¹⁵ Estes números hoje devem representar um passado distante.

Saliente-se que o militarismo sul-africano não tem, evidentemente, um caráter defensivo, mas expansionista. A África do Sul ocupa ilegalmente a Namíbia e agride constantemente os países vizinhos. É sintomático que a doutrina militar imperante nas forças armadas declare a linha do Equador como a "fronteira militar" do país.¹⁶

Quem ajuda os racistas?

Como o país do *apartheid*, execrado

pela opinião pública mundial e bloqueado juridicamente, conseguiu criar um exército tão poderoso? Que aconteceu às proibições decretadas pela ONU para impedir o fornecimento de qualquer tipo de arma ou artefato militar à África do Sul?

A verdade pura e simples é que as potências ocidentais, embora votando a favor do embargo de armas ao regime racista, nunca se dispuseram a respeitá-lo com o devido vigor. Este fato se tornou tão evidente que, em outubro de 1979, um diretor da Armscor, a empresa sul-africana produtora de armamentos, não teve o menor escrúpulo de declarar à televisão de Pretória: "A República Sul-Africana não sente nenhuma dificuldade para conseguir armas, apesar do embargo decidido pela ONU. A República Sul-Africana tem amigos fiéis, que não a abandonam, mesmo nos piores momentos."¹⁷

O embargo obrigatório foi decretado em fins de 1977 pelo Conselho de Segurança da ONU, após a violenta repressão ao movimento Consciência Negra, quando as forças de segurança mataram o líder Steve Biko. É a famosa Resolução 418, tantas vezes lembrada na luta contra o fornecimento de armas ao regime racista.

Desde muito antes, no entanto, a África do Sul vinha se prevenindo contra qualquer embargo. Em 1968, Pretória cria uma empresa estatal, a Sociedade para o Desenvolvimento e a Produção de Armamentos — Armscor. Atualmente, esta empresa conta com nove fábricas, onde, conforme o próprio Pieter Botha, trabalham 25 mil pessoas. Também produzem armas inúmeras empresas particulares, onde trabalham 90 mil pessoas.¹⁸ Ou seja, mais de 115 mil engenheiros e trabalhadores estão ocupados diretamente na indústria bélica da África do Sul.

Para alimentar esta indústria, Pretória há muitos anos vem comprando licença de fabricação das grandes potências ociden-

tais. A França, por exemplo, aceitando vender licenças à África do Sul, permitiu que o regime racista pudesse produzir aviões Mirage F-1, helicópteros Alouette, carros blindados Panhard e mísseis terra-ar Cactus. Vale anotar que todo este material é utilizado nas ações repressivas da África do Sul contra o avanço da SWAPO, na Namíbia, e nas sucessivas agressões contra Angola. Curiosamente, Marrocos também emprega este tipo de armamento na guerra contra a Frente Polisário.

Hoje, a África do Sul já está em condições de fabricar 75% de seu material bélico, sendo quase completamente auto-suficiente em armas de pequeno e médio porte, em munições, assim como na produção de bombas napalm, bombas aéreas, bombas de gás para efeito psicológico etc.

Especialistas em questões militares garantem que a maioria das armas desenvolvidas e fabricadas na África do Sul nos últimos tempos se parece muito com modelos bastante conhecidos de países ocidentais. É o caso do canhão construído em 1979 que pode disparar granadas de 150mm a uma distância de até 40km; ele lembra demais o GC-45 norte-americano. Os caça-bombardeiros Impala são idênticos aos Macci italianos. O fuzil de infantaria R-A é quase igual ao Galil israelense. As novas lanchas rápidas sul-africanas se confundem com as embarcações de mesmo tipo feitas em Israel. O foguete V-3, apesar de extremamente elogiado pelos peritos, não seria mais do que uma versão aperfeiçoada do Matra R-550 Magic, francês.

Por tudo isto, certamente, o diretor da Armscor, Piet Marais, pôde iniciar o ano de 1981 declarando que "hoje, militarmente, não somos uma presa fácil".¹⁹

Em 1977, ao tomar conhecimento do embargo obrigatório decretado pelo Conselho de Segurança da ONU, Pieter Botha, então apenas ministro de Defesa, não se alarmou. Falando à imprensa, ele até ironi-

zou a medida: "A quem se pretende enganar? . . . O que não podemos fabricar na África do Sul, continuaremos comprando fora. Enquanto tivermos dinheiro necessário, continuaremos encontrando fontes de abastecimento."

Na época, segundo a imprensa, Botha dispunha de fundos secretos para pagar comissões e subornos, que iam muito além dos recursos utilizados pelo Ministério da Informação, onde pouco depois estourou um escândalo de malversação de dinheiro público, o chamado Muldergate, devido ao nome do Ministro Connie Mulder.

Na realidade, as ligações entre os arsenais da OTAN e de Israel com as forças armadas sul-africanas em momento algum foram interrompidas.²⁰ Provavelmente por isto, mais de um terço de todos os aviões e helicópteros da Força Aérea da África do Sul são *made in USA*. Não faz muito, Israel vendeu seis lanchas rápidas do tipo Reshef, equipadas com mísseis Gabriel. Nos dois últimos anos, a Inglaterra cedeu a Pretória 100 tanques Centurion. Em 1978, o Presidente Carter obsequiou o governo de Pretória com a decisão de classificar como "não-militar" os aviões Cessna F-337, ótimos para missões de reconhecimento antiguerrilha, como se comprovou na antiga Rodésia. Assim, a África do Sul pôde adquirir abertamente vários destes aparelhos. Ao todo, calcula-se que a África do Sul venha comprando uma média anual de 150 aviões e helicópteros na Europa Ocidental, Estados Unidos e Israel. Após o embargo, portanto, tem-se registrado um enorme incremento militar no país.

Atendendo ao embargo da ONU, o Ministério de Comércio dos Estados Unidos promulga, em fevereiro de 1978, uma resolução proibindo a venda de produtos capazes de reforçar o potencial militar e repressivo da África do Sul. Esta resolução, porém, não afeta as vendas das filiais norte-americana na Europa e na própria África

do Sul, nem a venda de produtos fabricados sob licença norte-americana.²¹ O embargo da ONU igualmente não implica a retirada dos muitos adidos militares dos Estados Unidos em Pretória, nem a retirada do adido militar sul-africano em Washington.

Pior ainda é a absoluta negligência com que a aduana dos Estados Unidos trata as exportações de certas empresas do país. Graças a isto, a Space Research Corporation of Vermont, por exemplo, vendeu obuses e outros materiais bélicos para a África do Sul no valor de 50 milhões de dólares. O contrabando foi reconhecido pelos funcionários da empresa, em março de 1980. E conforme anotou o *Le Monde Diplomatique*, "não se sabe como a empresa obteve permissão para comprar obuses semi-acabados numa fábrica de munições do Exército dos Estados Unidos utilizando falsos documentos e num tempo recorde de quatro dias..."²² Em março de 1978, 21 mil obuses fabricados pela Space Research foram remetidos à Espanha. Em Barcelona, eles ganharam um novo destino, o Canadá. Em breve, porém, eram desembarcados no porto sul-africano de Durban.

Em matéria de armamento, todos os caminhos levam à África do Sul. Uma quantidade de 150 mil fuzis G-3, vendidos como sobra de guerra a Portugal em 1978, não demoraram a ser vistos em ação na então Rodésia e na África do Sul.

Mais um dado elucidativo: em 1979, Botha funda o Corpo de Fuzileiros Navais para ações rápidas em qualquer região do país e também, se necessário, nos países vizinhos, especialmente na Namíbia, Angola e Moçambique. E a nova corporação está armada com o que há de mais moderno entre os *marines* das grandes potências ocidentais.

Em novembro de 1979, uma delegação oficial da Comissão para Assuntos Militares da Câmara de Representantes do Congresso

dos Estados Unidos visita as bases militares da África do Sul. Durante a visita, o presidente da Comissão, Deputado M. Price, afirma sem rodeios que a África do Sul tem grande importância para os interesses estratégicos dos Estados Unidos. "De outra forma — disse ele — não estaríamos aqui. Nossa visita é motivada pelos imperativos da nossa defesa."²³

Um relatório recente da subcomissão para questões africanas da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano destaca a relevância estratégica da África do Sul para os "interesses do mundo ocidental". Os autores do relatório defendem a tese de que os Estados Unidos dependem mais da África do Sul do que esta dos Estados Unidos, e que por isto não convém ao governo norte-americano pressionar o regime de Pretória a ponto de comprometer a estabilidade da África do Sul e a sua força diante da própria maioria negra e dos demais países africanos.²⁴

Os planos estratégicos do Pentágono para garantir a posição dos Estados Unidos no Oriente Médio, de onde lhe chega o petróleo, incluem as bases militares da África do Sul, que inspiram plena confiança e são pontos de apoio contra novas mudanças no mapa político africano.

Entre combater firmemente o *apartheid* e manter seus dividendos econômicos e estratégicos na África do Sul, os Estados Unidos não hesitam em ficar com a última opção. O novo governo de Ronald Reagan não apenas confirmou a preferência, como está decidido a ampliá-la sem nenhum constrangimento. As restrições porventura levantadas pela política dos direitos humanos já estão sendo retiradas com toda presteza.

Ameaça nuclear

Mas o mais perigoso no processo de militarização da África do Sul está no seu pla-

no, já em pleno desenvolvimento, de produzir bombas nucleares. Desde 1977, o mundo suspeita das experiências sul-africanas no deserto de Kalahari. As potências ocidentais sempre procuram minimizar a importância de tais suspeitas. Mas esta tarefa está ficando cada vez mais difícil.

Não fosse a cooperação das potências ocidentais e de Israel, dificilmente a África do Sul teria hoje uma indústria nuclear tão desenvolvida.

A partir de 1957, os Estados Unidos fornecem infra-estrutura tecnológica, urânio enriquecido e informação científica para os sul-africanos lançarem as bases de sua indústria nuclear.²⁵ A empresa norte-americana Allis Chalmers constrói, em Pelindaba, o primeiro reator de pesquisa, o Safari 1, colocado sob controle da Agência Internacional de Energia Atômica. Depois, a própria África do Sul constrói o segundo reator, o Safari 2, usando o urânio ligeiramente enriquecido e água pesada procedente dos Estados Unidos.

Em 1975, fica pronta a Usina de Valindaba, construída com a ajuda da Alemanha Federal, para produzir urânio enriquecido em pequenas quantidades. Em 1973, a empresa norte-americana Foxboro vendeu dois equipamentos essenciais para o funcionamento desta usina. Uma empresa francesa fecha contrato para a construção de dois reatores de concepção norte-americana destinados ao uso comercial. Quem fornece o urânio enriquecido são os Estados Unidos.

Duas empresas norte-americanas — Combustion Engineering e Babcock and Wilcox — entram com o material para a construção da Central Nuclear de Koeberg.

Em 20 anos de cooperação nuclear entre Estados Unidos e África do Sul, 155 cientistas norte-americanos estiveram trabalhando na África do Sul e 80 cientistas sul-africanos puderam se aperfeiçoar e fazer pesquisas nos Estados Unidos.

Em 1976, o presidente da Comissão de

Energia Nuclear da África do Sul, Sr. Roux, agradeceu assim a ajuda norte-americana: "Nós podemos atribuir o nosso considerável desenvolvimento de hoje, em grande medida, à formação e à colaboração que o vosso país tão generosamente nos concedeu."²⁶ Vale ainda recordar que a França colaborou na produção de plutônio,²⁷ enquanto Israel trocou urânio extraído na África do Sul por tecnologia nuclear, que já dominava.

O *Daily News*, da Tanzânia, lembra com muita propriedade que quem teve acesso à mais sofisticada tecnologia nuclear foi o regime que mais crimes comete contra os direitos humanos e a autodeterminação dos povos.²⁸ Não por acaso, tanto a África do Sul como Israel se recusam a assinar o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares e rejeitam totalmente o projeto de criação de zonas desnuclearizadas na África e no Oriente Médio.

Na noite de 22 a 23 de setembro de 1979, registrou-se uma misteriosa explosão nas proximidades do litoral sul-africano. O satélite de informação norte-americano Vela detectou a explosão. Após minuciosa análise, os peritos concluíram que o fenômeno lembrava uma explosão nuclear na atmosfera. O jornal *Washington Post* se apressou a recordar que, no dia da explosão, um grupo de navios de guerra da África do Sul realizava manobras militares secretas naquela zona do Atlântico Sul. A emissora de televisão americana CBS, pela voz de seu correspondente em Israel, acabou considerando o mistério desfeito; o que houve foi uma explosão nuclear efetuada por Israel com a ajuda e a cooperação da África do Sul.

Em dezembro de 1980, os Estados Unidos voltaram a detectar no Oceano Atlântico, em zona perto da África do Sul, um intenso clarão, semelhante a uma explosão nuclear.²⁹ Tal como em 79, funcionários do Pentágono trataram de desmentir a

verso, atribuindo o fenômeno ao choque entre um meteorito e um satélite-espião norte-americano. Mas outras fontes oficiais acreditam que realmente se tratava de mais uma experiência dos sul-africanos com armamento nuclear.

A União Soviética e os países socialistas da Europa não duvidam de que a África do Sul está muito próxima de produzir bombas nucleares. Apesar das sérias e fundamentadas suspeitas, o acordo de cooperação nuclear Estados Unidos-África do Sul foi prolongado até o ano 2007. Este acordo permite ao regime de Pretória o acesso a importantes fontes de informação e ajuda técnico-científica.

Um relatório da ONU publicado em 1980 afirma que a África do Sul está plenamente capacitada a produzir armas nucleares e que, no instante da explosão de setembro de 1979, a terra do *apartheid* dispunha de urânio enriquecido suficiente

para sete ou oito bombas atômicas.³⁰

De todos os absurdos da nossa época, este parece, sem dúvida, o maior e mais ameaçador: para manter no essencial o seu regime unanimemente considerado como crime contra a humanidade, o governo racista da África do Sul está construindo em ritmo acelerado um arsenal de bombas nucleares.

Assim como aconteceu aos que incentivaram a militarização nazista em nome de estranhos interesses estratégicos, as potências ocidentais de hoje também poderão pagar muito caro por alimentarem outro monstro, este ainda mais terrível, visto que dotado de dentes atômicos.

Rompendo as relações diplomáticas, econômicas e culturais com o regime do *apartheid*, o governo brasileiro poderia dar uma firme contribuição no sentido de chamar a atenção do mundo para este perigo de conseqüências incalculáveis.

NOTAS

1. V. Victorov, "A Militarização da RSA", in edição em russo de *Vida Internacional*, n.º 2 (Moscou: 1980), p. 153.
2. Clóvis Brigagão, "La Máquina de Guerra", in *Cuadernos del Tercer Mundo*, n.º 21 (México, D.F.: junho de 1978), p. 92.
3. Enuga S. Reddy, "As Nações Unidas contra o Apartheid", in *O Correio da Unesco*, edição brasileira de janeiro de 1980.
4. Sean MacBride, "A Namíbia Marcha para a Independência", in *O Correio da Unesco*, edição citada.
5. R. A. Tasmukhamedov, *Organização da Unidade Africana* (edição em russo) (Moscou: Ed. IMO, 1965), 191 p.
6. Clóvis Brigagão, *op. cit.*, p. 93.
7. *Tempo* (Maputo: 14-9-80).
8. Clóvis Brigagão, *op. cit.*, p. 93.
9. John Stockwell, *A CIA contra Angola* (Lisboa: Ed. Ulmeiro, 1979), 291 p., e O. Ignatiev, *El Arma Secreto de África* (Moscou: Ed. Progreso, 1978), 220 p.
10. Clóvis Brigagão, *op. cit.*, p. 93.
11. *O Correio da Unesco*, ed. cit., p. 6.
12. "Sechaba" (Abril de 1980), citado na edição em russo de *Vida Internacional*, n.º 12 (Moscou: 1980), p. 72.
13. *Vida Internacional*, *ibid.*
14. *Le Monde Diplomatique* (Paris: outubro de 1979).
15. V. Victorov, *op. cit.*, p. 153.
16. A. Makarov, "RSA - Bastião do Racismo e do Apartheid", na edição em russo de *Vida Internacional*, n.º 12 (Moscou: 1980), p. 65-74.
17. V. Victorov, *op. cit.*, p. 154.

18. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro: 5-1-81).
19. *Idem*.
20. *Political Affairs*, n.º 2 (Nova Iorque: 1972), p. 19, e S. Astakhov, "O Eixo Tel Aviv-Pretória", in *La Vie International*, n.º 8 (Moscou: 1977), p. 68-72.
21. Elisabeth Chamorand, "Les Atouts de Pretoria Face aux Pressions Internationales", in *Le Monde Diplomatique* (Paris: fevereiro de 1981), p. 14-5.
22. Washington Office on Africa, "Washington Notes en Africa, été 1979", citado por Elisabeth Chamorand, *op. cit.*
23. *Foreign Affairs*, vol. 58, n.º 3 (1980), p. 648.
24. Anatoli Gromiko, "EUA - Principal Força do Neocolonialismo na África", na edição em russo de *Vida Internacional*, n.º 9 (Moscou: 1980), p. 28.
25. Stephen Talbot e Robert Manning, "A Misteriosa Explosão no Atlântico Sul", in *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.º 30 (Rio de Janeiro: dez.80-jan./81), p. 24-8.
26. Elisabeth Chamorand, *op. cit.*
27. "Industries Nucléaires en Afrique du Sud: Des Complexes et des Complices", in *Aujourd'hui l'Afrique*, n.º 10 (1978).
28. V. Victorov, *op. cit.*, p. 154.
29. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro: 19-2-81).
30. *Rand Daily Mail* (Johannesburg: 2 de outubro de 1980), citado por Elisabeth Chamorand, *op. cit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alencastre, Amílcar. *América Latina, África e Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Paralelo, 1980.

1. Azad, A. "As Fontes e as Características Principais da Ideologia Fascista na RSA". *Crítica da Ideologia Neofascista* (edição em russo). Moscou: Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, 1976.
2. Bissio, Beatriz. "Zabriskie Point na Terra do Apartheid". *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.º 25. Rio de Janeiro: julho de 1980, p. 42-5.
3. Bunting, B. *The Rise of the South African Reich*. Londres: Penguin, 1969.
4. Bunting, B. "O Fascismo na República Sul-Africana". *Crítica da ideologia Neofascista* (edição em russo). Moscou: Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, 1976.
5. Eisenberg, D. & Dan, V. & Landau, E. *The Mossad, Israel's Secret Intelligence Service Inside*. Nova Iorque-Londres: Paddington Press Ltd., 1978, 272 p.
6. Eisenberg, D. *The Re-Emergence of Fascism*. Londres: 1967.
7. Guma, A. La. *Apartheid* (A Collection of Writing on South African Racism by South Africans). Londres: 1972.
8. Heribert, A. *South Africa - Sociological Perspectives*. Londres: 1971.
9. Hodder, B. W. *Africa Today - A Short Introduction to African Affairs*. Londres: Methuen And Co. 1978, 166 p.
10. Maoto, J. & Temdo. *The Outward Drive - South Africa's Military Machine*.
11. Manmulaku, Ramadan. "Se Agudizan las Contradicciones en Sudáfrica". *Política Internacional*, n.º 20-2-81.
12. Belgrado.
13. Minty, A. *South Africa's Defense Strategy Anti-Apartheid Movement*. Londres: 1970.
14. Polianov, N. "OTAN: Ao Sul do Trópico de Câncer". *Vida Internacional*, n.º 5 (edição em russo). Moscou: 1978, p. 96-104.
15. Rochin, G. "A Expansão dos Monopólios Internacionais na África". *Vida Internacional*, n.º 6 (edição em russo). Moscou: 1979, p. 63-72.
16. St. Jorre, John de. "South Africa: Up Against the World". *Foreign Policy*, n.º 28.
17. Thomson, L. M. *Politics in the Republic of South Africa*. Boston-Toronto: 1966.
18. Vários autores (soviéticos e búlgaros). *A África e o Neocolonialismo nos Anos 70 (Leis Gerais e Casos Específicos da Luta Antiimperialista)*. Moscou: Ed. Progresso, 1978.
19. Voroviev, V. "A Reincidência da Política Colonialista na África". *Vida Internacional*, n.º 9 (edição em russo). Moscou: 1978, p. 33-41.

SUMMARY

From the decade of the 60s until today, period in which the majority of African colonies attained their independence, the South African government undertook escalating repressive (acts) against blacks which culminated in massacres, imprisonments, and bannings all with the motive of discouraging any type of internal resistance. At the same time, it initiated an aggressive military campaign against neighboring countries, counting upon the assistance of various western countries which have furnished arms (Israel, France, The United States, England and West Germany), notwithstanding the fact of the United Nations having condemned the *apartheid* regime and having it considered a menace to international peace and security.

Actually, in its internal plans, South Africa is attempting to make more sophisticated its repressive control over blacks and is waiting for the chance to have the "militarization of all sectors of activity — from schools to sports clubs — where blacks or "persons of color" are to be found. This militarization consists of the preparation of

especialized personnel through intensive courses administered by the Ministry of Defense to act — according to the *apartheid* regime — only for pedagogical ends, however hiding the truth of its real motives: inculcate "white" cultural values and establish an internal vigilance whose consequences would be to secure more control.

On the external plane, South Africa is advancing its expansionist plans in the region and is accelerating — with the military, scientific and technological and economic support of those countries — the nuclearization of its military power, already able, according to the 1980 UN report, and fully capable of producing nuclear arms.

Supporting himself through concrete data, the author sounds the alert for the danger constituted by a regime able to arm itself to the teeth, that employs methods and a philosophy typical of Nazism, and he adds that Brazil could greatly contribute to international peace and security if it were to break off diplomatic relations with South Africa.

RÉSUMÉ

Dès les années soixantes à aujourd'hui, période durant laquelle la majorité des colonies africaines reçurent l'indépendance, le gouvernement sud-africain a entrepris une escalade répressive contre les Noirs qui culmina en massacres, en emprisonnement et bannissements visant à affaiblir les foyers de résistance interne. Dans le même temps, s'initia une campagne militaire agressive contre les pays voisins, comptant avec l'aide de nombreux pays de l'Occident qui lui fournissaient des armements (Israël, France, États-Unis, Angleterre, Allemagne Fédérale), malgré la condamnation du régime de l'*Apartheid* par l'Organisation des Nations Unies et le fait de l'avoir considéré comme une menace à la paix et à la sécurité internationales.

Actuellement, sur le plan interne, l'Afrique du Sud cherche à sophistiquer le contrôle répressif sur les Noirs et tente de "militariser" tous les secteurs de l'activité — de l'école jusqu'aux clubs sportifs — où se concentrent les Noirs ou "personnes de couleur". Cette "militarisation" consis-

te dans la préparation, par le Ministère de la Défense, de spécialistes appelés ensuite à se dédier à l'intérieur des normes de l'*Apartheid* — à des fins purement pédagogiques, mais cachant en réalité les véritables motifs: inculquer des valeurs culturelles "blanches" et établir une vigilance interne dont la conséquence se traduit par un plus grand contrôle des populations noires et "de couleur".

Sur le plan externe, l'Afrique du Sud fait des progrès concernant ses plans d'expansion dans la région et accélère — avec l'appui technique, scientifique, militaire et économique de ces pays — la nucléarisation de sa puissance militaire, étant déjà, selon le rapport de l'ONU de 1980, pleinement capable de produire des armes nucléaires.

Se fondant sur des données concrètes, l'auteur avertit du danger que constitue l'armement jusqu'au dents d'un régime qui utilise des méthodes typiques du nazisme et ajoute que le Brésil pourrait contribuer beaucoup pour la paix et la sécurité internationales s'il rompait ses relations diplomatiques avec l'Afrique du Sud.

DINASTIA XIA: A AURORA DA REALEZA CHINESA

Ricardo Joppert*

O presente trabalho resulta basicamente de contatos pessoais do autor com especialistas do Museu de História Nacional (Zhongguo Lishi Bowuguan) de Pequim (Beijing) e do Museu Provincial do Henan (Henan Sheng Bowuguan), em Zhengzhou. Durante a visita do autor à China no verão de 1979, a convite do Departamento de Controle das Antiguidades Nacionais da República Popular Democrática da China (Guojia Wenwu Guanliju), foram organizados debates naquelas instituições com o objetivo de se discutirem os temas da transição matriarcado-patriarcado na China e do estabelecimento da dinastia Xia. No Museu de História Nacional de Pequim, encontram-se, entre outros, os técnicos Song Zhaolin e Li Jiefang — dois dos três autores da excelente obra Jianming Zhongguo Lishi Tuce (História Concisa e Ilustrada da China), tomo I, Sociedade Primitiva — e Li Xijing. No Museu Provincial do Henan, em Zhengzhou, esteve presente o Sr. An Jinhui.

Um ponto de controvérsia entre arqueólogos e historiadores da China contemporânea e sinólogos ocidentais diz respeito à possibilidade de comprovar-se a existência da primeira dinastia real chinesa, a dos Xia (séculos XX a XVI antes de nossa era). No Ocidente, não se admite ainda que essa linhagem possa ser, com segurança, identificada através de restos arqueológicos; na China, especialistas em pré-história consideram que os vestígios materiais dos Xia podem ser distinguidos entre os dos horizontes culturais que antecederam e sucederam a dinastia Xia.

A nosso ver, essa controvérsia enraíza-se numa diferença fundamental entre o modo de pensar a vida no Oriente e no Ocidente: a China tem uma civilização monolítica na qual existe perfeita coesão entre alicerce e estrutura: o passado é, nesses termos, co-

* Professor de Língua e Civilização Chinesas do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

conhecimento intrínseco que se transmite inconscientemente e coletivamente, e seus achados materiais são levados a encaixar-se, de modo natural, numa sequência evolutiva de que os chineses têm conservado a certeza, no recôndito da mente, desde o início de sua civilização e que, por isso mesmo, fielmente registraram por escrito há milênios.

Assim, no período dos Zhou Orientais (-770 a -450), o filósofo Feng Huzi reconhecia, diante de utensílios de um tempo já, para ele, longínquo, que os antigos chineses haviam atravessado as idades da pedra, do bronze e do ferro.¹ No Ocidente, onde a filosofia básica segue uma linha dualista (dicotomia entre fundo e forma, entre Ser e Não-Ser), baseada em Aristóteles e no monoteísmo judaico-cristão, houve certamente um embotamento do inconsciente coletivo: a realidade perdeu-se através da fragmentação entre passado e presente a que se submeteu a mente ocidental por força de sua própria rota evolutiva. A China jamais se afastou da integralidade, que só pode existir no plano do intelecto intuitivo; no Ocidente, o predomínio (sem o qual Descartes não teria existido) da razão sobre a intuição foi fatal, no que se refere à perda das origens.

A China contemporânea parece-nos mostrar perfeita consciência de que os textos que falam do passado foram escritos sob o impacto de uma tradição oral alicerçada num conhecimento do integral, inerente aos chineses e transmitido de geração a geração: a consequência disso é a crença arraigada de que a imaginação contou muito pouco na feitura de tais textos. A palavra escrita sempre teve, na China, um enorme valor: o passado é dinâmico porque se conserva no profundo da mente, e o texto tradicional é disso contrapartida. Dentro de um sistema filosófico que só admite a Unidade (Yi), o caminho natural é fundamentar-se na tradição para assimilar a verificação material. Essa tradição é, por conse-

quinte, viva e palpitante.

Nos últimos anos do século passado e nas primeiras décadas deste, a China passou por um verniz de ocidentalização que desviou seus intelectuais do processo indígena de investigação do passado. Li Ji, decano dos arqueólogos chineses da primeira metade do século XX, escreveu a respeito do surgimento de uma escola crítica de interpretação histórica moldada no ceticismo (decorrente da insegurança) da ciência (racional) do Ocidente: "O slogan 'Mostre sua prova', apesar de destrutivo por sua natureza, trouxe um espírito mais crítico ao estudo da China antiga; [...] o registro, por si só, não foi mais aceito como válido".²

Dentro da complexidade do espírito chinês, a posição é primária; denota uma tentativa de desvirtuar a natureza básica, intuitivamente organicista, da mente dos chineses. Mas cada descoberta arqueológica só confirmava a eficácia dos textos antigos. Por exemplo, os antigos bronzes que os ocidentais acreditavam pertencerem ao período Zhou (-1049 a -220) — cujas fontes históricas eram escritas — os chineses dividiam, por tradição, entre os Zhou e os Shang (-1557 a -1050) — provaram na verdade serem destas duas épocas, depois da descoberta de ossos inscritos usados para fins divinatórios e escavados em 1898-9, em Anyang, província do Henan. Tais ossos divinatórios estavam associados aos bronzes cujos tipos os chineses consideravam como Shang, mesmo antes da exumação da prova histórica escrita.³

A Civilização é encarada, no sistema chinês, como organicamente integrada num circuito fechado: cada microórgão reflete totalmente os demais e o próprio Macroórgão: o tempo cessa, por assim dizer, de agir temporalmente, porque os acontecimentos sobrevivem a nível de inconsciente coletivo. Esse fato, espantoso que seja, representa um dado capital na explicação do fenômeno chinês, única das antigas Civiliza-

fere aos ancestrais dos primeiros governantes chineses, transmite-se apenas o nome da mãe e, não, o do pai. O sobrenome passava aos filhos através da mãe. O ideograma para sobrenome (*xing*) tem o radical "mulher" ao lado da palavra "nascer": "nascido (vin-do) da mulher". Os homens não tinham sobrenome; o máximo que recebiam era um nome pessoal (*shi*), derivado do local de nascimento ou de uma função, mas que nada tinha a ver com vínculos sangüíneos familiares. O sobrenome (*xing*) de Shen-nong, soberano mítico do neolítico, era Jiang; o de Huangdi (o Imperador Amarelo), mito representativo da passagem da sociedade à fase da ocupação urbana, era Ji; o de Shun, um dos Cinco Soberanos, era Yao. Os três caracteres da escrita (*Jiang, Ji e Yao*) levam todos o radical "mulher", o que é interpretado, na China de hoje, como indicativo de tratar-se do sobrenome materno (*xing*).

Por outro lado, as lendas referem-se sempre à união de uma mulher com um animal ou uma planta, como condição para o nascimento de uma estirpe nobre: para a fundação da dinastia Xia, uma mulher engole um grão de cereal (*Yirenmi* — uma espécie de sagu); para o da dinastia Shang, outra mulher absorve um ovo de pássaro; para a dos Zhou, uma mulher pisa na pegada de um urso.

Sítios neolíticos da cultura de Yangshao, como Banpo, Jiangzhai, Linyi, mostram uma organização centralizada na figura da mãe: era em torno dessa que se enterravam os filhos, na idéia de que, após a morte, tudo deveria continuar como em vida. Tais ideias neolíticas abrigavam grupos sociais cuja existência era inteiramente pública (*gong*): vivia-se, trabalhava-se em conjunto, e em comum eram tomadas as refeições. Inexistiam, na época, as lutas de classe, e a idéia de família era muito diluída, se comparada com a de tempos posteriores.

Um outro ponto de referência para a comprovação do matriarcado da China antiga são as minorias raciais do curso superior do rio Yangzi, minorias do sul, mas que foram influenciadas pela civilização autóctone do vale do rio Amarelo (*Zhongyuan*) e dela guardaram certas tradições dos primórdios. Na chamada área nuclear (*Zhongyuan*) da China setentrional, a crescente evolução econômica alicerçada na agricultura aumentou o papel do homem na vida social; no sul da China, essas minorias, carentes do mesmo nível de desenvolvimento, não tiveram as razões que impeliaram o *Zhongyuan* a substituir o matriarcado pelo patriarcado.

Uma lei fundamental da vida é a de que a sociedade progride de acordo com a economia: quem trabalha detém o poder. Assim, no início as mulheres colhiam os grãos de cereais e os homens caçavam. A caça era subsidiária no seio de um povo fiel à vida agrícola, como sempre o foram os chineses. Pouco a pouco cresceu o instrumental agrícola, e o homem dele se valeu para predominar como elemento social: o marido desapossou a esposa do governo, e o filho mais velho, a mãe. O artesanato e a metalurgia, atributos do homem, deram o golpe de misericórdia à velha ordem matriarcal: os homens passaram a trabalhar mais e as mulheres, a ocupar posições cada vez mais subalternas.

Nas minorias raciais da China Meridional, tais como os Moso do Yunnan, os Miao, os Zhuang, os Tong, os Buyi e os Yi, os traços do matriarcado mostram como deveria ser a China do norte, no neolítico de Yangshao. Entre os Moso a figura da mãe é suficiente para impedir uma guerra; todos os habitantes inclinam-se diante de uma Deusa-Mãe que mora numa montanha; a vida sexual é inteiramente livre e regida pela mulher — a adolescente torna-se adulta após uma cerimônia de iniciação aos 13 anos, e sua mãe lhe dá, então, um quarto

privado, onde, à noite, ela tem o direito de receber um amante, que deve partir à aurora. No divórcio, a mulher fecha a porta ao amante e eis tudo. A herança passa da mãe à filha. Em certas épocas do ano, os jovens de ambos os sexos encontram-se nos campos para o amor livre.

Tais costumes encontram eco na mais antiga coletânea poética chinesa, o *Shijing* (*Livro das Odes*) (séc. —VIII), onde determinadas páginas revelam “uma poesia de ‘imitação popular’ (Maspero), baseada no ritmo e em temas de jovens camponeses em festas sazonais”⁶:

“Transbordantes correm agora os rios
[Zhen e Wei;
Rapazes e moças neles colhem
[nenúfares . . .
Ela pergunta: ‘Procuraste bem?’
Ele responde: ‘Sim . . . vamos procurar
[mais?’
‘Além do Wei, há espaço livre e . . .
[prazer!’
Ambos irão alegrar-se;
A flor da peônia um ao outro
[ofertará . . .”
(Poema 95)

Desse modo, os textos tradicionais, que apresentam a China dos primórdios como uma sociedade integrada no sistema patriarcal, encontram apoio na arqueologia e na etnologia. No contexto *sui generis* do fenômeno civilizatório chinês, a ciência ocidental é instrumento (*Yong* — aplicação externa) de uma Tradição Nacional, suprema, porque é viva e é Substância (*Ti*) da mente do povo.

A evolução da vida material aumentou a importância do homem na sociedade e há aproximadamente 5.000 anos o “governo despótico da mãe” (Engels) foi derrubado. O patriarcado resultante da perda de influência da mulher na sociedade materializou-se, na China, na chamada Cultura de

Longshan, de cerâmica caracteristicamente negra, com peças de textura fina, bem cozidas, lustrosas e sem qualquer pintura. A Cultura de Longshan, que apresenta inúmeros subtipos, ocupava o solo em caráter permanente.

“A existência de muitas muralhas de terra batida (*hangtu*) sugere maior necessidade de fortificações e um crescimento das lides guerreiras. Os enterros mostram uma estrutura social marcada por classes. A concentração de artefatos de jade em certos locais isolados confirma a existência dessa diferenciação social.”⁷

O neolítico de Yangshao e de Longshan representam, para o historiador chinês, o ponto final da chamada “sociedade primitiva” (*Yuanshi Shehui*), caracterizada por clãs que cada vez mais se uniam em virtude de laços consangüíneos. Essa sociedade por clãs foi, conforme o vimos, de natureza patriarcal numa primeira fase e patriarcal num segundo tempo. A “sociedade primitiva” ter-se-ia estendido até os séculos XXI e XX antes de nossa era. Gradualmente, a China passou a ter uma organização político-social baseada em alianças entre tribos, uma espécie de confederação dos grupos que viviam na região do vale do rio Amarello. Os chefes tribais reuniam-se em conselho para discutir e decidir o que fosse importante na vida da confederação. A “sociedade primitiva” sofreu um processo de transformação que culminou numa sociedade escravagista, segundo a tese da História na moderna China. O início desse tipo de sociedade coincidiu justamente com a fundação da dinastia Xia.

O *Shujing* (*Livro da História*) dá-nos o relato dos acontecimentos do período imediatamente anterior ao estabelecimento dos Xia. Trata-se do governo de chefes tribais que eram eleitos, como Soberanos (*Di*), nos referidos conselhos deliberativos da confederação. Foram eles em número de cinco, mas só os dois últimos, Yao e Shun, apare-

cem no *Shujing*.

Um fator encaminhava o destino de determinado chefe tribal para o papel de soberano: sua capacidade de, compreendendo o mecanismo universal da vida, garantir o sucesso da agricultura, meio de subsistência que alicerçava toda a filosofia da confederação e a distinguia dos "bárbaros" a ela não-pertencentes, vizinhos nômades que viviam do pastoreio. Pois ser chinês sempre foi sinônimo de agricultor, muito mais do que de representante desta ou daquela raça. Na agricultura, o básico é que Homem e Universo se inter-relacionem: para tal, o conhecimento do processo cíclico da Natureza é indispensável. Misticismo torna-se, então, vida prática; e os primeiros chefes tribais detinham, assim, o saber do ritmo da existência: justamente em razão dessa competência elegiam-se Soberanos.

É no contexto dessa confederação, inserida num incipiente sistema patriarcal, que surge o modelo do governante chinês de todos os tempos: aquele que sabe organizar o espaço geográfico e, conhecendo intuitivamente como agir diante das leis da Natureza (o pensamento chinês enfatiza o espontâneo — *ziran*), tem a capacidade de regular os fenômenos da terra (*Tianshi*), porque conhece o mecanismo dos fenômenos celestes (cósmicos: *Tiandao*); aquele, enfim, que soluciona os problemas dentro da noção de um Universal Equilíbrio (*Jun*). Então, como agora, o carisma era exigência fundamental para que se governasse a China.

A China do final do neolítico sofria as inundações do rio Amarelo (*Huanghe*), que, por correr muito carregado de sedimentos, constrói, em seu curso inferior, diques naturais e um leito situado a uma altura maior do que a das planícies em ambas as margens. Como o leito se levanta cada vez mais entre tais bordas semelhantes a diques, o rio termina inevitavelmente por romper suas fronteiras e por buscar, esten-

dendo suas águas, um leito colocado em nível mais baixo. Como resultado, a desembocadura muda freqüentemente de lugar, causando extraordinários estragos às populações ribeirinhas.

Num Conselho da confederação, Yao, Soberano por eleição, consultou os demais chefes sobre quem deveria ser encarregado do governo das águas do rio Amarelo. Todos indicaram um certo Gun. A princípio, Yao discordou da escolha, mas finalmente resignou-se a aceitá-lo. Em seguida, Shun foi eleito sucessor de Yao. Gun tentou dominar o rio Amarelo durante nove anos, mas o método que empregou era o de construir diques para bloqueá-lo (*dusai*).⁸ Vinda a inundação, as águas "ultrapassaram as barragens" (*chongkua diba*)⁹ e causaram ainda maiores estragos aos povos marginais. Shun condenou Gun à prisão perpétua por isso. Em seguida, Shun escolheu Yu, filho de Gun, para continuar a tarefa de governar as águas do rio. Diz-nos Sima Qian¹⁰: "Shun deu esta ordem a Yu: 'Regereis as águas e as terras; pensai somente em fazer todo esforço nesse sentido'."

Absorto na tarefa, Yu passou 13 anos fora do lar. "Quando passava pela porta de sua casa, não ousava entrar (*ib*). Restringiu as vestimentas e a alimentação; sua dedicação à causa pública foi absoluta. Abandonando a idéia do pai, de conter as águas do rio pela construção de diques, empregou o método de canais, dando livre vazão (*shudao*) à massa líquida. Respeitada a lei natural de que um rio deve correr livremente, o problema das inundações cessou de existir. Encaminhado em rumos certos, o rio foi dirigido para beneficiar o povo, sem ser violentado. Gun tentara controlar as águas e falhara; Yu governou-as e teve sucesso. Aquele agira contra a natureza das coisas; este compreendê-la. A eficácia de um homem é função direta de sua compreensão do mundo; o sucesso é consequência da adequação da teoria à prática

pela vivência do Real.

Por sua sabedoria, Yu tornou-se digno de governar a confederação chinesa: na velhice de Shun foi unanimemente escolhido seu sucessor. A História cognominou-o Yu, o Grande (*Da Yu*). "Sua voz era o padrão dos sons; seu corpo, o padrão das medidas de comprimento; as medidas de peso dele derivavam."¹¹ Num só homem, representante mítico de uma sociedade, refletia-se o equilíbrio (*Jun*) do Universo. Imbuído de sua própria conscientização das chaves da vida, a China do final do neolítico consolidava-se como civilização através da autoafirmação de todo o povo: Yu é o símbolo de um grupo social que acreditava em si próprio e no que fazia.

A tribo de Yu chamava-se Xia. Quando chegou o momento da sucessão, os chefes da confederação decidiram que seu filho, Qi, iria substituí-lo. O sistema de governante eleito por votos foi assim transformado em monarquia hereditária, e a realeza desse modo criada tomou o nome do clã de Yu: dinastia Xia, a primeira das três casas reais que antecederam o Império Chinês.

Dinastia Xia: cronologia, lista de reis, capitais

O historiador Sima Qian defende, para o começo do reinado de Yu, uma data equivalente ao ano de 1989 antes de nossa era.¹² Segundo ele, a Casa de Xia teria reinado durante 471 anos, sob a responsabilidade de 17 governantes. Ban Gu (32 a 92), um dos autores da *História dos Han Anteriores* (*Qian Hanshu*), escolheu adotar um outro sistema cronológico. Considerou o início da dinastia em -2205 e deu-lhe uma duração de 439 anos. O sistema de Sima Qian é preferível, por ter sido confirmado pelos *Anais sobre Bambu* (*Zhushu Jinian*), descobertos em 281 (posteriormente à época de Sima Qian, que não pôde consul-

tá-los).

O território dos Xia estendia-se pela região oeste da atual província de Henan e pelo sudoeste da província de Shanxi, chegando à confluência das três províncias atuais do Henan, Hebei e Shandong.¹³ O coração do povo Xia era a região de encontro do rio Amarelo com o rio Luo. A capital de Yu — Yangcheng — ficava ao sul da montanha Song — antes chamada Chong (Montanha da Reverência) —, daí ser esse também conhecido como Yu, de Chong. Taikang, o terceiro rei, residiu em Zhenxun, a noroeste da montanha Song, na parte leste da planície de Luoyang. Uma outra região que congregava o povo Xia era o sul da atual província do Shanxi, principalmente nas vizinhanças da moderna Yicheng, a leste do rio Fen. Esse local foi mais tarde chamado de "Ruínas de Xia" (*Xiaxu*), mas a arqueologia ainda não pôde até agora precisá-lo exatamente. No final da dinastia, sob o reinado de Jie, o domínio dos Xia estendeu-se até a região oeste da atual província de Henan. Jie igualmente teve sua capital em Zhenxun. Por isso, as gerações posteriores costumavam dizer que "o território de Jie dos Xia tinha o rio Amarelo e o Qi à esquerda, a montanha Hua à direita, o rio Yi ao sul e Yangchang ao norte".¹⁴ Assim, a área de governo e influência dos Xia ter-se-ia estendido de ambas as margens do rio Amarelo até o vale do Yangzi (Changjiang).

A arqueologia da República Popular Democrática da China vem concentrando as escavações nessa área tradicionalmente atribuída à dinastia Xia. As pesquisas no sítio de Erlitou, na cidade de Yanshi, Henan, trouxeram à luz as ruínas de um palácio que cobre 10 mil metros quadrados. A porta central do lado sul dá para um pátio rodeado de galerias cobertas. Atrás do sítio fica um salão com 30 metros de comprimento e 11 de largura. Os quatro lados do

telhado descem em beirais salientes que são apoiados por colunas. Trata-se da mais antiga construção palaciana da China.

As escavações em Erlitou revelaram quatro camadas estratigráficas. O palácio encontra-se na terceira camada. Os vestígios mostram que, à primeira camada estratigráfica, antecede-se, na região, a cultura neolítica de Longshan. Quanto às quatro camadas de Erlitou, as opiniões divergem: alguns especialistas crêem que as duas primeiras camadas pertenceriam à dinastia Xia e as duas últimas, ao primeiro período (fase Erlitou) da dinastia Shang (–1557 a –1050). A dinastia Shang corresponde à Idade do Bronze na China. Os objetos (bronze, pedra, cerâmica) atribuídos aos Xia têm certas analogias com os da Cultura de Longshan e com os da dinastia Shang, mas um certo número de características próprias são suficientes para estabelecer a existência de um horizonte cultural definido (o dos Xia) entre Longshan e os Shang: aos Xia atribuem-se objetos de cerâmica negra, de corpo espesso, com pouca têmpera, com os seguintes motivos específicos:

- motivo dos galhos da orquídea (*Lantiao Wen*) – estrias verticais ligeiramente oblíquas para a direita;
- motivo do tabuleiro de xadrez (*Fangge wen*) – padrão feito de quadrado;
- motivo da corda fina (*Xisheng wen*).

Os objetos dos Xia teriam três pés, interligados ou não por hastes, caracteristicamente foliformes, muito largos, que lembram uma figura trapezoidal (*Sanzu qi*). O sítio de Luodamiao (Xia tardio – cerca de –1600) é particularmente rico em objetos desse tipo.

Que a primeira e a segunda camadas de Erlitou pertencem à dinastia Xia não há dúvidas na China de hoje, segundo o afirmam as autoridades do Museu de História Nacio-

nal de Pequim. As divergências são a respeito de onde terminaria a seqüência arqueológica dos Xia no importante sítio. Erlitou tem sido considerado como o local da primeira capital dos Shang.

Já Wang Guowei, pesquisador do início do século, que muito fez na decifração dos ossos divinatórios descobertos em Anyang, considerava que, em Erlitou, se teria erguido Xi Bo, a sede do governo de Tang, o Vitorioso (Cheng Tang), fundador da dinastia Shang e vencedor do último soberano dos Xia, o rei Jie. A construção monumental na terceira camada estratigráfica seriam os restos do palácio de Cheng Tang. Essa é a visão mais tradicional que têm os especialistas a respeito da seqüência de Erlitou.¹⁵

Entretanto, o Prof. Zou Heng, da Universidade de Pequim, recolheu, no sítio de Erlitou, dentro dos limites urbanos da atual cidade de Zhengzhou, também na província de Henan, cacos de cerâmica nos quais se lê o ideograma *Bo*. Isso sugere que a capital de Tang, o Vitorioso, se teria na verdade localizado em Zhengzhou, onde a opinião ortodoxa situa não a primeira, mas a segunda capital Shang, a cidade de Ao. Em Zhengzhou, os restos arqueológicos revelaram uma cidade retangular, com perímetro total de 7.195 metros quadrados. “A imponência das muralhas mostra que a cidade era importante (. . .); na sua construção, estima-se que foram gastos 18 anos, com 10 mil trabalhadores ativos durante 330 dias por ano.”¹⁶

Outro sítio importante no estudo dos Xia é o de Gaocheng, no distrito – capital para a arqueologia chinesa – de Dengfeng, também na província de Henan. Trata-se de uma aglomeração urbana, de considerável tamanho, que é vista como um burgo Xia. Nas proximidades existe uma cidadela da época dos Estados Combatentes (*Zhan Guo*) (–450 a –221), onde se acharam cacos de cerâmica que mostram a inscrição de dois caracteres: YANGCHENG. Ora, a

capital de Yu, o Grande, fundador dos Xia, chamava-se justamente Yangcheng (cf. Mengzi [–371? a –289?], filósofo do período Zhou: “Yu du Yangcheng” – “a capital de Yu era Yangsheng”).

A oeste de Gaocheng, uma série de escavações realizadas em 1977 pelo Museu Provincial do Henan trouxe à luz, no sítio de Wangchenggang (Colina da Cidade Real), uma urbe de forma quadrangular, com área de cerca de 10 mil metros quadrados. Essa cidade localizava-se entre os rios Wudu e Yingshui, próximos das montanhas Song e Qi. A situação geográfica de Wangchenggang é a mesma que a tradição histórica atribui à capital dos Xia. A seqüência arqueológica mostra, numa camada mais profunda, restos da cultura neolítica de Longshan. Por outro lado, Qi era o nome do filho de Yu, o Grande. A mãe de Qi, segundo a lenda, ter-se-ia transformado em rocha exatamente nesse local. Assim, outra vez a coincidência entre a tradição da China antiga e os achados arqueológicos sugerem que, em Gaocheng, poderíamos realmente estar diante da capital do primeiro soberano Xia.

Um terceiro sítio de fundamental importância nas pesquisas sobre os Xia é o de Dongxiafeng, na subprefeitura de Xia (Xiadian – mesmo ideograma do nome da dinastia), na província do Shanxi, na margem esquerda do rio Amarelo. Em 1974 realizaram-se escavações na colina de Mingdi, de 100 metros de comprimento, ao norte de Dongxiafeng, que revelaram uma aglomeração urbana de forma quase quadrangular, com área de cerca de 20 mil metros quadrados. Um fosso circundava a cidade. Os achados revelaram resíduos de bronze e pontas de flecha, também de bronze, ao lado de cerâmicas. Mingdi desenvolve sua estratigrafia em três camadas arqueológicas, das quais a primeira se identifica com a primeira camada de Erlitou, para os chineses inquestionavelmente Xia. Mas não foi possível realizar, em Dongxia-

feng, a ligação entre o provável horizonte cultural Xia e o neolítico Longshan. Este, que normalmente deve preceder aquele, existe apenas nas vizinhanças de Mingdi. O *Shiji* (*Memórias Históricas*), de Sima Qian, registra que o último soberano Xia, Jie, Rei de Perdição, fugiu para um lugar chamado Mingdi, quando perseguido por Tang, o Vitorioso, lá morrendo.

No estágio atual das investigações na República Popular Democrática da China já podemos formar um esboço do quadro de presença dos Xia dentro do conjunto arquitetônico da civilização chinesa:

– A dinastia Xia situou-se, no tempo, entre o neolítico de Longshan (–2000 anos) e a fase Erlitou da dinastia Shang (–1557). É possível que o final de Longshan tenha coincido com a fase inicial dos Xia. A área geográfica envolveu ambas as margens do rio Amarelo, concentrando-se na região oeste da província do Henan e na região sul do Shanxi. Trata-se, assim, do coração do Zhongyuan, a área nuclear da civilização chinesa.

– Os chineses sempre tiveram a certeza da existência da dinastia. Essa certeza parece fundamentar-se no inconsciente coletivo de todo o povo, o que teria estruturado a redação dos textos históricos e das lendas tradicionais. A arqueologia só tem confirmado esses textos: no suposto horizonte cultural dos Xia há uma série de vestígios materiais específicos que permitem distingui-los. Não há, assim, na China, dúvidas de que tal horizonte tenha existido, e só o que é problemático é estabelecer-lhe os limites temporais.

– A dinastia caracterizou-se por uma sociedade já escravagista, no contexto de um incipiente sistema patriarcal, em que o marido e o primogênito haviam derrubado o “governo despótico” (Engels) da esposa e da mãe, mas os vestígios do matriarcado ainda se percebem no grupo Xia.

— A Cultura Xia trabalhava o bronze, a pedra e a cerâmica, estabelecendo um marco de transição entre o neolítico e a Idade do Bronze dos chineses.

— Com os Xia, principiou o registro de toda uma Filosofia da História peculiar à China e que parece identificar-se com a instauração do sistema patriarcal: o governante era o modelo do ser humano perfeito, por ser um eficaz intermediário (entre macrocosmo e microcosmo) que garantia o sucesso da agricultura, verdadeira profissão de fé do grupo social chinês. Uma dinastia estabelecia-se por mérito (*gong*) do Rei-Fundador e extinguiu-se pelos desmandos de um Rei de Perdição; nesse momento a Revolta era legítima (direito e dever) e impunha-se a derrubada da linhagem decadente. A julgar pelo *Shujing (Livro da História)*, com os Xia alicerçou-se o pensamento de que a História é cíclica e a Eternidade, a contínua mutação.

— Segundo as autoridades do Museu

Provincial de Henan, é possível que a escrita pictográfica dos chineses date desse período, embora o fato ainda não tenha sido comprovado.

O trabalho arqueológico concernente aos Xia é muito intenso na República Popular Democrática da China. Uma dezena de sítios na província de Henan (além dos citados neste trabalho, há ainda os de Cuoli, Xiaopangou, Dongmagou, Wangwan e Sunqitun) são promissores quanto a grandes descobertas. No contexto de uma civilização monolítica e de vocação unitária, o presente compreende-se e o futuro constrói-se através da lúcida avaliação do passado. Por isso, os imensos museus da China, mais do que em qualquer outro país, representam centros onde se conscientiza, para os chineses, a Realidade da Civilização: as mudanças eficazes do sistema social exigem, primordialmente, que não haja ignorância a respeito de como tudo transcorreu.

NOTAS

1. Cf. Kwang-chih Chang, *The Archaeology of Ancient China* (New Haven e Londres: Yale, 1972, 3.^a ed.), p. 2.
2. Cf. Li Ji (Li Chi), *The Beginnings of Chinese Civilization* (Seattle: University of Washington Press, 1957), p. 4.
3. Sobre a sequência das três primeiras dinastias reais chinesas, cf. Ricardo Joppert, *O Alicerce Cultural da China* (Rio de Janeiro: Avenir, 1978).
4. Cf. Guo Moruo, *Zhongguo Shigao (Esboço da História da China)* (Beijing [Pequim]: Renmin, 1976), p. 32.
5. Cf. Ricardo Joppert, *op. cit.*, p. 45.
6. Cf. Ricardo Joppert, *op. cit.*, p. 210, e Bernhard Karlgren, *The Book of Odes* (Estocolmo: Museum of Far Eastern Antiquities, 1950), p. 60.
7. Cf. Ricardo Joppert, *op. cit.*, p. 49.
8. Cf. Guo Moruo, *op. cit.*, p. 132.
9. Cf. Guo Moruo, *op. cit.*, p. 132.
10. Cf. Edouard Chavannes, *Les Mémoires Historiques de Sseu-ma Ts'ien (Shiji)* (Paris: 1895 a 1905. Tomo I), p. 99 e ss.
11. Idem, *ib.*
12. Sobre os problemas da cronologia chinesa anterior a —841, cf. Ricardo Joppert, *op. cit.*, p. 41-2.
13. Cf. Guo Moruo, *op. cit.*, p. 142.
14. Guo Moruo, *op. cit.*, p. 142, onde cita o *Shiji*, de Sima Qian, cap. "Sunzi Wuqi Liezhuan".
15. Sequência por nós adotada em nosso trabalho *O Alicerce Cultural da China*.
16. Cf. Ricardo Joppert, *op. cit.*, p. 61.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Chang, Kwang-chih. *The Archaeology of Ancient China*. 3.^a ed. New Haven e Londres: Yale, 1972.
2. Chavannes, Edouard. *Les Mémoires Historiques de Sseu-ma Ts'ien*. Paris: de 1895 a 1905.
3. Cheng Te-Kun. *Prehistoric China*. Cambridge: W. Heffer and Sons, 1959.
4. ———. *Shang China*. Cambridge: W. Heffer and Sons, 1960.
5. ———. *Chou China*. Cambridge: W. Heffer and Sons, 1963.
6. Couvreur, Séraphin. *Chouking (Shujing) (Les Annales de la Chine)*. Paris: Cathasia, 1950.
7. Gernet, Jacques. *Le Monde Chinois*. Paris: Armand Colin, 1972.
8. Guo Moruo. *Zhongguo Shigao (Esboço da História da China)*. Beijing (Pequim): Renmin, 1976.
9. Joppert, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
10. Karlgren, Bernhard. *The Book of Odes (Shijing)*. Estocolmo: Museum of Far Eastern Antiquities, 1950.
11. Maspero, Henri. *La China Antique*. Paris: Imprimerie Nationale, 1955.
12. Song, Zhaolin et al. *Jianming Zhongguo Lishi Tuca (História Concisa e Ilustrada da China)*. Beijing (Pequim).

SUMMARY

This work discusses the possibility of proving, through archeological remains, the existence of the first royal Chinese dynasty, the House of Xia. In the west, it is still denied that such a proof is valid, however Chinese specialists in pre-history consider the material vestiges of the Xia are able to be distinguished from the cultural civilizations that preceded and succeeded them. This difference of opinion between the Chinese and the Westerners can be explained by a fundamental divergence in the method of thinking of life in the Orient and in the West: the monolithic civilization of China allowed the survival, within the collective unconscious of the Chinese, of an intrinsic knowledge of the past and the evolutionary sequence of Chinese civilization is a certainty that exists in the recesses of the mind; the traditional texts which speak of the Xia would be the counterpart of this.

Within a philosophical system that so admits Unity (Yi), the natural path is to lay the ground work in tradition to assimilate the material verification of the past. Archaeology and Ethnology have only confirmed texts such as the *Shujing (Book of History)*, the *Shiji (Historical Memoirs)*, the Sima Qian, the *Zhushu Jinian (Annals concerning Bamboo)*, and the *Shuijing zhu (Explanation of the Classic of the Waters)*. For the Chinese, there is no doubt that the Xia dynasty is not a legend; the problem is only to establish its temporal limits. The Xia dynasty has been situated in time between the Longshan neolithic (2000 years B.C.) and the Erlitou phase of the

Shang dynasty (1557 B.C.). Some believe, however, that the four strategic tiers at the Erlitou site, in the present province of Henan, pertain entirely to the cultural civilization of the Xia. In any case all have agreed the first two tiers of Erlitou are unquestionably Xia.

The Xia dynasty was characterized by a slave society within the context of an incipient patriarchal system, in which the husband and the first-born had defeated the "despotic government" (Engels) of the wife and of the mother. The matriarchy was, besides being the characteristic system of the Yangshao neolithic, the civilization which preceded Longshan, with its vestiges still perceptible on the Xia, who through their legends speak of the feminine ancestors of the founders of the dynasty.

The geographical area of the Xia involved both banks of the Yellow River, concentrated in the western region of the province of Henan and the south region of Shanghai. It takes in Zhongyuan, the nuclear area of Chinese civilization. In this region the most important sites for research are those of Erlitou, where in the third tier, the most ancient ruins of China's palace construction have been excavated; Gaocheng, where Yangchen, the capital of Yu, the Great, founder of the dynasty might have been situated; Dongxiaofeng that can be identified as the place where the last Xia sovereign, King Jie died.

The Xia culture worked in bronze, stone and ceramics, establishing a mark of transition between the neolithic and the Bronze Age. The

ceramic objects had a black coloration, thick body, with little tempering, and showed the following specific motifs:

- Motif of Roosters and Orchids (*Lantiao wen*)
- Motif of the chessboard (*Frangge wen*)
- Motif of the fine cord (*Xisheng wen*).

The objects of the Xia frequently have three legs, interlinked or not by poles, characteristically leaf-shaped, that recall a trapezoidal figure (*Sanzu qi*). The Luodamiao site (*Xia tardio*) is particularly rich in objects of this type.

With the Xia, was inaugurated the schema of a whole philosophy of history distinct to China that could be identified with the patriarchal system; the ruler was the model of the perfect

human, to be, an efficacious intermediary between the macrocosm and the microcosm, thereby guaranteeing the success of agriculture, the true profession of faith of the social Chinese group. By the so-called "Theory of the Celestial Mandate" (*Tianming*), a dynasty established by merit (*gong*), of an ancestral figure and extinguished by the insubordination of the king of perdition; at that moment popular revolt was not only a right, but a duty. To judge by the *Shujing*, with the Xia the thought that history is cyclical, and eternity continual mutation, was begun.

The museums of contemporary China insist upon clarifying for the people all in respect to the existence of the Xia. In a monolithic civilization and a unitary inclination, such as that of China, the present comprehends itself and the future constructs itself through a lucid evaluation of the past.

RÉSUMÉ

Ce travail traite de la possibilité de prouver, grâce à des preuves archéologiques, l'existence de la première dynastie royale chinoise, la Maison royale de Xia. En Occident, il est encore réfuté qu'une telle vérification soit possible, mais les spécialistes chinois en préhistoire considèrent que les vestiges des Xia peuvent être différenciés des matériaux culturels qui les précédèrent et succédèrent. Cette divergence d'opinion entre Chinois et occidentaux pourrait s'expliquer par une différence fondamentale de penser la vie en Orient et en Occident: la Civilisation Monolithique de la Chine a permis la survivance, dans l'inconscient collectif des Chinois, d'une connaissance intrinsèque du passé et la séquence évolutive de la Civilisation chinoise est une certitude cachée dans les recoins les plus profonds de l'esprit; les textes traditionnels qui parlent de Xia en seraient la contrepartie. A l'intérieur d'un système philosophique qui admet seulement l'Unité (Yi), le chemin naturel est de se fonder sur la tradition pour assimiler la vérification matérielle du passé. L'archéologie et l'ethnologie ont seulement authentifié des textes comme la *Shujing* (Livre de l'Histoire), le *Shiji* (Mémoires historiques) de Sima ian, les *Zhushu Jinian* (Annales sur le Bambou) et le *Shijing Zhu* (Explication du classique des Eaux). Pour les Chinois, il n'y a pas de doutes que la dynastie Xia n'est pas une légende; le problème est à peine d'établir les limites de la période. La dynastie Xia se serait située, dans le temps, entre le néolithique de Longshan (2.000 années

avant notre ère) et la phase Erlitou de la dynastie Shang (1.557 années avant notre ère). Certains croient, toutefois, que les quatre couches stratifiées du site d'Erlitou, dans l'actuel province de l'Henan, appartiendraient entièrement au patrimoine culturel des Xia. De toute manière, tous concordent que les deux premières couches d'Erlitou sont incontestablement Xia.

La dynastie Xia s'est caractérisée par une société esclavagiste, dans le contexte d'un système patriarcal à ses débuts, où le mari et le premier-né avaient déposé le "gouvernement despotique" (Engels) de l'épouse et de la mère. Le matriarcat avait été le système d'organisation sociale caractéristique du néolithique de Yangshao, qui précéda Longshan, mais dont les vestiges se perçoivent encore sous les Xia, à travers les légendes qui parlent des ancêtres féminins des fondateurs dynastiques.

Le domaine géographique des Xia comprendrait les deux marges du fleuve jaune, se concentrant dans la région Ouest de la province de l'Henan et dans la région Sud du Shanxi. Il s'agissait du Zhongyuan, l'aire centrale de la Civilisation chinoise.

Dans cette région, les sites importants pour la recherche sont ceux de l'Erlitou, où dans la troisième couche, furent mises à jour les ruines de la plus ancienne construction de palais de la Chine; ceux de Gaocheng, où l'on pourrait situer Yangcheng, la capitale de Yu le Grand, fondateur de la dynastie et Dongxiaofeng qui pourrait s'identifier

comme le lieu où mourrut le dernier souverain Xia, le Roi Jie.

La civilisation Xia travaillait le bronze, la pierre et la céramique, établissant une transtion entre le néolithique et l'Age du bronze. Les objets de céramique ont une coloration noire, une structure épaisse, peu cuits et présentent les motifs spécifique suivants:

- Motif de branches d'orchidée (Lantiao Wen);
- Motif d'échiquier (Fangge Wen);
- Motif de corde fine (Xisheng Wen).

Les objets des Xia auraient fréquemment trois pieds, reliés entre-eux ou non par des traverses qui ont la forme de feuilles et qui rappellent une figure trapézoïdale (Sanzu qi). Le site de Luodamiao est particulièrement riche en objets de ce type.

Avec les Xia commença l'enregistrement de

toute une philosophie de l'histoire particulière à la Chine et qui semble s'identifier avec le système patriarcal où le gouvernant était le modèle de l'être humain parfait, pour être un efficace intermédiaire entre le Macrocosme et le Microcosme, garantissant ainsi le succès de l'agriculture, véritable profession de foi du groupe social chinois. Par la dénommée théorie du Mandat Céleste (Tianming) une dynastie s'établissait par mérite (Gong) et s'éteignait par les désobéissances d'un Roi en Perdition: à ce moment la révolte populaire était non seulement un *droit* mais un *devoir*. A juger par le Shujing, il s'est fondé avec les Xia la pensée que l'histoire est cyclique et l'Eternité en mutation continue.

Les musées de la Chine contemporaine s'efforcent à donner au peuple un éclairage sur l'existence des Xia. Dans une Civilisation monolithique et de vocation unitaire, comme est celle de la Chine, le présent se comprend et le futur se construit à travers une lucide évaluation du passé.

DOCUMENTO

SEMINÁRIO PARA A CRIAÇÃO DO PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DE ZUMBI (MEMORIAL DE ZUMBI): RESOLUÇÕES

De 22 a 24 de agosto de 1980, reuniram-se em Maceió, Alagoas, cerca de 80 pessoas para discutirem o projeto para a criação do Parque Histórico Nacional Zumbi, na Serra da Barriga, local histórico do quilombo dos Palmares. Foram a convite da Universidade Federal de Alagoas e da Fundação Pró-Memória, órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura e representavam instituições acadêmicas, associações de negros e órgãos de governo.

Um segundo encontro realizou-se em 20 de novembro — aniversário da morte de Zumbi, em União dos Palmares, pequena cidade no sopé da Serra da Barriga. Dela saiu o Conselho Geral do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, eleito e empossado na mesma ocasião. Sua composição contempla, em primeiro lugar, as associações de negros (2/3), ficando o 1/3 restante para a representação das instituições acadêmicas, órgãos oficiais, prefeitura de União dos Palmares, comunidade negra de Maceió, comunidade de moradores da Serra da Barriga, num total de 17 conselheiros.

A este Conselho Geral cabe, precipuamente, elaborar e coordenar o projeto do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional. Reuniu-se ele, até aqui, por duas vezes, aprovando seu regimento interno, elegendo seu presidente e secretário, discutindo minuta do pedido de tombamento do sítio histórico de Palmares, tomando diversas outras providências burocráticas.

A importância cultural e política do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional é manifesta. Pela primeira vez, instituições acadêmicas e órgãos oficiais se associam à comunidade negra num projeto qualquer. É auspicioso que tenham compreendido tal necessidade, tanto mais que a nossa tradição não é absolutamente esta. O autoritarismo, a política do "fato consumado", sempre foi, entre nós, a regra das relações Estado—Sociedade Civil.

Da parte do movimento negro — em sen-

tido largo —, a participação majoritária num Conselho dessa magnitude (trata-se, afinal de resgatar a memória do mais notável núcleo rebelde de nossa história) é sinal de duas coisas: seu amadurecimento e seu peso político.

Claro está que o Conselho enfrenta resistências — como é normal em todo projeto de alcance político —, à direita e à esquerda. Alguns círculos acadêmicos e/ou oficiais, o acham exdrúxulo; algumas áreas do movimento negro — outra vez em sentido largo — o acusam de adesista. A rótulos se responde com rótulos: as duas resistências são reacionárias. O Conselho Geral do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, mesmo antes de instalar o Memorial, é um passo adiante na luta pela democracia brasileira.

O documento que se segue, aprovado no Encontro de Maceió, é quase uma declaração de princípios — a filosofia a que o Conselho Geral deve permanecer fiel.

Joel Rufino dos Santos

RESOLUÇÕES

I — QUANTO AOS OBJETIVOS:

1. Estabelecer-se como pólo de uma cultura de libertação do negro. Esta cultura de libertação objetiva:
 - 1.1 promover humana e socialmente as massas de origem africana e de todos os segmentos oprimidos do país;
 - 1.2 exigir a devolução, à comunidade afro-brasileira, da riqueza que ela criou e que lhe foi usurpada;
 - 1.3 resgatar a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira como base de luta.

2. Integrar a comunidade local e as comunidades negras no projeto e execução do Memorial de Zumbi.
3. Funcionar como um centro de informação, documentação e divulgação popular e acadêmico.
4. Exigir do Sistema Oficial de Ensino a correção dos currículos escolares, omissos e injustos com a comunidade afro-brasileira.
5. Constituir-se em um ponto de concentração dos movimentos negros do país e do exterior.
6. Constituir um tribunal anti-racista para julgamento dos casos de discriminação.
7. Fazer respeitar as religiões afro-brasileiras.
8. Promover a participação do negro em todos os níveis de decisão do país.
9. Resguardar juridicamente os direitos humanos da comunidade afro-brasileira tais como: posse da terra, integridade física e oportunidade de emprego.
10. Solidarizar-se com todos os movimentos negros internacionais, assim como os de todos os povos oprimidos.
11. Reconhecer, em especial, o papel e os direitos da mulher negra.
12. Exigir o reconhecimento dos direitos do menor abandonado, em sua maioria, negros.

II — QUANTO À METODOLOGIA DE TRABALHO (ESTRUTURA E ESTRATÉGIA)

1. Deverá ser criado um Conselho Geral para elaborar o projeto final do MEMORIAL DE ZUMBI, de acordo com as diretrizes traçadas nesse encontro.

2. A composição desse Conselho Geral seria: representantes de entidades presentes nesse encontro, pessoas que tenham um trabalho conseqüente em relação à situação do negro no Brasil, pessoas indicadas pela comunidade da Serra da Barriga e da comunidade negra de Maceió. Ficou ainda estabelecido que no mínimo 2/3 do grupo de trabalho serão constituídos pelos representantes dos movimentos negros.

2.1 Fica instituída uma Comissão do Plenário, composta de 5 membros eleitos por esse, para convocar o Conselho Geral do Memorial de Zumbi, dissolvendo-se tão logo este se instale, no prazo de 3 meses. Serão seus membros um representante:

da UFAL,
da SPHAN/Pró-Memória,

da Comunidade Negra de Maceió,
de Entidade Negra da Bahia,
de Entidade Negra de Brasília.

Observações:

- Por decisão do plenário, decidiu-se que os representantes das entidades negras seriam escolhidos em suas bases durante reuniões que contarão com a presença dos participantes e dos não-participantes do Seminário.
- Da mesma forma, a UFAL e a SPHAN/Pró-Memória ficaram de indicar seus representantes após consultas às suas organizações.
- Por aclamação do plenário, o Sr. Zezito Araújo foi escolhido como representante da comunidade negra de Maceió.

Maceió, 24 de agosto de 1980

EVENTOS

Seminário sobre Instituições Negras

Promovido pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil — SECNEB, realizou-se em Salvador, Bahia, de 12 a 17 de janeiro, o Seminário "Instituições Negras na Diáspora". Estiveram presentes, além do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, as seguintes instituições: Grupo de Trabalho André Rebouças, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras — IPCN, G.R.A.N.E.S. Quilombo, Movimento Negro Unificado e Grupo de Trabalho Lima Barreto.

Entre as conclusões do Seminário, salientam-se a denúncia sobre a "insuficiência e deficiência dos estudos do Negro nos diversos níveis do nosso ensino" e a proposta da concretização de "maior intercâmbio entre as Instituições Negras, com troca de especialistas, para a realização de cursos e conferências". Propôs-se também um "planejamento de ação conjunta de Instituições Negras em trabalhos em comunidade, aproveitando-se dos recursos, bem como dos diferentes níveis de atuação umas das outras".

II Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos — ALADAA

Realizou-se em Paipa, Colômbia, de 6 a 10 de abril, o II Congresso Ordinário da ALADAA — Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos, que contou com a presença de 78 membros representando oito países latino-americanos. Foram realizadas 23 sessões entre seminários, colóquios, simpósios e painéis. Dentre os temas tratados, destacam-se: projeção da África e da Ásia na América Latina, campesinato e Estados nacionais, movimentos sociais e alternativas de libertação, filosofia e reli-

gião comparadas, e petróleo e desenvolvimento.

Os Professores José Maria Nunes Pereira e Michael Turner, do CEAA, participaram do painel "África e América Latina: Obstáculos e Oportunidades para a Cooperação Inter-Regional".

A Assembléia-Geral da ALADAA, realizada durante o Congresso, elegeu o Diretor do CEAA, Prof. Candido Mendes, presidente da Associação e marcou o III Congresso para 1983, no Rio de Janeiro. O Vice-Diretor do CEAA, Prof. José Maria Nunes Pereira, foi eleito secretário do Comitê-Executivo do próximo Congresso.

A ALADAA tem sede no México, onde foi fundada em 1976, e lá se realizou, em 1978, o seu I Congresso Ordinário. A Associação congrega cerca de 350 especialistas em África e Ásia de toda a América Latina.

Visita do Diretor-Geral da UNESCO

Amadou Mahtar M'Bow, Diretor-Geral da UNESCO, participou de uma reunião com membros da equipe do CEAA, a 23 de abril, quando de sua visita ao Conjunto Universitário Candido Mendes. O Diretor-Geral inteirou-se dos programas do CEAA,

em especial os dedicados às Relações Brasil-África e História do Negro no Brasil.

O Negro no Brasil e as Relações com a África

Em promoção conjunta da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Regional-Rio, e do CEAA, realizou-se em 9 de maio o Encontro "O Negro no Brasil e as Relações com a África", constituído de duas mesas-redondas. Da primeira, intitulada "O Negro na Realidade Brasileira", participaram as Professoras Lélia Gonzales, Juana Elbein dos Santos e Maria Berriel. "As Relações do Brasil com a África" foi o tema da outra mesa-redonda, formada pelos Professores José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky, Michael Turner e Manuel Faustino, todos do CEAA. As sessões foram presididas pelo Secretário Regional da SBPC, Prof. Ênio Candotti. No intervalo entre as duas mesas-redondas, foi exibido o filme *Iya Mi Agba — Mito e Metamorfose das Mães Nagôs*, dirigido por Juana Elbein dos Santos, da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil — SECNEB. No encerramento do Encontro, o Grupo Vissungo apresentou um trabalho musical.

L'AFRIQUE ÉTRANGLÉE
René Dumont e Marie-France Mottin
Paris: Seuil, 1980, 270p.

Quando em 1962 René Dumont publicou *L'Afrique Noire Est Mal Partie*, seu primeiro *best-seller*, reações múltiplas e divergentes fizeram-se sentir às suas análises e proposições. Em alguns países africanos — Costa do Marfim e Senegal, por exemplo — foi-lhe proibida a entrada, enquanto em outros — Tanzânia — o livro além de traduzido (no caso, para o swali) foi considerado leitura obrigatória para os altos funcionários. E não era de se esperar o contrário. Pois, quando o mundo inteiro festejava a "libertação" da África, afirmar, com dados estatísticos e exemplos inúmeros e diversificados, que as novas elites conduziram seus países a uma desigualdade maior, à queda da produtividade e à fome, denotava pelo menos um tom de provocação, quando não de apologia colonialista.

Passados praticamente 20 anos, porém, este ex-funcionário colonial tinha razão. Isto afirma Senghor, neste novo *séjour* africano, de nove meses, agora em companhia de Marie-France Mottin. Mais importante, contudo, que a afirmativa senghoriana, constitui a confirmação de suas previsões de 1962, nos dados estatísticos atuais: em 1978, a África importou 12 milhões de toneladas de cereais, quando em 1960 a importação alcançava apenas 2 milhões de toneladas; se a agricultura para exportação — café, óleo etc. — aumentou, a cultura de alimentação voltada para o mercado interno diminuiu, levando à morte quase 2 milhões de pessoas em 1980; o processo de desertificação caminha a 72 km² por ano; e se é verdade que os bairros ricos das capitais cresceram, é também verdade que, num ritmo maior, cresceram as favelas, o desemprego, a corrupção.

O objetivo central deste livro, como o do anterior, é o de denunciar de forma inci-

siva — respaldado em análises concretas (entrevistas a todos os escalões, desde os camponeses nos recantos mais longínquos até os ministros e altos funcionários em suas “vilas” e salas refrigeradas) e leituras de grossos dossiês — os engodos e mazelas do falso desenvolvimento, sem deixar de formular propostas alternativas, que se depreendem quase que automaticamente de sua abordagem analítica. Um panfleto, no velho e bom sentido do termo.

Uma questão importante para se compreender não apenas a trajetória teórica do ex-candidato à presidência da França, pelo movimento ecologista francês, mas inclusive para compreender melhor o seu novo livro, é a de investigar quais as diferenças entre *A África Começa Mal* (tradução da editora D. Quixote, Lisboa) e *L’Afrique Étranglée*.

A temática central é a mesma: a problemática do desenvolvimento, tendo como enfoque privilegiado o desenvolvimento rural, não tomado isoladamente mas sim na sua articulação com o pólo industrial-urbano, o aparelho de Estado, as elites dominantes, a educação, o comércio interno e externo, entre outros, nem apenas unilateralmente em seus aspectos técnicos, mas também em seus aspectos sócio-econômicos: a organização camponesa, a formação do produtor, seu enquadramento, seu poder de participação e apropriação das riquezas etc. Apesar da mesma problemática — embora com espaços analíticos diferenciados, *L’Afrique Étranglée* centra-se no estudo da Tanzânia e Zâmbia, com breves incursões na África Ocidental, enquanto *L’Afrique Noire Est Mal Partie* se estende pela África Tropical —, há dois deslocamentos fundamentais na passagem de uma obra a outra.

O primeiro é a melhor percepção da integração e dependência destes países ao

“sistema capitalista internacional”, e o segundo, a conclusão da inviabilidade de copiar este “modelo” de desenvolvimento — a extensão do nível de vida americano/europeu significando, simplesmente (?), a destruição de nossos recursos naturais.

O primeiro deslocamento faz deste novo panfleto um libelo não mais centrado nas elites africanas, mas sim nas burguesias ocidentais e na natureza de suas sociedades consumistas, esbanjadoras e (auto) destrutivas, que, segundo René Dumont, existe também nos países socialistas desenvolvidos.

Desta forma, as “qualidades” das elites africanas — corrupção, esbanjamento, falta de espírito de produtividade e investimento, incompetência, ostentação — são melhor compreendidas, pois são traços estruturais das elites dos países subdesenvolvidos, integrados ao sistema capitalista e com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. A raiz do malogro do propalado desenvolvimento, que em *L’Afrique Noire Est Mal Partie* havia sido localizada nas elites, desloca-se para as sociedades desenvolvidas. Sem que aquelas “qualidades” sejam esquecidas, elas são agora situadas num contexto explicativo mais consistente: estas elites constituem uma extensão e produto da burguesia colonial-monopolista.

Por outro lado, a fragilidade sociológica do primeiro texto — reconhecida pelo próprio autor — é apenas parcialmente superada. Um melhor entendimento do caráter específico das “revoluções burguesas” nos países de raiz colonial — “modelo” diferenciado tanto do clássico (?) francês/inglês, como do “capitalismo tardio” alemão/italiano, também chamado de modelo prussiano — talvez permitisse uma melhor compreensão de certos fenômenos assinalados, tais como o desenvolvimento do aparelho burocrático, o caráter improdutivo das ci-

dades, a queda da produção e da disciplina do trabalho, o crescimento da desigualdade, o aumento das diferenças de nível de vida da cidade com o campo, a inchação das periferias urbanas e as galopantes taxas de desemprego e marginalidade.

Se o primeiro deslocamento provocou mudanças sobretudo no campo analítico, o segundo irá levar a mudanças (principalmente) no campo das proposições. Constatando que a modernização acelerada e altamente mecanizada é uma das fontes dos males sociais destes países, produzindo fome, desertificação e migração rural, o autor propõe: a) alternativas tecnológicas de modernização baseadas em tecnologias mais acessíveis ao camponês em seu estágio atual de capacitação e, assim, mais facilmente generalizáveis; b) formas de organização da produção mais democráticas e participativas; c) reformas urbanas, educacionais e administrativas (restrição ao crescimento do aparelho burocrático), que possibilitem a criação de condições concretas à implantação de um novo modelo de desenvolvimento.

Estas duas vertentes — a analítica e a proposicional — impõem quase que automaticamente a questão de quem irá redefinir a concepção do desenvolvimento e a relação de dependência, deslocando as elites atualmente dominantes. Talvez porque o livro tenha nascido de missões oficiais a convite destes governos, não existe uma análise da questão, assim como, naturalmente, uma resposta à mesma, de forma clara. Ela, no entanto, pode ser entrevista na apologia do campesinato — “os verdadeiros proletários dos nossos tempos” —, a supor a necessidade de novas revoluções, pelo menos nos países em que “*L’ambiance n’est pas au dévouement mais à la fortune vite faite*”.

Elimar Nascimento

O NEGRO NO BRASIL — DA SENZALA À GUERRA DO PARAGUAI

Júlio José Chiavenato

São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, 259p.
259p.

Com o sucesso de *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, Júlio José Chiavenato tornou-se acontecimento na historiografia brasileira: conquistou um público que ultrapassa, de longe, a magra arquibancada dos apreciadores da literatura histórica. Deu-nos a conhecer uma população ávida por outra visão do passado que não as suspeitas explicações dos bancos escolares. População afastada dos trabalhos mais sérios pela linguagem quase esotérica em que estes devem ser escritos se pretendem reconhecimento da nossa comunidade científica.

O lançamento de seu *O Negro no Brasil — Da Senzala à Guerra do Paraguai* podia ser oportunidade para generalizar visão mais objetiva de nosso passado escravista. Retirar o escravo do limbo da História e colocá-lo como peça central de nossa formação histórica. As condições para isto estavam dadas. Nos últimos anos, tem surgido uma série de estudiosos fazendo avançar significativamente a historiografia e a “economia política” do escravismo brasileiro. Apesar de lançar sistematicamente mão a estes trabalhos — é o caso de *Escravidão Colonial*, de Jacob Gorender —, a visão de Chiavenato sobre o escravismo é algo contraditória.

É lamentável, por exemplo, a visão quase obsessiva do autor sobre o “imperialismo” inglês; cai em claro anacronismo. Reduzir todos os males de nossa formação histórica à dependência de Portugal à Inglaterra imperialista não é só se limitar a uma “descrição exterior” da sociedade lusitana e colonial. É recuar de alguns séculos a gênese do próprio imperialismo e impedir de centrarmos a análise sobre os verdadeiros

pólos de nossa história até o fim do império: escravos e senhores de escravos.

Esta "fixação inglesa" leva Chiavenato a encontrar a origem de nosso atraso econômico na dependência de Portugal e do Brasil à Inglaterra. Não em nossa formação escravista. O autor chega a definir o escravismo como algo "inviável" (p. 58), não apreendendo-o como organização social mais do que racional nos quadros da exploração mercantil das Américas. Explicar a perenidade do escravismo brasileiro — quase 350 anos — por suposta "incompetência de Portugal" (p. 65), torna impossível a compreensão da coerência e força interna do modo de produção servil no Brasil, da classe dos senhores de escravos e de seus interesses particulares.

Não é de se estranhar, portanto, que Chiavenato encontre "contradição" no fato de que os senhores escravistas opuseram-se "terrivelmente" (p. 66) aos ingleses na defesa do tráfico negreiro e, não, na defesa da independência comercial do Brasil. Simplesmente, no primeiro caso estava em jogo a sobrevivência da classe dos senhores de escravos; no segundo, não. Contradição é definir como "atos de terrorismo" (p. 67) a ação dos ingleses contra os navios tumbeiros em direção ao Brasil. O fato de que o menosprezo da "soberania" do pavilhão do império escravista possa ferir ainda alguns brios nacionalistas, não modifica o fato de que — não importando qual tenha sido a intensionalidade britânica — os ingleses desempenharam papel revolucionário, pondo fim ao tráfico em 1850. Deram a estocada que colocaria por terra, 38 anos mais tarde, o escravismo no Brasil.

A maior contradição neste trabalho de Chiavenato é, porém, a descrição caricata e maniqueísta das relações dos senhores com seus escravos. Numa clara concessão ao sensacionalismo, Chiavenato traça dantesco quadro de senhores e clérigos sibaríticos, de sinhazinhas mais do que histéricas.

Estas, quando não "mordem, chupam, lambem e amassam violentamente as carnes das negrinhas" (p. 142), servem — ciumentas — ciumentas — nádegas, olhos e seios assados de suas servas a maridos demasiadamente enrabichados por uma, agora, escrava-refeição! E tudo isto temperado à baiana!

Esta "denúncia" do escravismo reduz a "normal e racional" a relação dos senhores com seus servos e as ações de cunho psicopatológicos. O castigo e a tortura, ministrados com "ciência" e friamente, tinham como função maximizar o esforço produtivo do servo ou reprimir qualquer forma de insubmissão. Os senhores de escravos, pode-se dizer, em certos limites, eram tão respeitáveis e normais como podem ser hoje nossos banqueiros e empresários. Esta visão maniqueísta das relações da vida servil dilui também a pluralidade de situações do escravo na Colônia e no Império: tivemos escravos oprimidos pelas duras jornadas do eito, assim como domésticos e artesãos vivendo sob relações patriarcais, verdadeiros "privilegiados" do escravismo. É esta heterogeneidade que explica, em grande parte, a dificuldade da massa servil em se alçar em um só movimento libertário.

Temos também a lamentar que a resistência ao escravismo, esta verdadeira saga libertária do escravo, seja tratada tão rapidamente. Mais de 350 anos de lutas ininterruptas não merecem mais do que 15 páginas, e com rigorismo algo discutível. As insurreições escravas de Salvador da Bahia (1808-1835), o mais elevado nível da luta de classes do escravismo, são apresentadas como movimentos sectários de cunho religioso. Reproduz-se velho preconceito da historiografia senhorial e desconhece-se a historiografia contemporânea, que restitui a estes movimentos sua verdadeira essência: as quase únicas tentativas insurrecionais dos escravos brasileiros contra a própria organização escravista.

As contradições que transpassam a visão de Chiavenato do escravismo não devem, porém, escurecer a intensionalidade do autor e o avanço que seu trabalho constitui em relação a toda uma literatura sobre a necessidade de trabalhos desta natureza, que, sem concessões de conteúdo, devolvam em linguagem amena e cativante, como a deste autor, nosso verdadeiro passado à inteligência de uma cada vez mais ansiosa massa de leitores.

Mário José Maestri Filho

MOÇAMBIQUE – COM OS MIRAGES SUL-AFRICANOS A 4 MINUTOS

Licínio Azevedo

São Paulo: Global Editora, Coleção O Povo e a História, 1980, 117p.

A independência de Moçambique, como a das outras ex-colônias portuguesas, trouxe para si — devido à fuga dos quadros colonialistas — um grande número de cooperantes de todo o mundo, entre os quais se incluem brasileiros. Brasileiros no exílio, que para lá se dirigiram desde 1975, e brasileiros saídos diretamente do Brasil, que lá começaram a chegar a partir de 1977. Licínio Azevedo foi um destes.

Jornalista, correspondente de vários jornais brasileiros, Licínio Azevedo trabalha atualmente no Instituto Nacional de Cinema, em Maputo, onde também estiveram ou ainda estão vários outros brasileiros, entre os quais o consagrado cineasta moçambicano-brasileiro, Ruy Guerra. Tendo antes vivido na Guiné Bissau — de cuja experiência nasceu um pequeno livro, — Licínio dirigiu-se para Moçambique, apresentando-nos agora com um outro livrinho.

Moçambique — com os Mirages Sul-Afri-

canos a 4 Minutos é um livro-depoimento. Nas suas 117 páginas, o autor narra suas impressões do processo revolucionário moçambicano, nas quais as experiências pessoais misturam-se com uma descrição simples dos principais acontecimentos ocorridos em Moçambique nos últimos anos. Grandes acontecimentos se intercalam a pequenos acidentes, conferindo ao texto uma desenvoltura que o torna atraente. Pois lê-se numa noite; e ao mesmo tempo que nos deixa a sensação de experimentar e conhecer o que se relata, fica-nos uma forte sensação de sede, de querer saber mais.

São vários os aspectos abordados no livro. A brevidade do texto, porém, não permite que eles sejam aprofundados. Não obstante, o trabalho de Licínio atua significativamente como desmistificador para aqueles que crêem serem os moçambicanos os “duros”, como por longo tempo foram caracterizados pela nossa grande imprensa e por que não? pela grande imprensa ocidental. A educação nova, as mudanças na concepção da saúde, a recuperação da produção — duramente sabotada do interior e do exterior — o nascimento de novas formas de produção e organização social — Aldeias Comuns, Cooperativas, Conselhos de Produção etc. —, os ataques constantes dos “cães de guerra” de Smith, a realização do I Festival Nacional de Danças, a estruturação do Partido Marxista-Leninista Frelimo, a ação dos Grupos Dinamizadores, a gestão dos Tribunais Populares e a Reunião dos ex-presos políticos de março/maio de 1978 — todos estes aspectos são, mesmo que em poucas linhas, abordados; outros, como as descrições das Aldeias Comuns Eduardo Mondlane e Primeiro de Maio, tratados com dados precisos.

A preocupação básica do autor é a de descrever, de forma simples e sucinta, aquilo que lhe pareceu mais importante no período pós-independência. Embora não



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR

Brasil-África: Convergência para uma Coopera-
ção Privilegiada

Jacques d'Adesky

A Concepção da Educação em Moçambique:
Notas Introdutórias

Elimar Nascimento

O Novo Diálogo América Latina-África:
Fundamento das Relações Sul-Sul

Guy Martinière

Revisita ao Escritor Negro Lima Barreto

Joel Rufino dos Santos

Documento: As Relações entre os Estados
Constróem-se Passo a Passo

